



**Victor Hugo Correia Duba**

**As contradições nas tramas do cotidiano  
programado: a degradação da vida e a banalização  
do espaço na cidade de Itaboraí - RJ**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Rio de Janeiro  
Julho de 2016



**Victor Hugo Correia Duba**

**As contradições nas tramas do cotidiano programado: a degradação da vida e a banalização do espaço na cidade de Itaboraí - RJ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira**

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

**Prof. Luciano Ximenes Aragão**

Departamento de Geografia - FEBF/UERJ

**Prof<sup>a</sup>. Regina Célia de Mattos**

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup> Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de Julho de 2016

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Victor Hugo Correia Duba**

É bacharel e licenciado em Geografia pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e professor de Geografia da rede pública municipal de Itaboraí – RJ e da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

#### Ficha Catalográfica

Duba, Victor Hugo Correia

As contradições nas tramas do cotidiano programado: a degradação da vida e a banalização do espaço na cidade de Itaboraí - RJ / Victor Hugo Correia Duba ; orientador: Alvaro Henrique de Souza Ferreira. – 2016.

152 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2016.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Espaço. 3. Banalização do Espaço. 4. Política. 5. Cotidiano. 6. Representação. I. Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Aos alunos e alunas das escolas públicas de Itaboraí, às filhas e filhos da classe trabalhadora, e a todos os demais seres humanos que habitam esta cidade e que, a cada dia, me dão a certeza de que a maior riqueza está na essência de cada indivíduo.

## Agradecimentos

Para a realização desta pesquisa contei com a ajuda de várias pessoas que, direta ou indiretamente, me incentivaram a concluir esse trabalho, que seguramente marcou uma fase da minha vida. Gostaria de não esquecer ninguém mas, caso isso ocorra, peço desculpas desde já.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha companheira Paula Quadros Pitassi, que foi fundamental para eu me tornar a pessoa que sou hoje. Cada dia que passo ao seu lado é uma oportunidade de aprender a como ser uma pessoa melhor, através da sua criticidade, sinceridade e de seu altruísmo, me desafiando sempre a desconstruir os vícios dessa sociedade programada que compartilhamos. O tempo é a maior riqueza do ser humano e a descoberta disso, para nossa vida, se deve a seus ensinamentos. Sem você jamais poderia construir esse trabalho. Obrigado por ler, reler, organizar, criticar, sempre com seu olhar de geógrafa. Por sonhar e acreditar na transformação desse mundo repleto de injustiças e por seu apoio incondicional, sempre confiando nos nossos projetos. Tenho muito orgulho de você!

Gostaria de agradecer também à minha família, que sempre acreditou em mim, independente das minhas escolhas, sem questioná-las, me apoiando incondicionalmente. À minha mãe, Patrícia Andrea Correia Duba, por seu amor, amizade, dedicação, ensinamentos e por seu exemplo profissional, de uma lutadora extremamente competente que inspira qualquer professor. Ganharemos essa batalha, de uma forma ou de outra! Ao meu pai e grande amigo, Uerthe Elias Duba, pelos conselhos, companheirismo, carinho, presença, sempre disposto a me ajudar em tudo. Obrigado por transmitir seus ensinamentos de vida e me ajudar a

ser a pessoa que sou hoje. À minha irmã, Amanda Correia Duba, que mesmo longe fisicamente, está sempre presente, com suas conversas, carinho e sua amizade, me fazendo companhia e pronta a escutar e compartilhar as coisas da vida. Ao meu cunhado Rogério Calsolari pelas conversas, amizade, pelos momentos musicais e por cuidar tão bem da minha irmã.

À minha avó, Lair Moreira, por todo apoio que me deu esses anos e por ser uma pessoa maravilhosa. Por ser a primeira pessoa que despertou, na infância, meu interesse por Geografia. À minha avó, Aglaísse Silva Correia, que apesar de não estar mais nesse plano, continua presente na minha vida, através de seu exemplo como ser humano. Por sempre cuidar de mim e das pessoas que eu amo.

Às minhas primas lindas, Priscilla, Milena e Marina, que me enchem de orgulho e de alegria e a minha tia Ângela pelo carinho que tem por mim.

À minha sogra, Celina Quadros, por ser uma segunda mãe e cuidar de mim com todo seu apoio, carinho, generosidade e amizade. Pelos momentos maravilhosos que compartilhamos e pelas conversas descontraídas e risadas. Ao meu sogro, Claudio Pitassi, por insistir muito na realização desse mestrado, sempre acreditando no meu potencial. Por ler, criticar, somar, aconselhar, com sua experiência de vida e acadêmica. Obrigado pelos debates, pelo apoio, pelas conversas informais sobre o mundo e principalmente por sua amizade e companhia.

Ao meu cunhado, Gabriel Pitassi, pelos momentos compartilhados nas viagens e finais de semana, sempre alegres, e por sua amizade e carinho. A minha concunhada, Nicolí Amynthas, por sua companhia e amizade e a meu sobrinho Arthur, que ainda não veio a esse mundo, mas já traz alegria para todos nós.

À Denise Pitassi, que está sempre disposta a ajudar com seu coração imenso, pelos momentos especiais que compartilhamos e, claro, pela amizade. À Myriam Pitassi pela dedicação de avó, preocupação e cuidado, sempre disponível e disposta a agradar a todos. Obrigado pela amizade.

À minha família que mora nos EUA e que está sempre presente, mesmo com a distância de milhares de quilômetros: Virna, Leo, Bill, Januária, Julia e Mateo, obrigado.

Ao Rodrigo Franklin Pires por ser um parceiro incansável nessa trajetória de dois anos de mestrado, sempre atento e paciente às histórias de Itaboraí e aos problemas que eu tinha que resolver. Vivi terças maravilhosas em sua companhia.

Obrigado pelo acolhimento em sua casa, pela amizade, pela parceria, por acreditar em mim, pelos jantares, cervejas, vinhos e pelas músicas que gosto de ouvir você cantar e tocar. Sua ajuda foi imprescindível e serei eternamente grato.

Aos meus amigos que fizeram parte da minha formação como indivíduo e sempre estiveram presentes para me apoiar e a me dar conselhos, me questionando e me ajudando a seguir a vida. Thiago Patrício Gondim e Felipe Pantoja.

À Livia Abdalla por estar sempre presente e por ser uma amiga dedicada, aquela que perde o dia todo para te ajudar. Obrigado pela força na confecção dos mapas e por alegrar as sextas em Itaipu. Sempre traga seu pandeiro.

Ao Guilherme Giminiani pela amizade, conselhos, pelas discussões sobre as contradições do espaço e por sempre me escutar. Nossos papos foram importantes para a construção desse trabalho. Precisamos de mais gente nesse mundo com seu senso de humor. Obrigado por alegrar nossa casa.

Aos meus amigos geógrafos e festeiros da UFF: Renata Scansetti, Larissa Benkendorf, Danniell Madson e Rafael Benevides. Obrigado por todo apoio que vocês me deram nessa trajetória. Conversas e discussões construídas a partir do olhar geográfico, cada um contribuindo com suas particularidades e elementos importantes para a construção da minha formação profissional. Quando isso se soma a amizade, a construção é mais sincera e bonita.

Aos meus colegas de turma do Mestrado que fizeram o meu ano de 2014 mais interessante e descontraído, em especial, a Gabriel Lima, Giulianna Serricella e Felipe Silva, que compartilharam os momentos de dificuldade e angústia nessa caminhada. Foi ótimo estudar com vocês.

Ao meu orientador Alvaro Ferreira por toda inspiração e a me incentivar a enxergar o mundo através das suas contradições. Ao seu jeito sempre otimista, paciente, bem humorado, empolgado e acreditando no trabalho. Obrigado por seu exemplo como mestre e por seus ensinamentos.

Ao Luciano Ximenes que foi o professor que desde o projeto insistiu para que eu pesquisasse o que realmente me cativava, me despertando o interesse para enxergar os detalhes postos naquele espaço. Obrigado por toda a paciência e atenção.

À Regina Mattos pelas conversas além PUC, pelo carinho com seus alunos, atenção, contribuição na qualificação, cuidado e pela oportunidade que tive de repensar o mundo através da disciplina Espaço, Gênero e Trabalho.

Enquanto nós estávamos com olhos embaçados pelas seis horas de aula, ela ainda se ainda mostrava disposta a trabalhar, como se estivesse acabado de começar.

Ao professor João Rua por participar da banca de qualificação e me alertar, com toda sua experiência, para a importância da discussão sobre o patrimonialismo no Brasil.

A todos os professores do mestrado em Geografia da PUC, que construíram um curso de alto nível, sem enrolação, com dedicação e preocupado com a formação básica de seus discentes. A Marcia e Fabio sempre solícitos e atentos aos prazos.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que custeou todo curso e me concedeu uma bolsa de estudos possibilitando a realização dessa pesquisa.

À Angelica Carvalho DiMaio que foi a primeira pessoa a me incentivar a escrever sobre minhas angústias em relação à tragédia vivida em Itaboraí.

Aos meus colegas da Escola Municipal Onze de Junho que passei dois anos agradáveis da minha vida trabalhando.

Ao grupo maravilhoso com quem trabalho, que me dá um “chão” no meio de tantas escolas precárias que já trabalhei. Quando estou angustiado com minha profissão lembro que trabalho nessa escola, com essas pessoas, e isso revigora minhas energias e esperanças. Esse grupo contribuiu muito para esse trabalho, em especial: Girlene Kiev, Amanda Rodrigues, Graziela Melo, Joyce Gonçalves, Maria Isabela, Fabricia Cravinho, Priscila Tavares, Fabiana Freire, Patricia Lemos, Marcelo e Raquel Vieira.

A todos os entrevistados das duas escolas que, mesmo com todas as relações de poder do município, se dispuseram, às vezes com medo, a participar desse trabalho. Sem vocês ele jamais existiria.

À Isabella Poppe que fez um trabalho de transcrição magnífico, de forma atenta e cuidadosa. Sua ajuda foi fundamental, incluindo seus comentários nas falas. Muito obrigado.

Ao sindicato dos professores de Itaboraí que sempre me recebeu muito bem e disponibilizou vários dados e fotografias. A ajuda de vocês foi muito importante. Em especial a Paula e Marcus Vinicius Lamarão que, com sua lucidez, me deu um suporte incrível para esse trabalho. Enfim, a todos os profissionais da educação que acreditam nos espaços de esperança.

## Resumo

Duba, Victor Hugo Correia; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. **As Contradições Nas Tramas do Cotidiano Programado: a degradação da vida e a banalização do espaço na cidade de Itaboraí - RJ.** Rio de Janeiro, 2016. 152p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa teve a pretensão de analisar como a construção de determinadas representações contribuem para a concretização da banalização do espaço em Itaboraí – RJ, a partir do exemplo das tramas do cotidiano vivido no microcosmo das escolas do ensino fundamental. Partindo da constatação de que a tragédia produzida pela banalização do espaço nessa cidade é anterior à chegada do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, a pesquisa procurou entender como funcionam os mecanismos de perpetuação desse sistema, trazendo um modelo abstrato, não inexorável, pois se transforma a todo o momento no espaço-tempo, muitas vezes, para garantir a manutenção do poder de determinados grupos historicamente privilegiados. Nessa “engrenagem” política, o acúmulo histórico-cultural da sociedade representado através do patrimonialismo e somado às consequências do modo de produção capitalista, são os mecanismos fundamentais para a produção de um espaço banalizado e sua consequente degradação da vida. A pesquisa também se apoiou na teoria das representações do filósofo Henri Lefebvre para entender como os discursos e práticas, a partir do olhar do microcosmo das escolas de ensino fundamental da cidade, ao mesmo tempo reforçam e contestam essa “engrenagem”. Logo, a análise dos discursos na compreensão do cotidiano foi para a pesquisa o elemento mais importante para se enxergar os mecanismos da “engrenagem”, não encontrada somente na cidade de Itaboraí, mas também, em outras cidades brasileiras.

## Palavras-chave

Espaço; Banalização do Espaço; Política; Cotidiano; Representação.

## **Abstract**

Duba, Victor Hugo Correia; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza (Advisor). **The Contradictions In The Webs Of The Programmed Everyday Life: degradation of life and banalization of space in the city of Itaboraí - RJ.** 152p. MSc. Dissertation. - Departamento de Geografia e Meio Ambiente – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research has the intention to examine, from the example of the daily web lived in the microcosm of elementary schools, how the construction of some representations contribute to the banalization of space in Itaboraí - RJ. Departing from the fact that the tragedy produced by the banalization of space in this city predates the arrival of the Petrochemical Complex of the State of Rio de Janeiro - COMPERJ, the research sought to understand, based on an abstract and inexorable model, given that it transforms itself every moment in the space-time dimension, how the mechanisms of perpetuation of this system ensure the maintenance of power to certain groups historically privileged. In this political gear, the historical and cultural accumulation aspects of the Brazilian society represented by patrimonialism, when added to the consequences of the capitalist mode of production, are the fundamental mechanisms for the production of the banalization of space, and its consequent degradation of life. The research was also supported by the representations theory of philosopher Henri Lefebvre which helped understand how the discourses and practices, from the look of the microcosm of elementary schools of the city, at the same time reinforce and challenge this gear. Therefore, the analysis of discourse was the most important element to understand the gear's daily mechanisms, not only found not only in the city of Itaboraí, but also in other cities of Brazil.

## **Keywords**

Space; Banalization of Space; Politics Everyday Life; Representation.

## Sumário

1. Considerações Iniciais	15
2. COMPERJ: Um Divisor de Águas ou a Permanência da Tragédia?	45
2.1. Itaboraí Antes do COMPERJ.	52
2.2. Itaboraí nos Tempos do COMPERJ.	60
2.3. Itaboraí na “Crise” do COMPERJ.	87
3. As Representações Construídas Para a Concretização da Banalização do Espaço.	99
3.1 Os Discursos que Fortalecem a Banalização e o Imaginário da “Cidade do Futuro”.	105
3.2 Os Discursos e Práticas da Resistência a Partir do Olhar do Microcosmo das Escolas	124
4. Considerações Finais	143
5. Referências bibliográficas	149
6. Apêndice A – Roteiro das Entrevistas	152

## Listas de Figuras

Figura 1: Outdoor da Marcha para Jesus	23
Figura 2: Placa Publicitária Itaboraí Pertence ao Senhor Jesus!	23
Figura 3: Placa Publicitária da Prefeitura – Deus Está Neste Lugar	24
Figura 4: “Engrenagem” Política	28
Figura 5: Mapa da Distância entre a Capital do Estado e Itaboraí	49
Figura 6: Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Itaboraí	57
Figura 7: Canteiro de Obras ao Norte do Município de Itaboraí – RJ	62
Figura 8: Arco Metropolitano	66
Figura 9: Hotel Ibis a Avenida 22 de Maio.	75
Figura 10: Hotel Intercity na Av. 22 de Maio	76
Figura 11: Paróquia de São João Baptista	77
Figura 12: Rua 31 de Março no Bairro Jardim Imperial	78
Figura 13: Itaboraí Plaza Shopping	80
Figura 14: Rua N. V. da Mota no bairro Reta Velha	82
Figura 15: Merendas de Baixo Valor Nutritivo de Diferentes Escolas	84
Figura 16: Banheiro dos Alunos da Escola B	84
Figura 17: Sala de Aula da Escola B	85
Figura 18: Instalações Elétricas da Escola B	85
Figura 19: Área Externa da Escola B	86
Figura 20: Novos Centros Comerciais	95
Figura 21: Edifício Van Gogh na Avenida 22 de Maio	96
Figura 22: Dezenas de Ônibus da Empresa Rio Ita	107
Figura 23: Alunos da Escola Romeu Simões no Desfile Cívico de Itaboraí	108
Figura 24: Cavaletes Humanos	109
Figura 25: Capa do Jornal Diário do Leste	110
Figura 26: Funcionária do Diário do Leste Entregando Jornais	110
Figura 27: Banquete da Prefeitura	111
Figura 28: Megaevento da SEMEC – Aula Inaugural	112
Figura 29: Os Códigos que Persistem no Espaço	125
Figura 30: Os Espaços de Representação	126
Figura 31: Projeto Africanidades	133
Figura 32: Espaços de Representação no Desfile Cívico Através do Projeto Identidades	134
Figura 33: Os Protagonistas da Escola A	135
Figura 34: Paralisação dos Professores Contratados	140
Figura 35: Ocupação da Prefeitura de Itaboraí	140
Figura 36: Ato na Prefeitura de Itaboraí	141

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Receitas Municipais em Itaboraí.	21
Tabela 2 - Número de Pessoas Ocupadas com Carteira Assinada no Município em 2000.	57
Tabela 3 – Produção Local Por Setor Econômico – 1998 e 2002	58

*Por um momento vê-mo-nos realmente como fantoches. De repente, porém, percebemos uma diferença entre o teatro de bonecos e nosso próprio drama. Ao contrário dos bonecos, temos a possibilidade de interromper nossos movimentos, olhando para o alto e divisando o mecanismo que nos moveu. Este ato constitui o primeiro passo para a liberdade (Berger; Luckmann, 1966).*

## Considerações Iniciais

O primeiro contato que tive com o município de Itaboraí – RJ foi quando fui convocado pelo concurso público no ano de 2012 para trabalhar como professor do ensino fundamental da rede de ensino dessa cidade. Antes da posse somente tinha visitado o município para realizar as provas e minhas impressões eram baseadas nas informações que chegavam a mim principalmente através de conhecidos e da mídia. Eu não poderia imaginar que as diversas contradições postas no cotidiano daquela cidade despertaria em mim o desejo de pesquisar e escrever sobre a tragédia vivida por seres humanos, inseridos em um espaço banalizado, com características não muito diferentes dos espaços encontrados, no mundo capitalista, caracterizado pela convivência de miseráveis e privilegiados onde a esperança de um lugar mais justo e menos desigual, muitas vezes brotava para aqueles habitantes através das palavras de fé de alguma das centenas de igrejas evangélicas daquela cidade.

Foi nesse tom que participei da primeira reunião pedagógica do segundo semestre do ano de 2012 da escola A<sup>1</sup>, localizada nessa cidade, em que trabalho até hoje. Os professores se juntaram para fazer a primeira oração, e como de costume, ganhei um presente. Era uma bíblia. Em forma de culto, uma professora tomou o microfone e começou a discursar sobre as palavras da bíblia e levar até à escola os ensinamentos que tinha aprendido em uma das igrejas evangélicas localizadas no município. Retirei-me do ambiente e percebi que somente uma colega tinha me acompanhado ao lado de fora da reunião para esperar o final da oração, levando-me a entender que a maioria dos funcionários percebia aquela ação como algo natural. Na sala dos professores, funcionários entravam cantando músicas evangélicas e aos poucos fui percebendo que a religião não se expressava somente nos espaços das escolas, como nas falas dos funcionários e expostas nos

---

<sup>1</sup> Para preservar a integridade dos alunos, pais e profissionais das escolas investigadas, optamos por utilizar nomes fictícios. Esse mesmo procedimento será utilizado quando nos referirmos aos entrevistados. A escolha dos nomes dos entrevistados foi feita a partir dos nomes das escolas municipais de Itaboraí.

murais, mas também nos espaços externos à ela, onde propagandas de diferentes eventos religiosos figuravam na paisagem da cidade.

Conhecendo meus colegas, percebi que alguns frequentavam a mesma igreja e que existia uma comunidade evangélica forte que partilhava não só do ambiente de trabalho, mas também, da vida fora dos muros da escola, e que algumas pertenciam à mesma família. Muitos funcionários eram contratados pela prefeitura a partir de indicações de familiares, amigos e também políticos. Inclusive a

diretoras da escola que tinham seus cargos vinculados a permanência do governo vigente. Do intérprete de libras ao faxineiro, dos professores à direção, os cargos de confiança faziam parte da teia que amarrava as relações de poder do município.

Esse fato se tornou mais impactante quando o município passou pelo processo de transição dos governos nas eleições de 2012. No mês seguinte às eleições, as escolas estavam sem os funcionários. Merendeiras, porteiros, inspetores e funcionários da secretaria tiveram seus contratos finalizados e os alunos terminaram o ano letivo de 2012 sem ter almoço ou jantar. Não porque faltasse comida, mas sim funcionários para fazê-la, afinal os poucos que restaram estavam cumprindo aviso prévio. Quando cheguei à escola e percebi a situação, questionei uma inspetora sobre o que estava acontecendo, sobre por que dos alunos estarem sem merenda. Ela logo me respondeu: “é assim mesmo, é normal. Todo ano de eleição, no final do ano quando muda o prefeito, os funcionários são demitidos, pois não servem mais aos interesses do governo e os alunos ficam sem comida.”

O que me espantou e me deixou intrigado foi a normalidade com a qual a funcionária relatou o caso. Com o tempo fui percebendo que o discurso se repetia através de muitos funcionários que trabalhavam na escola, inclusive os concursados e que isso não se reproduzia somente na escola, mas em diferentes ambientes do município. A naturalização do absurdo estava aí colocada.

Nesse mesmo período, alguns alunos inconformados da Escola Municipal Antônio Joaquim, em que eu complementava minha carga horária, fizeram uma manifestação contra as péssimas condições estruturais da escola. No calor do protesto os alunos atearam fogo em uma das lixeiras, o que gerou uma repercussão pela comunidade localizada no bairro de Manilha em Itaboraí. No

mesmo dia o chefe da polícia do batalhão local, a subsecretária de educação, as diretoras e um vereador foram até a escola entender o que estava ocorrendo. Mais

uma vez, questionei um colega de trabalho. O que o vereador está fazendo aqui? Ele me respondeu: “ele é o padrinho dessa escola, é o responsável e foi quem colocou a direção aqui para trabalhar. A maioria dos funcionários contratados aqui foi indicação dele, então ele é que manda”.

A resposta do meu colega de trabalho me deixou perplexo, pois como poderia um vereador ter o poder de influenciar as decisões de uma escola e dos sujeitos que compõem a comunidade escolar? Aos poucos fui descobrindo que isso era mais uma das variáveis que compõem uma trama de relações de poder postas naquele ambiente e que se propagava em diferentes escalas, pois essas relações estavam dentro da escola, entre os funcionários e também fora dela, a partir de seus governantes, que por motivos políticos influenciavam em questões pedagógicas.

Para compreender esta relação autoritária e o poder da política local no cotidiano dos moradores dessa cidade, inclusive na realidade das escolas, é importante perceber sempre os interesses que estão por trás de cada ação. Estas apesar de serem próprias dos espaços públicos, são orientadas por interesses particulares. O governante, neste contexto, se configura como representante da elite local e em prol de suas demandas. É neste arranjo que devemos analisar a candidatura do atual prefeito Helil Cardoso.

Acompanhei a transição do governo, do mandato de Sérgio Soares ao eleito Helil Cardoso do PMDB-RJ. Nas eleições de outubro de 2012, o prefeito Sérgio Soares teve sua candidatura impugnada por sofrer um processo de improbidade administrativa, por usar os recursos da prefeitura para fazer propaganda ilegal. Ele publicou notícias com caráter de promoção pessoal nas edições de maio dos periódicos de educação da prefeitura: "Itaboraí em revista" e "Semec 2011 - EducAção", editados pelo próprio governo e assim seus votos não foram computados. A máquina eleitoral estava em suas mãos, mas a elite local e financiadores de outros lugares viram em Helil Cardoso a oportunidade de conseguir sua parte nos investimentos do COMPERJ. O prefeito do PMDB foi eleito para assumir o mandato em 2013.

No auge do chamado “El Dorado”, o atual prefeito Helil Cardoso iniciou seu mandato, e um novo arranjo estabeleceu-se. Os cargos administrativos de

várias secretarias, as direções das escolas, os funcionários contratados, as empresas terceirizadas, entre outros, foram modificados. A rede de privilégios se configurou de uma nova forma. As vans que faziam o transporte de milhares de pessoas e empregavam chefes de família foram proibidas, resguardando o poder da única empresa da cidade que presta serviço de transporte à população. O prefeito criou um canal na rede social Facebook para responder à população pessoalmente e para divulgar o seu atendimento pessoal à comunidade. Ele faz atendimentos pessoais em seu gabinete, tentando conseguir as exigências individuais da população. Como uma espécie de “Vito Corleone”, personagem fictício do filme “O Poderoso Chefão”, ele liga pessoalmente para as repartições, excluindo os temas de uma pauta coletiva, em prol de interesses particulares, como conseguindo horários de atendimento nos postos de saúde, empregos nos órgãos públicos, vagas para alunos nas escolas da rede, etc.

Durante seu mandato, Helil gastou dinheiro público destinado à educação e cultura em grandes eventos como festas de início do ano letivo, desfiles cívicos, simpósios luxuosos, festas para o servidor público e eventos religiosos; além de espalhar pela cidade placas com propagandas dos feitos do atual governo. Nesses eventos era gasto uma grande quantia de dinheiro, com banquetes para os servidores, palestrantes de autoajuda, pessoal de apoio, material didático e etc., enquanto grande parte das escolas tinha uma péssima infraestrutura. O objetivo dessas ações era dar uma “cara nova” à gestão e, por isso, as paredes das escolas foram pintadas com cores diferentes das antigas fachadas e urnas de votação foram levadas às escolas para que a comunidade escolar escolhesse um novo uniforme. Quem participasse do desfile cívico da cidade receberia o novo uniforme. A baixa motivação dos alunos da rede pública para participar do evento fez com que as escolas recomendassem aos professores a distribuir pontos aos alunos que frequentassem o evento. O uniforme eleito não pôde ser entregue no ano de 2013, pois foi feito sem licitação e proibido de ser distribuído pelo Ministério Público. Os alunos não receberam nenhum uniforme naquele ano. No ano seguinte, em 2014, após a entrega dos novos uniformes, os alunos com o uniforme antigo não puderam participar dos eventos promovidos pela prefeitura como, por exemplo, a FELICITA – Feira do Livro da Cidade de Itaboraí. Os professores também eram submetidos ao jogo da compensação, pois quem participasse do desfile cívico, um grande palco para a propaganda política, teria o

abono de uma falta em um dia escolhido. Era sugerido também aos professores que avaliassem os alunos participantes desse evento, atribuindo pontos na média final do bimestre. Dessa forma, todos aqueles ligados à escola (professores, alunos, direção e terceirizados) eram coagidos através de “incentivos”, trocas de favor e camaradagem a participar desta campanha política que mascarava a ação impositiva das autoridades transformando-as em ato de cidadania.

A política conseguia penetrar nas decisões pedagógicas da escola, influenciando na avaliação dos alunos, no currículo, no projeto político pedagógico, o que a deixava vulnerável às decisões e disputas dos governos que passaram ao longo dos anos pelo município. A escola se mostrava o retrato de um teatro de fantoches. O cenário era formado por uma fachada pintada para que o público que passasse do lado de fora dela pudesse ver a “cara do novo governo” e como ele “cuidava dos espaços públicos”, enquanto que o conteúdo, tanto de infraestrutura quanto de material humano, que era, em muitos casos, formado por marionetes movidas pelas vontades políticas dos governantes, se mostrava extremamente precário. Algo muito expressivo desse “cuidado” muito bem pensado e selecionado é o fato desta fachada reformada ser de uma escola localizada na BR de entrada da cidade. As demais escolas localizadas no interior do município continuam com a “cara velha”.

Os desafios estavam lançados e a cada dia que chegava ao ambiente escolar me deparava com um novo fato chocante, uma nova história que era contada como se fosse algo natural e normal. Por esse período passei por cinco escolas diferentes complementando carga horária, o que me permitiu vivenciar experiências que me motivaram como funcionário a compreender a estrutura do município. A participação em momentos trágicos, como dar aula em salas de aula que minam água pelo teto ou pelo chão; sem ventiladores ou qualquer outro tipo de refrigeração sob um telhado de amianto em um calor de 40 graus; entrar em uma cozinha infestada de baratas; apagar o fogo com o próprio corpo já que a escola não possuía sequer um extintor de incêndio; limpar a urina de um aluno especial que sem mediador, fazia suas necessidades no meio da sala de aula, obrigando-me a leva-lo diversas vezes ao banheiro, deixando uma turma de 40 alunos esperando enquanto o ajudava, pois a prefeitura não possuía professores cuidadores ou mediadores para os alunos especiais; comer arroz com ovo ou outra alimentação com baixo valor nutritivo no almoço, pois a escola não tinha merenda

adequada para oferecer, dentre outras situações problemáticas. Tudo isso inquietou-me para olhar a escola como um ponto de partida para entender essa lógica perversa pertencente à realidade não somente do município de Itaboraí, mas também de outros lugares do Brasil que padecem da mesma realidade trágica.

Essa vivência me despertou o interesse em estudar as relações sociais e as tramas que configuram o espaço da cidade de Itaboraí. A realidade impactante me instigou a tentar entender o tamanho da força da política e da Igreja nas relações sociais da cidade. Como um município tão próximo à cidade do Rio de Janeiro que ganha ainda “mais holofote” com a chegada do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) poderia ser caracterizado por tantas relações marcadas por privilégios de pequenos grupos? Clientelismo, nepotismo, troca de favores e poderes locais eram combinados à falta de saneamento básico da população, uma saúde deficitária, a uma educação precária e de pouco acesso a outros direitos básicos, ou seja, uma realidade em que o exercício da cidadania e do direito à cidade deixavam a desejar.

Estes questionamentos me motivaram a pesquisar as razões de determinadas ações e o que estava por trás da construção dessa cidade. Por que ela vivia numa dicotômica tão grande: de um lado o COMPERJ, os royalties e o imaginário da “cidade do futuro”; do outro a realidade trágica expressa pela estatística 1% de saneamento básico da população<sup>2</sup>.

Para entender essa dicotomia, vamos resgatar um pouco do que representou a chegada do complexo para o município. O COMPERJ alterou completamente a dinâmica da cidade e acirrou problemas sociais cada vez mais mascarados. Enquanto desenvolvi esta pesquisa a cidade vivia estas mudanças. O município era um grande canteiro de obras e via sua arrecadação aumentar a cada ano por causa da vinda do COMPERJ, o que tornou o preço dos imóveis na avenida principal da cidade, a 22 de Maio, algo exorbitante. O aluguel de uma casa de dois quartos, por exemplo, chegava a quatro mil reais. A especulação imobiliária levou à cidade, hotéis internacionais, *shoppings*, franquias, indústrias e milhares de pessoas que chegavam todos os dias. De 2009 a 2014 a arrecadação do município aumentou quase quatro vezes.

---

<sup>2</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. Plano Municipal de Saneamento Básico – Relatório Base. Prefeitura Municipal de Itaboraí: Itaboraí, 2010 em: 05/05/2015.

**Tabela 1 - Receitas Municipais em Itaboraí.**

As receitas municipais em Itaboraí				
Receita Constitucional 25% (Fonte 01)				
Ano	Valor (R\$)	Varição (a)	<a href="#">Inflação (b) [1]</a>	Varição Real (a-b)
2009	106.349.467,40	100%		
2010	147.553.945,00	38,74%	4,31%	34,43%
2011	191.007.480,80	29,45%	5,91%	23,54%
2012	295.114.750,60	54,50%	6,50%	48,00%
2013	414.649.548,20	40,50%	5,56%	34,94%
2014	414.632.452,20	0,00%	5,38%	-5,38%
2015	323.213.504,30	-22,05%	10,67%	-32,72%
2009-2015	1.892.521.148,50	203,91%	44,84%	159,06%

Fonte: SEPE – Sindicato dos Professores de Itaboraí – Acesso em:  
<http://sepeita.blogspot.com.br/2016/03/pega-na-mentira-1-nao-tem-dinheiro-helil.html>

A arrecadação aumentava e não se conseguia enxergar transformações efetivas na realidade estrutural dos serviços básicos da cidade, ou seja, a cidade se tornava cada vez mais inacessível e desigual, pois apesar dos novos empreendimentos, os bolsões de miséria continuavam a margear o terreno do COMPERJ.

Um bom exemplo disso foi a construção do Íbis, hotel tradicional de classe média que tem suas sedes nos principais centros econômicos e turísticos do mundo. Inversões pontuais modernas se misturavam e se espalhavam pela “nova” cidade, erguida por trabalhadores que chegavam de diversas partes do Brasil e se instalavam nos diferentes bairros precários da cidade. Itaboraí vivia o imaginário de “cidade do futuro”, alimentada pelos *royalties* do petróleo, enquanto a realidade era marcada, por exemplo, pelos problemas básicos de infraestrutura relacionados à água e esgoto. Segundo o Plano Municipal de Água e Esgoto (2010), somente 1% dos imóveis da cidade possui acesso a saneamento básico e 1% do esgoto produzido no município era tratado, possuindo somente 29% das casas abastecimento de água. Talvez esta seja a maior expressão dessa dicotomia vivida neste espaço. Andando pela cidade você pode perceber a convivência

destas duas realidades. Na rua principal encontramos centros comerciais, mas se virarmos em uma transversal vemos imediatamente o esgoto a céu aberto. A segregação social, portanto, se evidencia no espaço.

Durante a pesquisa foi ficando claro que o município possuía uma rede de poder e influências nas quais direta ou indiretamente todos os habitantes da cidade estavam submetidos. Porém, existia um grupo dominante que incluía somente uma pequena parte desses, enquanto um grande contingente não conseguia se beneficiar da rede de privilégios. Essa pequena parcela não se preocupa em saber o limite entre o espaço público e o privado, já que estes se apropriam do primeiro para interesses particulares. Nesta lógica, público e privado se confundem todo tempo em diferentes espaços da cidade, não sendo diferente no ambiente escolar. Portanto, a partir do microcosmo da escola pude ter contato com o que parecia ser uma “engrenagem” de perpetuação de privilégios de pequenos grupos em detrimento de grande parcela da população, que era excluída.

Quando pensamos em Itaboraí devemos lembrar que a pequena parcela que compõe a elite local é configurada por uma junção indissociável da política partidária e da Igreja Evangélica. Estes dois poderes se unem para ditar a vida da população. As relações sociais, portanto, se submetem à crença evangélica e a vida cotidiana é vivida a partir de regras estabelecidas pela Igreja.

Algumas imagens bem representativas de tal fato podem ser vistas nas fotografias tiradas nos anos de 2013 e 2014 pelo autor (Figura 1, Figura 2, Figura 3). Nelas vemos os “*outdoors*” espalhados pela paisagem da cidade demonstrando a força da religião no cotidiano da população e o diálogo da política com as igrejas. O símbolo da prefeitura está estampado nos cartazes e nos eventos religiosos da cidade e associado à figura de líderes religiosos famosos. Era comentado nos corredores das escolas, nos pontos de ônibus da cidade, nas filas dos bancos; ou seja, em diversos espaços públicos, a relação entre as igrejas e os políticos da cidade. A partir destas imagens é impossível não perceber que existe uma relação estreita entre a política local e as instituições religiosas e que estas ganham tamanha força neste cenário.

**Figura 1: Outdoor da Marcha para Jesus**



Foto tirada do *Outdoor* na Avenida 22 de Maio de um evento evangélico com o pastor Silas Malafaia como principal convidado.

Fonte: Victor Duba, 2014

**Figura 2: Placa Publicitária Itaboraí Pertence ao Senhor Jesus!**



Foto tirada do *outdoor* na Avenida 22. Propaganda de um evento evangélico da cidade com o apoio da prefeitura.

Fonte: Victor Duba, 2013.

**Figura 3: Placa Publicitária da Prefeitura – Deus Está Neste Lugar**



Foto tirada de *Outdoor* na Avenida 22 de Maio da placa publicitária da prefeitura com o seu logotipo ao lado.

Fonte: Victor Duba, 2014

Em um dos *outdoors* (Figura 1) é possível ver a foto do Pastor Silas Malafaia<sup>3</sup> associada ao símbolo da prefeitura de Itaboraí, demonstrando que essa não se preocupa em revelar que a laicidade do Estado, obrigação do mesmo, é ignorada em diferentes espaços públicos da cidade. Todo este cenário revela a importância de aprofundarmos a pesquisa nesta direção e desmascarar como são construídas as relações entre estes segmentos dentro do município de Itaboraí.

Esse cenário é uma pequena parte de toda trama construída, que envolve relações sociais que são decididas por um pequeno grupo, enquanto que a maioria da população da cidade assiste e acata as decisões, bestializada, como foi representado na obra de José Murilo de Carvalho, alheia e atônita às escolhas das elites locais na primeira república. Toda essa trama me fez sentir uma mistura de perplexidade, raiva, medo, curiosidade e não abrir mão do objeto dessa pesquisa.

<sup>3</sup> O televangelista, que é crítico ao tema dos direitos dos homossexuais, do direito ao aborto e defensor da teologia da prosperidade, é líder da Assembleia de Deus e formador de opinião dentro da comunidade evangélica.

O desejo de escutar os depoimentos, as angústias, os sonhos, as vontades e todo o imaginário local é uma forma de entender o cotidiano, que é o lugar não somente da alienação, do conformismo, da exclusão, mas também da indignação, da insurgência e das lutas para a transformação da realidade.

Para aprofundarmos a análise precisamos entender que estes imaginários presentes nas representações do espaço de Itaboraí, ganham formas através das falas de seus personagens. Sendo assim, elas são produzidas e reproduzidas através das práticas e discursos no cotidiano realizados por diferentes sujeitos, como o governo, a elite local, a população subalterna; ou seja, os habitantes da cidade como um todo, e é através dessas ações que se configura a banalização do espaço. Por este motivo se evidencia a necessidade de trazermos estas falas e discutirmos de forma mais densa como se expressa a banalização do espaço em Itaboraí, a fim de analisar as entrelinhas presentes nesses discursos e práticas.

Os debates sobre a banalização do espaço realizados no curso de Representações do Espaço Urbano, disciplina do mestrado em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ministrado pelo Professor Alvaro Henrique de Souza Ferreira, nos trouxeram discussões que serviram de aporte metodológico para a presente pesquisa. Logo, utilizaremos essas contribuições para definir como entendemos esse processo.

Consideramos que a banalização do espaço é um processo que tem como característica a produção do espaço a partir da naturalização de determinadas formas urbanas, do mimetismo, da cópia de modelos de sucesso, e também da naturalização do absurdo, como, por exemplo, da miséria, da reprodução desigual etc.

Neste contexto,

o espaço torna-se o lugar da reprodução das relações sociais de produção e não apenas dos meios de produção, destarte percebemos o espaço como mercadoria. Porém, se o espaço é o lugar da reprodução, é também lugar da contestação, do encontro, da rebeldia, lugar da ação. E aqui estamos diante de grandes tensões, contradições; ou seja, se é no espaço da vida cotidiana que percebemos e vivemos o dia-a-dia, é nele também que os especialistas – cientes ou não do fato de que o espaço produzido interfere fortemente nas relações sociais – concebem seus projetos e os põem em curso à revelia dos habitantes do lugar. Muitas vezes aqueles que deveriam ser os atores sociais da luta por mudanças acabam por perceber e viver a partir da total naturalização de tudo, da banalização da miséria, da desigualdade. Por outro lado, há também aqueles atores sociais que, a partir da indignação, procuram formas de lutar contra o estado de coisas atual; as estratégias de suas práticas espaciais são fundamentais, posto que percebem que a produção do

espaço é também instrumento de reprodução das relações sociais". (FERREIRA, 2013, p. 40).

É no espaço que estão postas as contradições da lógica capitalista de produção. É no dia-a-dia, no cotidiano, que podemos enxergar as grandes tensões. Por diversas vezes ele é produzido por um pequeno grupo que impõe seus projetos sem o consentimento dos habitantes do lugar. Mas às vezes ele é construído pelos que se opõem a eles.

Concordamos assim:

que um dos pontos fundamentais da sociedade capitalista é mascarar as relações sociais entre os homens, transformando-os em seres passivos, “em espectadores de um drama que se renova continuamente e no qual os únicos elementos realmente ativos são as coisas inertes. (...) Substitui valor de uso por valor de troca e as relações humanas concretas [e específicas] por relações abstratas e universais entre vendedores e compradores” (GOLDMANN, 1977, p. 145).

Por esse motivo foi importante para a presente pesquisa, buscar a partir da minha vivência nas escolas e no município, os discursos e práticas que revelam as contradições do espaço. Estas práticas e discursos podem ao mesmo tempo fortalecer a banalização do espaço ou também, em um movimento contrário e dialético, se contrapor. De qualquer maneira, é no cotidiano que estas forças ganham representações e criam o imaginário, que por sua vez também participa desta relação dialética na construção do espaço.

Entender o diálogo entre estes dois movimentos (os que reproduzem a lógica vigente e os que a contentam) permite uma análise totalizante do espaço e do processo de banalização do espaço, o que será fundamental para a pesquisa em questão, portanto, resgataremos tal debate no decorrer do texto.

Aqui, todavia, se torna relevante ressaltar o ponto chave do trabalho, aquele que orientará a análise. O município de Itaboraí funciona como uma “engrenagem”. Compreender esta dinâmica será fundamental para perceber como interpretamos as relações sociais deste espaço e o caminho optado para a realização deste trabalho, afinal, a “engrenagem” produz e é produzida pela banalização do espaço.

Todos os dias os noticiários nacionais apresentam diversas reportagens sobre corrupção no país. As representações oferecidas pela grande mídia geralmente atribuem a questão da corrupção como o maior problema da

atualidade, jogando toda culpa nos “personagens” que representam os poderes executivo, legislativo e judiciário. Sem entrar no mérito da parcialidade ou imparcialidade da mídia, vivemos um momento histórico que é mais fácil encontrar um culpado do que entender e explicar como funciona toda a “engrenagem” que produz e reproduz o espaço, esse, fortemente banalizado. Grupos hegemônicos, há séculos, continuam a alimentar sua principal indústria, essa, quase não diretamente falada pelas pessoas em seus cotidianos, e também pouco discutida na grande mídia. Entendemos aqui, e denominaremos essa instituição como a indústria da miséria. Uma “engrenagem” muito bem elaborada, tão banalizada, pertencente ao cotidiano da sociedade brasileira, escamoteada pelo individualismo do modo de produção vigente. Não nos damos conta, bombardeados por informações que desviam a atenção para “personagens” da política atual, os quais não estão em suas posições por conta do acaso.

Essa indústria não é nenhuma novidade. Não é própria da sociedade brasileira e nem pertencente exclusivamente aos tempos atuais. Tentando entender essa “engrenagem”, no Brasil do século XX, o jurista Vitor Nunes Leal, nascido na cidade de Carangola – MG, observava como eram as relações políticas da pequena cidade em que vivia. Desde criança notava como funcionavam as disputas políticas em que seu pai se envolvia. Como tese de Doutorado escreveu sobre o coronelismo no Brasil, tentando interpretar as relações políticas em uma visão ampla e distinta daquela da pequena cidade na qual tinha nascido. O “Coronelismo, Enxada e Voto”, livro oriundo de sua tese, tentou explicar o coronelismo como a manutenção do poder das elites locais, em um modelo representativo de governo. Com o fim da República Velha e o início da Era Vargas, a antiga máquina política foi desmontada e a oligarquia brasileira encontrou no coronelismo a maneira eficaz de dar manutenção à sociedade de privilégios que perdurava a mais de quatro séculos. Leal, (1947, p. 23) entende

[...] o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é

possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável.

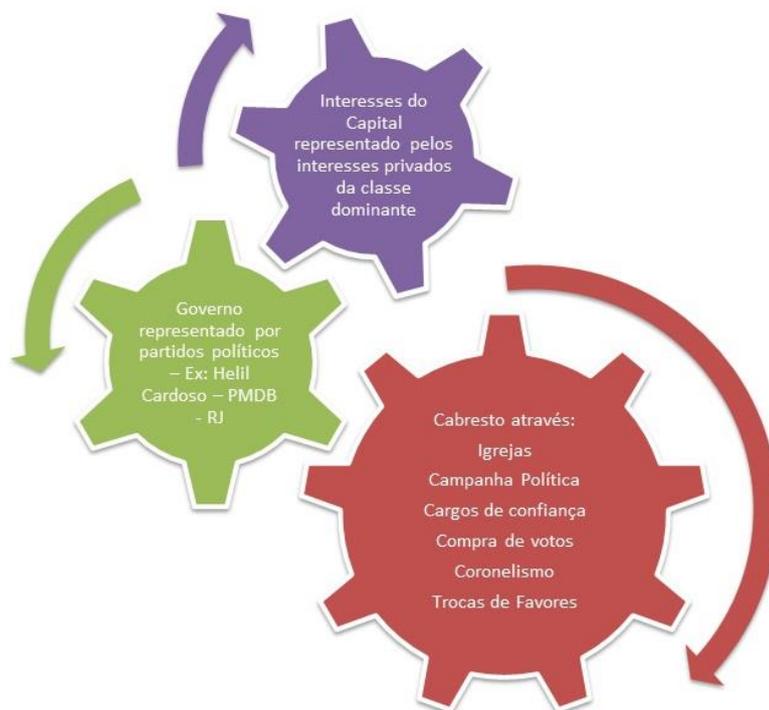
Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.

O Brasil nesse momento histórico era majoritariamente rural, muito distinto da atualidade. Porém, se analisarmos a política de hoje fica muito claro como as relações de privilégio se perpetuaram ao longo da história do país. O que impressiona é a forma como as antigas oligarquias, hoje caracterizadas por grupos hegemônicos, se adaptaram aos diferentes momentos políticos vividos pela sociedade brasileira durante esses anos. Vitor Nunes Leal talvez não suspeitasse que no século XXI, trinta anos após sua morte, as relações políticas baseadas no privilégio, nas trocas de favor, nos poderes locais descritas em seu livro de 1947, pudessem ser próximas às relações atuais. Inspirado no conceito de coronelismo de Leal, a presente pesquisa, tem a pretensão de trazer, a partir dos discursos da comunidade escolar de duas escolas públicas de Itaboraí, como é produzida, justificada e reiterada a banalização do espaço e sua consequente naturalização do absurdo.

Os discursos do cotidiano não são sempre alienados, muitas vezes, encontramos neles a base dos movimentos insurgentes no espaço. Utilizando-os, tentaremos entender como funciona parte da “engrenagem” que movimenta a sociedade brasileira, a partir da experiência vivida na cidade de Itaboraí – RJ. Abaixo, traremos um esquema tentando ilustrar como funciona a “engrenagem” que reproduz e justifica a banalização do espaço.

#### Figura 4: “Engrenagem” Política

### O Poder Público e Sua Engrenagem em Itaboraí - RJ



Fonte: Victor Duba, 2016

Podemos observar acima três polias (Figura 4). Como forma de abstração imaginaremos esse sistema como um moto-contínuo, porém jamais inexorável, pois, como já citado ao longo do trabalho, o espaço é produzido e reproduzido, portanto está em constante transformação. Cada polia é peça fundamental para funcionamento da “engrenagem” em um movimento dialético. Essa “engrenagem” se transforma ao longo do tempo e se modifica dependendo da escala e do espaço em questão, podendo ser abstraído e aplicado em outros exemplos. No caso da cidade de Itaboraí – RJ, veremos que os discursos dos entrevistados, nos levam a entender cada variável inserida nas engrenagens e como elas estão relacionadas.

Esse sistema, que é reconfigurado por relações de poder, é modificado geralmente para beneficiar os interesses dos grupos hegemônicos presentes na cidade. De forma genérica podemos trazer o período eleitoral como um exemplo emblemático. O governo, representado por um partido político de base nacional, tem sua campanha financiada pelos interesses do capital, que fornece recursos, em forma de “doações” para pagar os cabos eleitorais responsáveis por divulgar sua

plataforma política. Os cabos eleitorais, por sua vez, participam da campanha, a partir de diferentes maneiras de persuadir a população, sejam elas, a oferta de emprego, compra de votos, trocas de favores, todas essas vinculadas logicamente a relações de poder, dão a manutenção necessária para alimentar a permanência do governo e a hegemonia dos grupos econômicos, através de seus eleitores. Podemos trazer também o exemplo do pastor evangélico que pede os votos na legenda do partido político de seu interesse, que posteriormente defende na câmara ou no senado a isenção de IPTU para imóveis ocupados pelas igrejas. Ou quem sabe, nos aproximarmos mais da realidade de Itaboraí e citarmos o pastor que pede votos aos fiéis para que o político no poder financie os eventos evangélicos na cidade. A “engrenagem” não funciona ao acaso, ela é alimentada e movida por uma energia diretamente ligada às relações de poder estabelecidas.

O partido político tem uma proposta de poder nacional e enxerga na cidade de Itaboraí a oportunidade de ampliar sua rede de poder e privilégios, principalmente após o anúncio de uma inversão de nível federal que aumentará significativamente a arrecadação da cidade, que a torna a “galinha dos ovos de ouro”, não só para a legenda, mas principalmente para quem a financia. A cidade nesse contexto é vista meramente como uma oportunidade de acumulação de capital, como um negócio, cujo lucro depende principalmente de uma “engrenagem” que produz miséria.

Essa relação se perpetua nas diferentes formas e conteúdos da cidade, nas contradições expressas, por exemplo, entre os hotéis internacionais e o déficit habitacional, o hospital público sem médico e o *lobby* dos planos de saúde, a escola pública sem merenda e os excludentes cursinhos pré-vestibulares, entre outras diferenças abissais que dão forma a banalização do espaço. A “engrenagem”, assim, é um ciclo que associa as formas mais perversas da lógica capitalista de produção com as relações de privilégio herdadas pela história política do Brasil, que são ingredientes complementares que talvez expliquem a razão pela qual o país seja considerado um dos mais desiguais do mundo.

A partir destas inquietações surgiu a ambição de aprofundar este debate tendo como foco desta pesquisa a cidade de Itaboraí. Sendo assim, temos como **objeto** a banalização do espaço vivenciada na degradação da vida na cidade de Itaboraí – RJ, afinal, a naturalização do absurdo está expressa nos discursos e

práticas dos habitantes da cidade, independentemente de sua classe social, posição política, formação e etc.

O **objetivo geral**, portanto, é analisar como é produzida a banalização do espaço em Itaboraí – RJ, a partir do exemplo das tramas do cotidiano vivido no microcosmo das escolas do ensino fundamental. Para isso, teremos como objetivos específicos: abordar as contradições que caracterizam o espaço produzido e reproduzido através das relações sociais que fazem da cidade de Itaboraí um lugar marcado por injustiças; analisar os discursos dos sujeitos que compõe a comunidade escolar; compreender como estes discursos dialeticamente reforçam e refutam a banalização do espaço.

Para melhor atingir nossos objetivos, teremos como base de interpretação o materialismo histórico dialético. A partir dele poderemos construir uma análise crítica que permite um olhar totalizante fundamental para a elaboração da pesquisa.

Vale lembrar que o pesquisador por si só apresenta uma visão de mundo que deve ser ressaltada aqui, uma vez que estará presente no trabalho de forma transversal, afinal objeto e pesquisador não podem ser percebidos de forma dissociáveis. Isto se justifica não só pelo fato do mesmo ser sujeito no mundo e por isso ter uma forma de interpretá-lo particular, resultado de sua construção histórica, mas também pela sua vivência no município como professor da rede. Estas experiências criaram uma forma própria de interpretar as relações sociais que podem ser expressas através do método do materialismo histórico dialético.

Para isso, partiremos das contribuições de Karl Marx e Frederich Engels que consideravam o ser humano como um produto histórico, um resultado da atividade de gerações passadas, que produziram seu espaço e modificaram as relações de produção de acordo com suas necessidades. Logo, o trabalho partirá da produção material do ser humano, o que permitirá compreendermos o cotidiano e suas transformações.

O espaço das atuais gerações está submetido às relações de produção capitalista que são caracterizadas pela propriedade privada e pela divisão do trabalho, o que nos leva a ter uma sociedade fortemente marcada pela divisão de classes sociais e conflitos. Até porque:

[...] cada geração anterior é também produtora de seu espaço, já que modifica as relações de produção de acordo com as modificações de suas necessidades. Isso nos leva à afirmação de que nós produzimos o espaço que nos produz; e não há aqui qualquer fetichização do espaço. Torna-se fundamental, para a compreensão do cotidiano e das transformações impostas a ele, que partamos da vida real, da produção material – que incorpora evidentemente a produção simbólica advinda da materialidade existente (FERREIRA, 2011, p. 32).

Partindo dessa base o trabalho tem a pretensão de analisar a banalização do espaço através dos discursos do cotidiano expresso nas falas dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. O olhar interpretativo do método materialista-histórico-dialético permitirá partir da análise real para buscar os conflitos e contradições que estão postos no cotidiano. O método em questão é o caminho para a construção de uma teoria social crítica, que nos permite desconstruir um olhar inocente e conformado que contribui para justificar e mascarar determinadas atitudes políticas e ideológicas.

Através da dialética é possível aliarmos a contraditória relação que mantém unida teoria e prática. Essa relação contribui para manter em aberto as contradições do processo social e histórico – que agrega as práticas e o imaginário, o concreto e o simbólico -, colaborando, assim, para evitar reducionismos deterministas e idealizações afastadas do real, ambas contribuindo para o fechamento do movimento e do diálogo crítico. (FERREIRA, 2011, p. 38)

Nesta perspectiva, este trabalho pretende trazer uma contribuição para transformações, que permitam desenvolver uma criticidade dos diferentes sujeitos que compõem o ambiente escolar em relação a suas realidades, de forma permanente, pois enquanto este está sendo construído, ele proporciona espaços de reflexão sobre questões importantes para a comunidade escolar. A partir desta problematização da realidade, estes diferentes sujeitos poderão entender como se produz e reproduz a banalização do espaço no município para, a partir destas reflexões, agir a fim de combater algumas das diversas relações opressoras postas no cotidiano. Dessa maneira, a partir da revelação dos distintos sujeitos e ações que compõem as relações sociais presentes no município de Itaboraí, este trabalho busca uma compreensão mais ampla do objeto, e que contribua para transformações efetivas.

Sendo assim, o trabalho partirá da ideia de que:

na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, nesse sentido antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de aprender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (FRIGOTTO, 2004, p. 77).

Conforme Frigotto (2004, p. 80):

[...] é na investigação que o pesquisador tem de recolher a “matéria” em suas múltiplas dimensões; apreender o específico, o singular, a parte e seus liames imediatos ou mediatos com a totalidade mais ampla; as contradições, em suma, as leis fundamentais que estruturam o fenômeno pesquisado.

Dessa forma, manifestar a orientação pelo método dialético para a análise do espaço urbano revela uma preocupação em não isolar o fenômeno estudado, inserindo-o no contexto do espaço urbano, e tendo como ambição mostrar nesta investigação suas ligações com os demais fenômenos que convivem e se relacionam neste meio complexo e de contínua e acelerada transformação. A análise do objeto de estudo a partir desse método interpretativo, portanto, permite a construção de um olhar múltiplo que não o isola, realizando uma leitura que leva em conta sempre a lógica da reprodução do capital e sua disposição espacial.

Perceber esta lógica de produção do espaço permite-nos entender as contradições intrínsecas a este movimento. A partir das contribuições trazidas pela obra de Marx, Lefebvre ressalta que “após ter distinguido os aspectos ou elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reencontra-a na sua unidade, isto é, no conjunto de seu movimento” (Lefebvre, 1974, p. 26). Dessa forma, devemos entender as contradições como parte fundante deste espaço e de seu movimento contínuo de reconstrução.

Nesse sentido, é necessário partir da análise do real para chegarmos aos conflitos e contradições que se dão no espaço, no cotidiano; e, para isso, torna-se imprescindível chegarmos ao movimento da sociedade, das relações que sustentam a sociedade urbana capitalista. (FERREIRA, 2011, p. 32-33)

Essa perspectiva teórico-analítica nos possibilita perceber as influências que os processos globais têm no local e o local no global, compreendendo a (re)construção do espaço urbano a partir dessa dialética.

[...] não só a escala global exerce forte papel na escala do lugar, mas a própria percepção local do fenômeno global interfere na manifestação no lugar deste fenômeno. Ou seja, a maneira como a sociedade (re)produz o espaço mantém um movimento dialético do lugar com o global e de volta ao lugar. Assim, mostra-se claramente um encaminhamento dialético de análise; estamos partindo da parte para o todo – ou das partes para o todo, ou melhor, para as várias percepções do todo – e das diversas totalidades para as partes, o que nos permite compreender ainda, que teremos um sem-fim de percepções micro-objetivas de cada parte. [...] é como dizer que nós produzimos o espaço que nos produz. (FERREIRA, 2011, p. 34)

Sendo assim, ir ao passado, resgatar o histórico de como essas relações se reproduziram no espaço, torna-se importante para conseguirmos compreender o presente e projetar o possível, tal como sugere a metodologia de Lefebvre (método regressivo-progressivo, que nós não nos propomos a realizar) trazida durante sua obra. Por isso, tentamos aqui resgatar um pouco do passado recente de uma cidade que possui 318 anos para entender a lógica produzida e reproduzida atualmente. Portanto, não temos a ambição de realizar agora uma análise prognóstica, mas apenas iniciar a discussão a partir do método de Lefebvre para futuramente, em uma segunda etapa do trabalho, podermos projetar esse possível.

Entender toda esta complexa dinâmica de reprodução do espaço será fundamental para atingirmos nossos objetivos, fazendo-se necessário um resgate de tal debate futuramente no desenvolvimento do texto.

A fim de complementar este caminho teórico-metodológico e alcançarmos o objetivo geral do trabalho, utilizaremos um conjunto de autores, categorias e conceitos que também serão por sua vez delimitadores deste olhar e fundamentais para estabelecer a coerência da análise. Dessa forma, nos apoiaremos em quatro categorias que servirão de base para a pesquisa. São elas: espaço, banalização do espaço, cotidiano e política.

Para aprofundar a análise de cada categoria, privilegiaremos as contribuições de alguns autores. Para analisar o espaço, trabalhamos com as obras de Santos (1978, 1985, 1996), Lefebvre (1974), Carlos (1994) e Gottdiener (1993); Ferreira (2007, 2011) para aprofundar o debate da banalização do espaço; a obra de Lefebvre, principalmente as contribuições de 1978, 1980, 2008 e Telles (2006) para discutir cotidiano e as relações sociais inseridas nele. E por fim, utilizaremos Lefebvre (2008) e Leal (1947) para resgatar o debate sobre política.

A obra de Santos (1996) será fundamental para compreender a dinâmica do espaço geográfico de forma crítica e dialética. Dialogaremos com ele

principalmente a partir da ideia de “espaço geográfico, um híbrido”, em que traz a noção de que entre a ação e o objeto há a intencionalidade; e, também, da quarta parte do livro *A Natureza do Espaço* em que discute “a força do lugar”, abordando o lugar e o cotidiano.

Também, em conformidade com as teorias de Henri Lefebvre sobre o espaço, há o pressuposto de Carlos (1994, p. 24), que complementa trazendo a ideia de que:

se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo, produz o espaço e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir.

Este pressuposto será de extrema importância para a pesquisa, portanto, resgataremos tal debate futuramente.

Também nos apoiaremos nas ideias sobre a produção do espaço de Henri Lefebvre (1974), quando afirma que o espaço é produzido, mas não somente produzido, também reproduzido a partir das relações sociais. O espaço não é apenas:

uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (função de receptáculo), mas também significa permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social). (GOTTDIENER, 1993 p. 127).

Para dialogar com esta concepção do espaço e analisar sua relação com o cotidiano, utilizaremos Henri Lefebvre como aporte teórico em algumas de suas principais obras, como *Crítica à Vida Cotidiana*, *Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, *Espaço e Política* e *a Produção do Espaço*. Estas são obras fundamentais para entender a produção do espaço e a degradação da vida cotidiana na cidade de Itaboraí, conferindo a possibilidade de antever os movimentos de opressão ou de emancipação do homem por meio da dialética espacial. Afinal, a cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo (LEFEBVRE, 1980 p.47).

Para trabalhar com as teias e tramas no cotidiano traremos como inspiração as contribuições da socióloga Vera Telles, que busca trazer as trajetórias e percursos dos indivíduos e famílias que estão inseridos no processo contraditório do modo de produção capitalista. Telles, (2006) argumenta que

no curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam espaços sociais diversos, transitam entre códigos diferentes, seus percursos passam através de diversas fronteiras e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão, mas também os campos de gravitação da experiência urbana nesse cenário tão modificado (p.15).

Este espaço é, por sua vez, essencialmente político, o que faz necessário trazermos o que entendemos quanto a isso, buscando uma aproximação do conceito de política trazido por Lefebvre.

O espaço é político. O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se este espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto “puramente” formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente (Lefebvre, 2008, p.61-62).

Lefebvre (2008, p. 62) acrescenta ainda que:

O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por que? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo.

E é exatamente neste processo que se configura a banalização do espaço, uma vez que esta só pode ser compreendida se percebermos as contradições na produção do espaço. Nessa perspectiva este processo se destaca no cotidiano conjuntamente com os movimentos de resistência.

Se é no espaço da vida cotidiana que percebemos e vivemos o dia a dia, é nele também que os especialistas – cientes ou não do fato de que o espaço produzido interfere fortemente nas relações sociais – concebem seus projetos e os põem em curso, à revelia dos habitantes do lugar. Muitas vezes aqueles que deveriam ser os

atores sociais da luta por mudanças acabam por perceber e viver a partir da total naturalização de tudo, da banalização da miséria, da desigualdade. Por outro lado, há também aqueles atores sociais que, a partir da indignação, procuram formas de lutar contra o estado de coisas atual; as estratégias de suas práticas espaciais são fundamentais, posto que percebem que a produção do espaço é também instrumento de reprodução das relações sociais. (Ferreira, 2011, p.40-41)

Dessa maneira, será a partir do diálogo entre estas categorias que construiremos nosso aporte teórico-conceitual e conduziremos o desenrolar da análise. Para criar uma consistência na interpretação do objeto e não permitir que teoria e prática se apresentem no texto de forma fragmentada e desconexa, resgataremos este debate durante a escrita.

Utilizaremos também outras fontes, como jornais, revistas, o Relatório de Impactos Ambientais – RIMA do COMPERJ, a Agenda 21, o estudo financiado pela Petrobras, realizado pela Universidade Federal Fluminense, intitulado Boletim de Acompanhamento da Cidade de Itaboraí, Plano Municipal de Saneamento Básico, dados do Sindicato dos Professores de Itaboraí e da Prefeitura Municipal de Itaboraí.

Participamos também de um trabalho de campo intitulado Estudos Exploratórios das Áreas de Influência Direta do COMPERJ, com o Prof. Dr. Jacob Binztok (UFF), que tinha como objetivo analisar a realidade do município e as consequências da implementação do COMPERJ.

Para realizarmos tal análise, apoiamos-nos também nas falas dos diferentes sujeitos que convivem no ambiente escolar e que foram trazidas a partir das entrevistas. Portanto, para a construção do trabalho foram realizadas entrevistas no segundo semestre de 2015, entre os meses de Agosto e Dezembro, na cidade de Itaboraí. Os entrevistados foram escolhidos de acordo com os objetivos do trabalho de trazer os discursos da banalização do espaço a partir da perspectiva da escola. Era necessário escolher diferentes sujeitos que protagonizam a comunidade escolar. Então tivemos que diversificar a escolha dos personagens para ampliar o foco nos discursos que estão presentes no microcosmo das escolas pesquisadas. Para isso, convidamos para as entrevistas: merendeiras, porteiros, auxiliares de serviços gerais, bibliotecários, inspetores, todos esses contratados pela prefeitura ou por empresas terceirizadas. Também chamamos professores de educação infantil, do primeiro e segundo seguimento do ensino fundamental,

contratados e concursados, mediadores da educação especial, diretores e pais de alunos, todos eles moradores ou trabalhadores da cidade.

A escola é uma instituição que carrega consigo os valores de suas respectivas sociedades, são microcosmos inseridos em seus contextos políticos, culturais, econômicos, históricos e sociais, independente dela ser aparelhada pelo Estado e servindo a uma classe dominante, ou criada para a produção de uma força de trabalho confiável e disciplinada, ou mesmo, para a formação de indivíduos que pensam a sociedade e o mundo de forma crítica, agindo nele como protagonistas. O sociólogo Émile Durkheim reconhece que “quanto melhor conhecermos a sociedade, melhor perceberemos tudo o que se passa no microcosmo social que a escola é” (DURKHEIM, 2013, p.117). Indo além e utilizando-nos de um movimento dialético, a partir do microcosmo da escola poderemos entender também as múltiplas características de uma sociedade, pois ela é parte de um todo.

Como exercício de abstração traremos o diálogo fictício criado pelo escritor Ítalo Calvino (1990), em seu livro *As Cidades Invisíveis*, entre Marco Polo e o imperador mongol Kublai Khan. Marco Polo, um viajante veneziano descreve as diferentes *cidades impossíveis* por onde passou, transmitindo sua experiência ao sedentário imperador mongol, que não pode ver com seus olhos toda a extensão de seu território.

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? —pergunta Kublai Khan.

– A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra —responde Marco—, mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

– Por que falar em pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

– Sem pedras, o arco não existe.

(CALVINO, 1990)

O diálogo dos dois ilustra a relação das partes com o todo. A ponte é uma unidade imaginária, ou seja, um arco de pedras. O arco é a sustentação da ponte que possui suas divisões, as pedras, e que sem qualquer uma delas, o arco não poderia existir. Assim, não podemos ver as coisas como algo único, e independente de suas partes. Logo, também não poderemos olhar para a escola sem levar em consideração que ela é parte de um todo, é peça fundamental na

composição da sociedade. O pensamento inverso, ou seja, o olhar de uma parte nos traz a falsa ideia de que a escola poderá sozinha resolver todos os problemas existentes em nossa sociedade, enquanto sabemos que ela é somente uma parte da “engrenagem”.

Assim, reforça-se a ideia de que a escola é um laboratório excelente para investigar toda a “engrenagem” que avigora a banalização do espaço, a partir do olhar dos diferentes sujeitos pertencentes à comunidade escolar. A própria banalização do espaço pode ser ilustrada pelo diálogo da ponte, a partir do momento que não nos vemos como uma parte de um conjunto. Todos têm um papel na produção do espaço, e ter consciência do papel que exercemos, torna-se fundamental para a construção de uma sociedade menos desigual.

Temas como as relações de poder entre a política institucionalizada e os funcionários da escola, os recursos oriundos da arrecadação do município e como esses são empregados, a força das igrejas representadas nos ritos e falas da comunidade escolar, o direito à cidade e seus equipamentos urbanos, as relações de trabalho e sua precarização, o acesso à saúde, transporte e saneamento básico, são alguns exemplos, do que poderemos enxergar sobre a cidade a partir do microcosmo da escola e seus respectivos discursos.

Para isso, as duas escolas escolhidas são o local de trabalho do pesquisador em questão, o que possibilitou um acesso mais fácil aos entrevistados, pois como membro da comunidade escolar foi possível conquistar certa confiança das pessoas. Além disso, as escolas estão localizadas próximo às comunidades que possuem uma realidade trágica, quando nos referimos à qualidade de vida da população. A Escola A se localiza no bairro de Nancilândia, que no passado, foi um grande lote de terra pertencente a uma olaria, que retirava sua matéria-prima de uma área localizada no terreno. Posteriormente, essa olaria encerrou suas atividades e esse terreno foi dividido em vários lotes. Os lotes mais próximos a Avenida 22 de Maio, a principal da cidade, foram vendidos a moradores de classe média e alguns se transformaram em lojas comerciais que abriga padarias, clínicas, pequenos mercados e etc. A parte do lote na qual era retirada a matéria-prima para a fábrica foi ocupada por uma população pobre que construiu residências em um local que o Estado chegou de forma precária. Essa comunidade se localiza no bairro denominado Barreiro, em referência ao barro deixado pela olaria. A maioria dos alunos da escola são moradores desse bairro.

A segunda escola escolhida, a B, se localiza em frente a uma das maiores favelas de Itaboraí, a Reta Velha. A escola anteriormente pertencia ao Estado e servia à comunidade Colônia, que se formou próximo ao Hospital Estadual Tavares Macedo especializado em hanseníase. Esse hospital foi criado no Governo Vargas para atender aos pacientes e afastá-los do centro da cidade, deixando-os isolados do convívio social em uma pequena vila. Ao longo dos anos, milhares de pessoas ocuparam a comunidade, entre elas estão ex-internos, famílias de antigos pacientes e pessoas que trabalham no local. A escola atendia exclusivamente a comunidade da colônia, mas hoje é aberta ao público em geral, assim como o hospital. Os alunos até hoje sofrem o preconceito por viver na Colônia e quando se tornam adultos têm que omitir o local de moradia para conseguir empregos. Os correios, por exemplo, não entregam suas correspondências na porta das casas, pois a empresa afirma que os endereços não são regularizados e deixam as encomendas na porta do hospital que é na entrada da comunidade. Hoje, a escola foi municipalizada, porém ainda sofre as consequências das péssimas gestões do Estado e frequentemente tem problemas com sua estrutura física, o que não foi solucionado pela gestão municipal.

Como já mencionado, as duas escolas proporcionaram à pesquisa um excelente laboratório de investigação, pois possuem peculiaridades emblemáticas pertencentes à trama que justifica a banalização do espaço. Cada personagem entrevistado pôde trazer suas histórias/falas do cotidiano. Para isso, utilizamos um questionário aberto e qualitativo<sup>4</sup>, o que permitiu ao entrevistado uma liberdade para se expressar sem necessariamente seguir as perguntas de forma rigorosa. O questionário foi sendo seguido dependendo do caminhar da conversa e no decorrer da entrevista outras perguntas foram inseridas para incentivar estes sujeitos a falar mais detalhes sobre suas impressões. Elas tiveram uma duração de 20 a 60 minutos dependendo do entrevistado e de sua respectiva vontade de compartilhar suas impressões, angústias, alegrias, anseios, ou seja, sentimentos expressos em seus discursos. O roteiro foi elaborado de acordo com as necessidades do trabalho de perceber os diferentes discursos que povoam o imaginário dos habitantes de Itaboraí, estes muitas vezes contraditórios. O

---

<sup>4</sup> Ver apêndice A.

anonimato dos entrevistados foi importante para conseguir as informações mais íntimas e pessoais.

As perguntas instigavam o entrevistado a responder e pensar sobre temas relacionados à banalização do espaço e sobre o direito à cidade. Para isso, perguntávamos sobre alguns temas que pudessem refletir esta realidade. Foram eles: sobre a qualidade de vida na cidade de Itaboraí, em relação à moradia, saúde, educação, trabalho, transporte, lazer e saneamento básico; como era a vida em Itaboraí no passado e como é hoje em dia, levando em consideração o uso dos espaços públicos da cidade e o respectivo sentimento dos entrevistados em relação ao lugar; como era a política na cidade, o período eleitoral e as impressões da população sobre as ações dos vereadores e prefeitos; o tema do COMPERJ, tentando instigar o entrevistado a pensar sobre as influências da chegada do empreendimento e as consequências do declínio do projeto para a cidade.

Alguns entrevistados se sentiram à vontade para responder o roteiro no ambiente escolar, outros preferiram ir a um local mais distante. Isso evidencia as relações de poder postas dentro da escola. O convite feito para os funcionários com cargos comissionados e contratados nem sempre foi aceito. O que era esperado se concretizou, foi mais difícil conseguir ouvir os sujeitos envolvidos em relações precárias de trabalho do que os funcionários com estabilidade, afinal muitos deles conseguiram seus respectivos empregos a partir de uma relação de troca de favor com os políticos locais. Estes resistiram ao contato, adiando as entrevistas, não respondendo chamadas. Por isso, o tempo necessário para conseguir um número mínimo de vinte entrevistados foi maior do que o exposto no cronograma. Apesar de estarem explícitos seus motivos, eles não queriam reconhecer o medo que sentiam pela possibilidade de perder seus cargos, tentando mascarar seus reais motivos com pretextos fúteis ou de saúde. Esse fato já expressa um detalhe interessantes: o sentimento concomitante do medo de perder seus empregos e o constrangimento de ter que se submeter a relações de subordinação e precarização. O constrangimento da dependência e de saber sua condição fez com que os funcionários de cargo de confiança como diretores, inspetores, mediadores e merendeiras passassem mais por esta situação.

Outro motivo decisivo nesse atraso foi o fato da Prefeitura de Itaboraí, de forma impositiva, alterar o calendário e prorrogar o tempo das férias escolares de Julho e Agosto do ano de 2015 para mais de 30 dias, justificando a mudança

através da crise do COMPERJ. O motivo principal da alteração do calendário das férias, exposto pela prefeitura, foi a necessidade do cumprimento do orçamento de 2015 aprovado pela Câmara de Vereadores. Todos os funcionários contratados da escola, entre eles professores, merendeiras, inspetores, dirigentes e etc. foram demitidos duas semanas antes das férias. A prefeitura, dessa maneira, passou o mês das férias sem pagar funcionários contratados com a justificativa de assim poder garantir o pagamento dos concursados. Quando o período de férias terminou, a prefeitura demorou duas semanas para começar a recontração de funcionários. Nessas demissões sumárias, todos os entrevistados que já tinham se comprometido em participar da pesquisa saíram da escola. Quando os funcionários foram recontraados, eles não eram os mesmos, fazendo com que fosse necessário restabelecer o contato e a confiança de novos entrevistados para prosseguir a pesquisa.

Apesar das dificuldades, outros convidados fizeram questão de nos procurar para colaborar com a pesquisa, sabendo da importância de compartilhar informações e expressar seus sentimentos em relação à realidade do município. Foram eles professores do sindicato, que pesquisam ou problematizam a realidade da cidade. Estes sabem da importância de ressaltar as formas de banalização do espaço para, a partir de sua compreensão, mudar esta realidade. Isso demonstra que há forças de resistência neste espaço e que ela ganha um destaque no ambiente escolar. Traremos esta discussão novamente no subcapítulo 2.2, quando apresentaremos exemplos de movimentos insurgentes que partem da escola para transformar a realidade do município.

O espaço escolar é apropriado assim, por sujeitos conformados e também os insurgentes. Os entrevistados que se propuseram a participar, em geral responderam todas as perguntas, porém alguns trocaram as palavras utilizando eufemismos, evitaram falar nomes, deixando para o entrevistador entender a ideia a partir de gestos e expressões. Às vezes entrava um terceiro na sala e o sujeito parava imediatamente de falar. Da direção à portaria da escola, encontramos receio no discurso, cada um em sua escala está submetido à sua relação de poder.

Contudo, o discurso do entrevistado pode ser ao mesmo tempo conformado e rebelde. Quando o diretor evita um assunto, diz muito sobre sua posição e suas relações no espaço escolar e no município. E de fato, isso foi percebido. O entrevistado responde: “*não entendo nada de política*”, o que pode ser traduzido

como: não quero falar sobre esse assunto, ignorando a ideia milenar aristotélica de que todos nós somos seres essencialmente políticos. O sentido explicitado pela fala do entrevistado em questão se refere à política na escala local, das relações entre os personagens, que estão postos em seus cargos naquele momento, o que deixa a entender: entendo de política, mas que tal mudarmos de assunto?

Além do fato de o entrevistado saber que o seu discurso poderá fazer parte de uma pesquisa e ser exposto a público, existe o símbolo do gravador. Após o desligar da gravação alguns entrevistados fizeram revelações interessantes, polêmicas ou conformadas. Entre elas estão: o porteiro de uma das escolas se referindo a um exame de ressonância magnética pedido a um vereador que “autorizou” o procedimento em um hospital público da cidade. *“Tem gente que fala que é troca de favor, mas acho bobagem, se o cara fez por você, você tem que fazer por ele, votar nele, ué?”* Ou, também, a fala de um professor que no passado foi diretor se referindo à cantina da escola: *“o lucro da cantina da escola era exigido pelo vereador para pagar a prestação do carro do seu filho”*.

É claro que não podemos nas entrevistas captar tudo que o entrevistado tem para expressar em seu discurso, porém podemos recortar em vinte ou quarenta minutos parte dele, ou o que nele está oculto, pois a negação ou o eufemismo pode, às vezes, expressar mais do que uma afirmação. Somado a isso, escolhemos sujeitos com papéis sociais muito distintos que puderam nos ajudar na construção de uma pesquisa multifacetada. Temos como exemplo a profissão dos pais escolhidos para as entrevistas: pastor da Igreja Evangélica, funcionário da secretaria de administração da prefeitura de Itaboraí, merendeira de uma das escolas e professora, todos moradores da cidade. Com isso, pudemos aproveitar o discurso dos pais a partir de diferentes visões e crenças sobre a realidade do município e assim enriquecer a pesquisa.

Ter contato com estes diferentes sujeitos para compreender a realidade do município foi extremamente enriquecedor e permitiu um olhar múltiplo do objeto de pesquisa.

A partir da contribuição e depoimentos dos diferentes atores e agentes envolvidos nas tramas da cidade, tentaremos responder à seguinte **questão**: como a construção de determinadas representações contribuem para a concretização da banalização do espaço em Itaboraí – RJ, a partir do exemplo das tramas do cotidiano vivido no microcosmo das escolas do ensino fundamental?

Para isso, dividiremos o presente trabalho em dois capítulos. No primeiro, “COMPERJ: Um Divisor de Águas ou a Permanência da Tragédia?”, tomaremos como ponto de partida a realidade da cidade a fim de entender a tragédia. Para isso, dividiremos o capítulo em três subcapítulos. No 2.1. “Itaboraí antes do COMPERJ”, traremos a realidade de Itaboraí antes do COMPERJ. No 2.2. “Itaboraí nos tempos do COMPERJ”, as transformações ocorridas com a notícia da vinda do COMPERJ, os anos de sua construção e auge. No 2.3. “Itaboraí na ‘crise’ do COMPERJ”, discutiremos as consequências sociais da chamada “crise do COMPERJ”.

Entendemos, portanto, que este complexo foi um marco nas transformações sociais da cidade e que apesar de uma estrutura social se perpetuar durante seu auge e depois de sua chegada, ele foi responsável por criar um novo imaginário de cidade. A partir disso, traremos no segundo capítulo, intitulado “As representações construídas para a concretização da banalização do espaço”, buscaremos trazer e discutir os discursos que legitimam a tragédia e criam representações que concretizam a banalização do espaço vivido na cidade. As questões políticas que envolvem os partidos e os micropoderes locais e suas relações com o clientelismo, abusos de poder, nepotismo, as redes de influências e a não dicotomização entre as questões do público e do privado. Para isso dividiremos este capítulo em dois subcapítulos. No 3.1. “Discursos que fortalecem a banalização e o imaginário da ‘cidade do futuro’” analisaremos os discursos que conformam a banalização do espaço e no 3.2 “Os discursos e práticas da resistência a partir do olhar do microcosmo das escolas”, traremos os movimentos insurgentes que partem da escola para questionar e reconfigurar a realidade opressora e desigual do município.

## COMPERJ: Um Divisor de Águas ou a Permanência da Tragédia?

Para analisarmos a reprodução do espaço em Itaboraí e como os discursos dialeticamente fortalecem e combatem a mesma, criando representações e um imaginário fortemente contraditório, se torna necessário, primeiramente, relatar um pouco sobre a realidade desigual e trágica do município.

Para isso, traremos nesse capítulo dados quantitativos, fotografias, relatos da comunidade escolar, documentos e pesquisas da prefeitura de Itaboraí, além do Relatório de Impactos Ambientais do COMPERJ, a fim de expor a difícil realidade que se encontra o município e como é produzida a degradação da vida. Não podemos então, deixar de levar em consideração a chegada do COMPERJ no município, pois, o mesmo se apresenta como um marco na transformação do espaço dessa cidade. O objetivo, porém, não é minuciar o empreendimento em questão e sim, considerar que a passagem dele pelo município foi um grande influenciador na transformação dessa realidade.

O fato de ele estar mencionado no título dos subcapítulos não é protagonizar o empreendimento, mas sim temporalizar para mostrar que as relações contraditórias e excludentes são anteriores a ele e que se perpetuaram no espaço-tempo após o início de sua construção. Esse foi idealizado em um município com uma série de problemas relacionados à sua precária infraestrutura de transporte, habitação, saúde e educação que são temas básicos, merecem atenção e são fundamentais para a discussão dos próximos capítulos do presente trabalho.

Os primeiros impactos do empreendimento foram percebidos de dentro das escolas e também das salas de aula, pois o número de matrículas e alunos por classe aumentou em consequência do crescimento da cidade e da população. Alunos de diversas cidades do Brasil chegavam para contar suas histórias e criar na cidade um novo vínculo. As escolas, não acompanharam o crescimento, seu tamanho físico continuou o mesmo e claro isso foi sentido pela comunidade escolar. Esse fato é mais um exemplo que reitera como o microcosmo da escola pode ser rico para entender as contradições postas no cotidiano da vida dos

habitantes da cidade. Para isso, partiremos desse olhar com as falas dos personagens da comunidade escolar e trazendo dados que corroborem suas falas durante este e o segundo capítulo.

Apesar de considerarmos que as relações políticas estabelecidas no município remontam tempos passados, temos hoje na cidade novos atores, esses característicos do estágio atual do modo de produção capitalista, que claro, são diferentes dos fazendeiros de cana de açúcar e dos produtores de laranja. Hoje, o setor de serviços é o principal responsável pela produção econômica da cidade, tendo os especuladores imobiliários, empresas de construção civil, imobiliárias, donos do comércio varejista e atacadista, empresas de transportes, algumas indústrias, hotéis, alguns pequenos produtores agropecuários, bancos, empresas de telecomunicações e etc., como seus principais atores.

O interesse pela política local por parte desses novos atores fez com que um novo arranjo se estabelecesse na cidade, pois, a “engrenagem” não é inexorável, ela se transforma ao logo do tempo, para estabelecer novas relações de poder garantindo a acumulação de capital. A política de troca de favores não é nenhuma novidade, pois no passado, funcionava a partir da força dos produtores rurais e hoje, é movida pelos novos atores que se estabeleceram como os novos protagonistas das decisões políticas do município.

Entendemos aqui o espaço urbano como um produto social e segundo Correa, (1989 p.11-12), ele “é resultado das ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes<sup>5</sup> que produzem e consomem espaço”. Para ele o espaço urbano capitalista é “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas”. Para o autor os agentes sociais são:

[...] concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mútuas de reprodução das relações de produção, e dos conflitos da classe que dela emergem. A complexidade da ação dos

---

<sup>5</sup> É importante ressaltar que na década de 1980 todos os geógrafos falavam de agentes como sinônimo de atores. Quando passamos a entender as diferenças, nosso potencial analítico cresceu. Ferreira, 2013, traz o debate ressaltando as suas diferenças. Para o autor, agentes e atores estão ligados ao agir, porém o que os move, o ponto de partida de ambos, tem sentidos diferentes (p.54). Aos atores relaciona-se o agir como fonte do processo; a eles são atribuídas capacidades e intenções. Ao falarmos em atores, estamos nos referindo a jogos de poder, relações de força que põem em disputa conhecimento e estratégias, que constroem encadeamentos sociais e políticos. Os agentes, embora também se realizem no âmbito do agir, são passivos no que tange à definição de intencionalidades (p.55).

agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (...) a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe, este aspecto cabendo particularmente ao Estado. (p.11-12).

Sem dúvida, que herdeiros dos antigos arranjos continuam com seus negócios e sua força política no município, porém novos atores surgiram nesse espaço tentando conquistar sua parte, principalmente após o anúncio do COMPERJ. Personagens novos como o atual presidente da câmara dos deputados, o réu deputado Eduardo Cunha PMDB - RJ tem negócios espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro, foi o candidato mais votado do município. Por outro lado, temos a empresa Rio Ita, que é do município de São Gonçalo, atuando como a única empresa de transporte da cidade há mais de 50 anos.

No passado e no presente os capitalistas encontraram suas formas de acumulação pautada nas relações patrimonialistas. Ela sempre foi e continua sendo na história do Brasil uma característica marcante dessa sociedade e um aliado às relações capitalistas de produção. A partir desse pressuposto, este conceito se torna chave para a pesquisa, portanto, veremos mais detalhes no subcapítulo 1.1. Afinal, o tempo passa, novos atores surgem e essa característica se perpetua ao longo do tempo, sendo carregada por diferentes gerações.

O “coronel” dos dias atuais é moderno e se atualizou. É parte de um novo arranjo do modo de produção capitalista. Conserva características dos donos do poder do passado, como a compra de votos, cargos de confiança, promessas inalcançáveis, porém utiliza novas formas de comunicação como redes sociais, televisão e a rádio. Ele é televangelista, conquista seus votos através das modernas igrejas neopentecostais, trabalha em cima das mazelas da sociedade e da precarização máxima do trabalho. Nem sempre está atento aos limites da lei e enxerga as eleições como um investimento, mais um grande negócio a ser concretizado. A fala de um professor da rede expressa bem esse sentimento:

É... como que acontece em Itaboraí a compra de votos? Na verdade a compra de votos se dá na boca de urna, se eu contrato duas pessoas pra arrumarem cabos eleitorais pra mim, essas pessoas me conseguem 150 pessoas pra trabalhar, essas

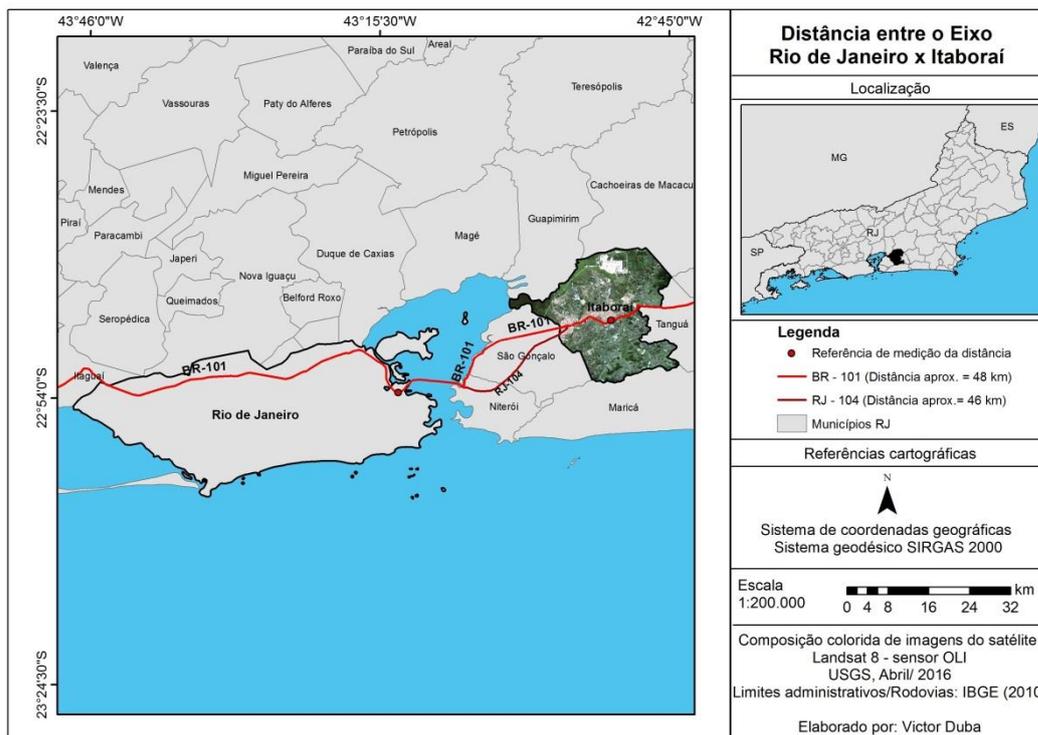
peças recebem pra fazer a boca de urna, conseqüentemente elas são pagas pra fazer esse trabalho. Um dia de boca de urna é 50 reais. E essa pessoa, além de fazer a panfletagem, a boca de urna, a entrega de santinhos no dia que é proibido, ela vota na pessoa. Dá o nome de angariar cabos eleitorais, mas na verdade você está comprando voto. Esses cabos eleitorais são eventuais eleitores, então quem manda é o poder econômico. Se você tem 300 mil pra gastar numa eleição em Itaboraí você já é eleito, a eleição em Itaboraí custa 300 mil reais. Você vai contratando cabeças, que contratam outras pessoas, que contratam outras pessoas o dinheiro que chega lá na conta é muito menor do que aquele que foi investido. E tem aquela coisa também né... “se eu for eleito eu dou tanto”, é a motivação maior. Numa cidade que você não tem trabalho, desemprego, a política movimenta a máquina econômica. (Geremias)

As relações de trocas de favor e clientelismo, característica do patrimonialismo supracitado, estão postas há muito tempo e com características muito parecidas ao nascimento do primeiro regime representativo do Brasil. Na hora que nos deparamos com tal realidade tão próxima ao Rio de Janeiro, uma cidade de tanto destaque para o país, com tanta visibilidade, pensamos como isso é possível. É comum escutarmos perguntas do tipo: Como pode um município tão próximo a uma cidade grande como Rio de Janeiro ter relações políticas tão arcaicas? Esse fato expressa um preconceito “metropolitano” que foi relatado pela fala de um professor da rede:

Eu como professor me assustei. Professor de história dando aula sobre voto de cabresto e no meio da aula meus alunos começam a rir de mim. Perguntei o porquê da reação da turma. “não professor, é que você tá falando aí de 1920, mas pode puxar pra 2007 que acontece isso aqui agora”. Aí, outra menina levantou e falou assim “eu vendi meu voto professor, vendi pra três, votei no que pagou mais”. E eu no baluarte dos livros de história achando que era uma prática soterrada em algum lugar do passado, que ainda tá muito presente. E a gente tem um certo preconceito metropolitano em achar “ah, mas isso acontece nas cidades menores, nas cidades do interior”. Não é não, na favela do Rio de Janeiro acontece também. O candidato do tráfico vai fazer todo um esforço pra que naquele reduto eleitoral o voto seja garantido pra ele. Teve até época em que o pessoal tinha que tirar foto do seu voto pra mostrar lá na boca de fumo em quem tinha votado, até que vetaram o uso de celulares nas zonas eleitorais. A verdade é que o voto, embora por lei seja garantido o voto secreto, raras vezes se garante o voto secreto como instrumento de garantia eleitoral no Brasil. (Antônio)

Itaboraí, apesar de estar fisicamente tão próxima da cidade do Rio de Janeiro (ver mapa a seguir), está longe do olhar crítico à sua estrutura política, que é tão pouco questionada ou nem mesmo é citado pelos meios de comunicação. Essas relações de poder chamam atenção dos olhares atentos dos grupos interessados em adquirir uma fatia do poder local e ter seus privilégios garantidos.

**Figura 5: Mapa da Distância entre a Capital do Estado e Itaboraí**



Itaboraí faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e fica a 46 quilômetros de distância.

Fonte: Victor Duba, 2016

O anúncio do COMPERJ atraiu “os forasteiros”, nome dado pelos grupos econômicos e políticos locais aos atores que não faziam parte dessa “engrenagem” e viram em Itaboraí a oportunidade de acumulação, e assim, começaram a buscar espaços de atuação no município através de diferentes formas como: na construção de empreendimentos, como candidatos à política local, nas pregações das igrejas através de pastores aliados, etc. A disputa envolveu os antigos e novos grupos hegemônicos que angariavam espaços de privilégios e acumulação no município, enquanto que a grande parte da população assistia de mãos atadas.

Esses grupos que vieram de fora chamados “forasteiros” não se submeteram à elite local, mas continuam na luta pelo poder contra esta elite. Este embate é frequentemente percebido através das matérias do jornal “O Itaboraí”, que é contra o governo, e nas falas do prefeito.

O cenário da banalização do espaço é característica da “engrenagem” que em um movimento dialético, reforça a naturalização de discursos que escamoteiam os reais motivos da tragédia, pois surgem quando as consequências

de uma má administração começam a aparecer na degradação da vida, enquanto que também os combatem através dos movimentos de resistência.

Quando, por exemplo, a escola fica sem merenda, a prefeitura culpabiliza a crise econômica. Mas qual seria essa crise ou por que essa crise existe? O discurso da prefeitura através de sua assessoria de imprensa e dos meios de comunicação aliados culpabilizou a crise pela estagnação do COMPERJ e a diminuição dos recursos destinados ao pagamento dos *royalties* do petróleo à prefeitura.

Mesmo com a queda da arrecadação do município, seu orçamento é muito maior do que o de cinco anos atrás, e isso não proporcionou ao município transformações significativas na infraestrutura e na qualidade de vida. Pelo contrário, no momento de “crise”, a prefeitura não tinha reservas suficientes para manter os serviços básicos para a população. Logo, o principal grupo prejudicado com a suposta crise foi a camada mais pobre da cidade, que depende significativamente das ações da prefeita de Itaboraí. Um professor da rede expressa bem em seu discurso essa realidade.

Queria ter uma resposta mais otimista, mas eu tenho dificuldade em ver quais são os benefícios que o COMPERJ trouxe pra cidade. A não ser para aqueles que sempre se beneficiaram. A cidade é heterogênea, pra falar da cidade a gente precisa falar dos grupos sociais que compõem essa cidade. Há grupos que se beneficiam, sem dúvida nenhuma. Mas esses grupos não precisariam do COMPERJ pra se beneficiar, porque eles são historicamente privilegiados. Agora, aqueles que são historicamente excluídos permaneceram excluídos na cidade. Diria até que com menos direito, pois essa cidade se tornou inacessível, mais cara, mais custosa, com maior dificuldade de ir e vir, esse desenvolvimento econômico trouxe pra Itaboraí muito dos seus malefícios, mas os seus benefícios tão difíceis de enxergar. (Antônio)

A comunidade escolar vivencia a inacessibilidade da cidade e esse fato é nitidamente observado pelo grupo quando percebe a redução dos recursos destinados à escola. Colegas de trabalho sem dinheiro para pagar o aluguel da casa em que vivem, são ajudados por terceiros para sustentar os meses enquanto a prefeitura não paga seus salários. O mesmo professor em uma de suas falas traz alguns dados:

Atualmente, 25% da arrecadação dos impostos devem ser repassados segundo a lei específica. O PNE promove um grande avanço e propõe que no final de 10 anos sejam 26%. Pode rir pessoal, é uma piada. O grande avanço é esse, em 10 anos aumentar 10% da receita, é uma piada. Do bolo que vem pra educação eu diria hoje que 70% é de receita local e arriscaria mais, mas isso é um palpite, eu não tenho

como provar isso. Mas acredito eu que todo o custeio da educação pública municipal de Itaboraí se dê somente com a verba do FUNDEB, pouco usam a receita 01 que deveria ser toda aplicada na educação. (Antônio)

A verba destinada para a educação foi por muitas vezes utilizada pela prefeitura como publicidade para promover os seus feitos. Ao invés de estruturar as escolas internamente, como climatizar salas de aula, reajustar os salários dos profissionais da educação, comprar material didático de qualidade, a prefeitura se preocupa em realizar obra nas fachadas das escolas das avenidas principais, vestir os alunos com novos uniformes que têm a “cara” do novo governo, investir em material escolar que o aluno leva para casa, para mostrar a comunidade e montar grandes eventos com palestrantes motivacionais. O professor continua argumentando que tem percebido que os investimentos na educação são:

[...] em obras de fachada, a gente percebe isso. De quatro em quatro anos você vai ver mudar o uniforme a pintura da parede isso de quatro em quatro anos pode ter certeza, é batata. Agora, tem escola que é pintada dez vezes e tem escola que não recebe uma pintura, depende da área onde fica essa escola. Se é uma escola que fica lá no rincão ela vai ser menos privilegiada do que uma escola que fica à beira da estrada, onde as pessoas visualizam mais. Então toda essa política é voltada pra política do espetáculo, o objetivo maior não é atender a população, mas mostrar alguma coisa que se está fazendo. Eles organizam um simpósio pra formarem os professores e os convidados são a moça que fazia o programa de babá lá do SBT, a “Supernanny”, o Rubem Alves, que é um cara que nunca pisou numa escola pública, e cobra uma fortuna pra vir falar palavras de autoajuda. Eles confundem muito o espaço público com o espaço privado aqui e a educação acaba sendo a grande galinha dos ovos de ouro pra essa galera que quer fazer do Estado um lugar de troca de favores. (Antônio)

A fala do professor reforça a ideia de apropriação do Estado pelos interesses dos grupos dominantes representados pela prefeitura que aproveitaram o aumento da arrecadação do COMPERJ para autopromoção. Porém, essas relações não surgiram após a chegada do empreendimento apenas foram reforçadas com sua chegada, por isso, nos focaremos a seguir, em discutir a tragédia e a degradação da vida em três momentos diferentes: o antes, durante e o depois da crise do COMPERJ.

Logo, o objetivo deste capítulo, portanto, é trazer alguns dados da realidade perversa do município buscando desmascarar os reais motivos que estão por trás das transformações que ocorreram/rem no mesmo. Para isso mostraremos que as relações de poder, a opressão, precarização do trabalho, ou seja, todo o

arranjo pertencente a esta “engrenagem” que compõe a própria banalização do espaço não é uma novidade, já que ela é anterior à chegada do Polo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ. No entanto, este empreendimento foi responsável por intensificar este quadro se tornando um marco na história da produção do espaço de Itaboraí.

Partindo desta premissa, dividiremos este capítulo em três subcapítulos que analisarão as relações espaço-tempo no município trazendo dados estatísticos, fatos, relatos (inclusive dos entrevistados), que possam exprimir um pouco da realidade vivida no mesmo. Eles serão divididos entre diferentes períodos distinguidos pelos tempos marcados pela chegada do complexo: antes, durante e depois. O objetivo desta divisão não é dar destaque ao empreendimento como “o grande vilão” da história, pelo contrário, queremos, com esta divisão, ressaltar que as relações de poder que compõe o espaço de Itaboraí hoje, foco desta pesquisa, já existiam desde antes de sua chegada e permanecem depois de sua decadência.

## 2.1

### **Itaboraí Antes do COMPERJ**

A história de Itaboraí remonta à época do Brasil colonial, tendo mais de 300 anos de história. Não é de interesse do trabalho resgatar detalhes sobre a história da região, mas sim tentar mostrar que a cidade possui um passado marcado por um desenvolvimento desigual, que deixou como herança para a população, péssimas condições de infraestrutura, conseqüente de relações de poder bem demarcadas. Essa realidade é oriunda de décadas de ações que ignoraram as necessidades básicas, pois os governos federal, estadual e municipal, em conjunto com a elite local, não se interessaram em investir em transformações substanciais na qualidade de vida da população.

Itaboraí no século XVII era conhecida como Vila de Santo Antônio de Sá, e foi um importante entreposto comercial, além de ser uma região, como muitas outras do Estado do Rio de Janeiro, produtora de cana-de-açúcar e seus derivados. Portanto, a mão de obra predominante era escrava, o que se perpetuou até a crise da produção de cana, principalmente após a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da república em 1889.

[...] a abolição da escravatura em 1888 só veio a acentuar o declínio econômico da cidade, uma vez que a economia do município era pautada na mão de obra escrava, que gerava a riqueza para os fazendeiros locais. Outro fator que afeta politicamente a Vila de São João de Itaboraí é a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, fato esse que ocorre pelo fato de os políticos itaboraienses serem tradicionalmente ligados ao Partido Conservador, vinculado aos saquaremas, representantes da elite senhorial, grandes proprietários rurais. (RAMOS, 2013 p.34-35)

Os integrantes do partido conservador na época do império, incluindo Visconde de Itaboraí, que era um de seus líderes, eram conhecidos por saquaremas pelo fato de vários de seus membros residirem no município fluminense de Saquarema, que passou a ser também local de reuniões do partido. O interesse deste grupo se consistia na reivindicação da continuidade da monarquia e da escravidão no Brasil.<sup>6</sup>

Itaboraí herda em sua história, relações de trabalho escravistas, que após o declínio da produção de cana, teve a laranja como o produto de maior representação econômica do município que, por não necessitar de grande quantidade de mão de obra, utilizava trabalhadores assalariados. Geiger e Santos, (1954), afirmam que após a decadência da produção de cana, já no período republicano, foi verificado o abandono de engenhos por toda baixada da Guanabara e a decadência de uma classe de fazendeiros, que ocorreu em escala nacional consequência, entre outras, da abolição e perda de sua mão de obra, uma vez que a mão de obra escravista era a base da produção de cana no município.

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre as relações familiares e de classes em Itaboraí no período do Brasil colônia ver: RAMOS, Cesar Augusto Ornellas. Lembranças do que fomos - Representação de classe e memória familiar na Província do Rio de Janeiro (1840 - 1889). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. 1997; Para mais detalhes sobre a história do bairro Colônia da Escola B ver ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu. "A NOVA JERICÓ MALDITA": um estudo sobre a Colônia do Iguá em Itaboraí/RJ (1935-1938). Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015. 188 p; Para saber mais sobre as relações escravistas em Itaboraí no final do século XIX ver COSTA, Gilciano Menezes. As relações Escravistas no Convento de São Boaventura. Revista Tessituras. Nova Friburgo. No 6. Maio. 2015 p. 82-101 e COSTA, Gilciano Menezes. A escravidão em Itaboraí: Uma vivência às margens do rio Macacu (1833-1875). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Ano 2013. 197p; Para mais informações sobre o desenvolvimento da cidade de Itaboraí ao longo do século XX ver RAMOS, Ítalo Malta de Abreu. ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO: PARA QUE E A QUEM SERVE O PLANO DIRETOR DE ITABORAÍ? Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ano 2013. 80 p.

Muitas terras passaram a ser menos utilizadas com a transferência para a cidade de seus proprietários, pouco interessados na lavoura. Havia também a aquisição de propriedades por parte dos capitalistas, seja por compra, seja por pagamento de dívidas e hipotecas. O processo contínuo de expansão da cidade incentivou a especulação dessas terras surgindo, então, as primeiras formas de loteamento. (Geiger e Santos p.297)

A citação acima se refere ao crescimento da cidade do Rio de Janeiro, que possuía comerciantes, exportadores e barraqueiros do Mercado Municipal interessados em adquirir os loteamentos em Itaboraí para criação de pomares na região. As terras eram oferecidas aos capitalistas da cidade do Rio de Janeiro com a promessa de proporcionar grandes lucros aos novos proprietários. Geiger e Santos (1954) afirmam que:

Uma das modalidades de valorização dos terrenos e sua consequente venda em lotes, era o plantio de pomares e a transformação desses lotes em pequenos sítios que eram apresentados ao público com uma propaganda intensa. Os compradores eram grandemente interessados pelo fato de os laranjais serem de cultura permanente, o que não exigia mão-de-obra muito numerosa em relação às outras culturas. (p.297)

Então, novos proprietários de terra aos poucos foram substituindo muitos antigos fazendeiros da região, e tornando-se assim os maiores influenciadores na organização política da cidade. O poder das antigas oligarquias em grande parte foi substituído pela força dos especuladores imobiliários que compravam as fazendas e loteavam essas terras, e dos produtores de laranja que as compravam. O ciclo da citricultura durou da segunda década do século XX até a década de 1980, devido principalmente ao esgotamento dos solos da região. Outros atores que também configuravam este espaço eram os donos das cerâmicas, que no século XX mantinham a reduzida atividade industrial do município.

À ação desses atores devemos associar as relações políticas postas neste período, pois devemos lembrar que a “engrenagem” que produz a banalização do espaço é também alimentada pelo patrimonialismo<sup>7</sup>. O regime representativo que

---

<sup>7</sup> Entendemos aqui o patrimonialismo a partir das ideias do historiador Sérgio Buarque de Holanda e suas teorias sobre o homem cordial, que considera que, para esse, a esfera pública é uma extensão da esfera privada. O autor defende também que a “organização política brasileira deve ser compreendida a partir de nossas raízes históricas e culturais, levando-se em conta as formas específicas da colonização ibérica que, segundo ele, primou pela “cultura da personalidade” (p.32),

chegou após o império trouxe as relações coronelistas para os diversos municípios brasileiros. Isso não foi diferente em Itaboraí. Vale entender, como sugere Nunes Leal (1947), que o coronelismo é uma acomodação em virtude da qual os resíduos do antigo e exorbitante poder privado consegue coexistir com um regime político de base representativa. Não é objetivo do trabalho definir quem eram essas famílias donas do poder que agiam no espaço do município de Itaboraí, mas sim mencionar a importância do patrimonialismo na formação espacial brasileira, com intuito de mostrar que, até os dias de hoje, temos resíduos dessa falta de distinção entre o patrimônio público e o privado, consequência dessas relações supracitadas. Analisando de forma local, Itaboraí se torna um excelente caso para compreender como isso ocorre.

Nesse sentido, não podemos desconsiderar que os diferentes atores desse espaço atuavam na política do município em prol de seus interesses no espaço-tempo da cidade desde que se configuraram como poder dominante no início do século XX, muito antes do COMPERJ.

Após a década de 1980, depois de o município possuir, predominantemente, atividades econômicas rurais ligadas à citricultura, as áreas agrícolas aos poucos foram se transformando novamente em loteamentos, dessa vez, em sítios urbanos a espera de ocupação. Essa transformação ocorreu principalmente pela decadência da produção de laranja, incorporação do município à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e à construção da ponte Rio-Niterói, que não ajudaram a transformar as condições precárias de infraestrutura e as desigualdades presentes no município. A cidade cresceu vertiginosamente sem ter estrutura para abrigar essa população que migrava em busca de um terreno menos valorizado do que os da cidade do Rio de Janeiro. Em meados da década de 1980, ocorreu a construção do trecho da

---

além de argumentar que no “Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar — a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração — está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas”.(p.145).

BR-101 entre Niterói-Manilha, reduzindo o tempo de viagem entre os municípios vizinhos, o que influenciou ainda mais na especulação imobiliária e na expansão populacional acelerada.

Nessa nova configuração do espaço de Itaboraí, seus atores se complexificam. A cidade passa a concentrar sua economia no setor de comércio e serviços. A Tabela 2 nos mostra, que apesar de termos nos focados nos anos 1980, este quadro irá se perpetuar depois dele, chegando assim até os dias atuais. Em 2000, quando a população tinha crescido para 187.479 (IBGE, 2000) habitantes, mas continuava com apenas uma pequena parcela, 13.667 (CIDE, 2000), com empregos formais, Itaboraí já revelava uma configuração espacial diferente da vista anteriormente e semelhante a encontrada hoje. Desse percentual a maioria, 6.805 (CIDE, 2000), já trabalhava com comércio e serviços.

Outro detalhe importante é a parcela significativa de pessoas empregadas formalmente no setor administrativo do município com a quantia de 2.475 trabalhadores (CIDE, 2000). O número já representava uma parcela expressiva no quantitativo de empregados formais, o que tem uma influência nas relações políticas que se perpetuaram até hoje. No caso da cidade de Itaboraí, muitos cargos da prefeitura são comissionados e indicados, o que acarreta na formação de relações de poder e trocas de favores entre os governantes e a população. A fala de um professor explica a partir do exemplo da escola como funcionam essas relações entre políticos e indicados.

As escolas são divididas pelos vereadores e eles indicam os seus diretores e esses diretores trabalham. Como eles têm uma indicação, eles têm que responder a alguém e não à população. Quando você é indicado para um cargo a primeira pessoa que você responde é aquele que te indicou. Então eu vejo nas escolas de Itaboraí currais eleitorais à medida que, até o serviço terceirizado é dividido entre os vereadores da Câmara. Como você vai ter algo de qualidade se o primeiro interesse não é a educação e a evolução do cidadão e sim os interesses particulares dos políticos? (Geremias)

Na tabela traremos dados de 2000 porque o que nos interessa aqui é mostrar este momento de transição, quando Itaboraí começava a se configurar com a estrutura econômico-social que conhecemos hoje.

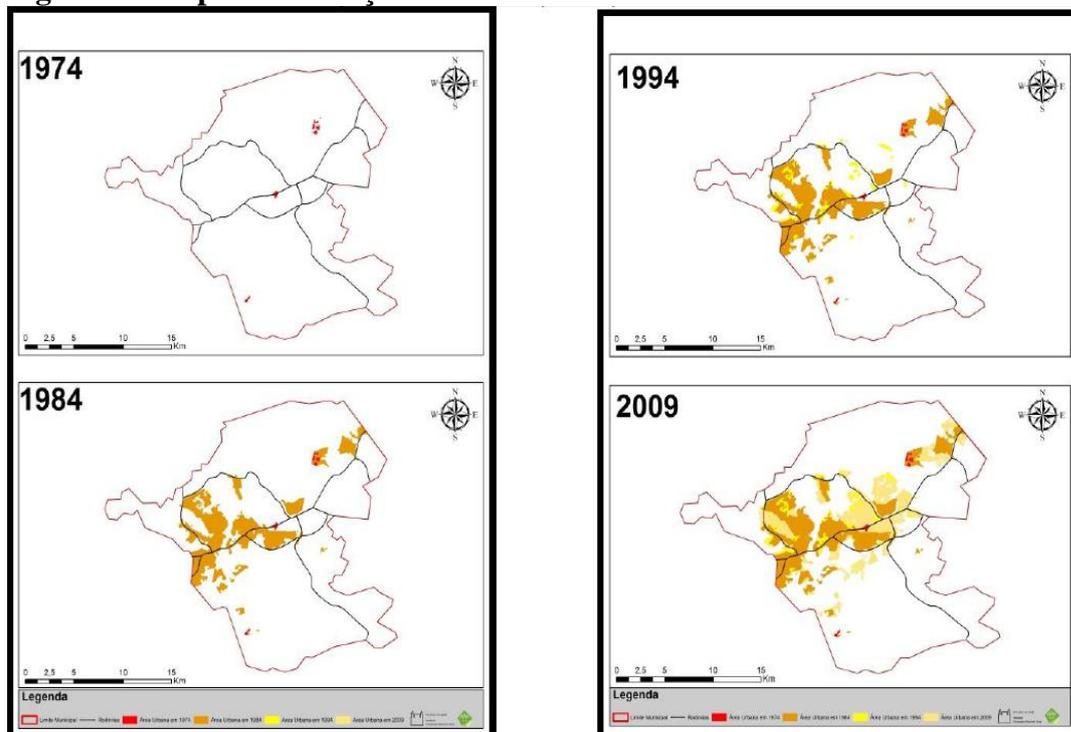
**Tabela 2: Número de Pessoas Ocupadas com Carteira Assinada no Município em 2000.**

Ramo de Atividade	Pessoal Ocupado com Carteira Assinada
Comércio e Serviços	6.805
Indústria da Transformação	2.681
Administração Pública	2.475
Construção Civil	1.278
Agropecuária	272
Extração Mineral	156
Total	13.667

Fonte: Anuário Estatístico 2000 – CIDE

A partir desse momento, o crescimento da mancha urbana do município foi progressivo (Figura 6). Sua população vinha de diferentes lugares como da área rural e de outros municípios, se tornando majoritariamente urbana. Essa população, no entanto, continuou sem muitas condições, se alocando principalmente em áreas mais precárias como nas favelas.

**Figura 6: Mapa da Evolução da Mancha Urbana de Itaboraí**



Evolução da Mancha Urbana do Município de Itaboraí nos períodos de 1974, 1984, 1994 e 2009.

Fonte: Santos et al. (2011)

Caracterizada como periferia, Itaboraí se configurava então, como uma cidade-dormitório que possuía uma carência enorme de postos de trabalho. Milhares de pessoas diariamente faziam migrações pendulares para trabalhar nos centros comerciais mais próximos da cidade de Itaboraí, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. O município em 1991, por exemplo, possuía um IDHM de 0,415 (IBGE, 1991), um dos menores, quando comparado a outros do estado. Até a chegada do COMPERJ, em 2006, o município preservou essas características, tendo uma progressiva melhora em seu desenvolvimento humano médio, porém ainda considerada uma cidade-dormitório periférica. Além disso, segundo o ITADADOS (2005), documento produzido pelo próprio governo de Itaboraí, havia forte correlação entre anos de estudo e classe de rendimento mensal das pessoas. Em Itaboraí, 72% da população não tinham o curso fundamental completo, e 73% ou não tinham rendimento ou percebiam até três salários mínimos.

Os principais atores desse momento já não eram mais os fazendeiros do início do século, e nem os produtores de laranja, pelo contrário, se analisarmos a (Tabela 3) veremos que o setor de agropecuária na produção local neste momento correspondia a uma porcentagem reduzida quando comparada a outros setores. A produção local se diversificou se tornando mais complexa e diversa, com o setor terciário tendo a maior porcentagem na produção do município.

**Tabela 3: Produção Local Por Setor Econômico – 1998 e 2002**

Setor	Produção (mil reais)	Ranking 2002	Ranking 1998
Agropecuária	1.347	69º	74º
Extração Mineral	1.095	24º	27º
Indústria da Transformação	56.952	23º	22º
Comércio Atacadista	10.387	21º	17º
Comércio Varejista	19.865	22º	20º
Construção Civil	62.496	25º	18º
Serviços Industriais de Utilidade Pública	33.597	23º	24º
Transportes	27.247	23º	21º
Comunicações	25.222	19º	25º
Instituições Financeiras	9.909	26º	21º
Administração Pública	41.026	20º	20º
Alugueis	261.714	12º	12º
Prestação de Serviço	57.172	25º	23º
Total de Setores	608.02		
Imputação Financeira	-24.695		
PIB a preços básicos	583.334	25º	

Esta tabela apresenta a produção local por setor econômico em 2002, e sua posição dentre os demais municípios fluminenses em 2002 e 1998.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado, 2005

Apesar dessa realidade, para muitos habitantes, a cidade era vista como um refúgio ao caos da grande metrópole. O aspecto rural produzia o sentimento dúbio na população: entre uma cidade muitas vezes ignorada pelo poder público e ao mesmo tempo caracterizada por um ambiente bucólico, típico do imaginário do campo. Em relatos dos habitantes nas conversas informais é comum se escutar pela cidade como Itaboraí era pequena, sem trânsito, pacata e simples, e como se transformou em um local com mazelas características da área urbana. Uma professora relata um pouco do sentimento com uma indagação:

Meu Deus, eu moro aqui há 38 anos, ninguém me perguntou se eu queria morar numa cidade grande, não fui indagada sobre isso, você quer morar numa cidade grande? Não. Trouxeram o que seria uma cidade grande pra cá e eu já estava aqui. (Clara)

A transformação da cidade produtora de laranjas em uma cidade-dormitório não se deu de forma planejada, com grandes investimentos em infraestrutura, saúde, lazer, educação e etc. A cidade cresceu de forma precária e as falas dos entrevistados expressam tal fato dizendo que, mesmo com esse “desenvolvimento” urbano, a vida no passado era mais fácil do que nos dias atuais. O pai de um aluno relata

Sou nascido e criado aqui, são 39 anos. Se a gente for olhar uns tempos pra trás, na época de criança, adolescente, as condições de vida aparentemente acho que eram até melhores do que a atual. Porque a gente pensa que agora na atualidade, com o desenvolvimento, a ideia é que melhore, a gente passa a perceber que as coisas ficaram mais difíceis. Quinze, vinte anos atrás parece que era mais fácil a gente conseguir as coisas, até em termos de emprego mesmo. Embora Itaboraí era [SIC] considerado uma área rural, a gente tinha mais facilidade. Hoje parece estranho porque o desenvolvimento veio, as empresas veio [SIC], mas em relação à condição de vida eu acho que há uns 20 anos atrás era mais tranquilo. Agora você até consegue emprego, mas se você for ver geralmente tem que trabalhar em dois lugares pra você tentar ter uma melhoria de vida. Antigamente um emprego já era suficiente. (Alfredo)

O pai do aluno complementa sua fala sobre a problemática realidade da cidade em relação à infraestrutura do município comparando o passado aos dias de hoje após um crescimento rápido e desordenado.

Como a cidade era bem diferente, não tinha tantas coisas que forcem [SIC] eles a melhorar. Porque a comunidade cresce, você tem que melhorar o colégio, o hospital. Com a demanda hoje do município o hospital não consegue, não tem

como. A estrutura ali é de 20 anos atrás, então não houve essa evolução de investimento. Aí fica fácil falar "ah, há trinta anos atrás era melhor..." não é que era melhor, não tinha tantos problemas como tem hoje por causa do crescimento desordenado que acabou tendo. Então isso forçou um investimento que não veio e acaba estourando na mão de quem tá. E se não partirmos daqui pra frente pruma melhoria, só vai piorar. Porque o município só vai crescendo... Então, por exemplo, se fizer um levantamento de escolas hoje, eu não sei se a quantidade de escolas são suficientes pra quantidade de crianças no município, talvez não. Hospital é notório, só tem um e muito precário. (Alfredo)

Portanto, as falas demonstram que nem sempre a população é beneficiada com um dito desenvolvimento urbano, o que revela a falta de comprometimento das mudanças ocorridas na cidade, consequência principalmente da chegada do COMPERJ, com transformações sociais em acordo com os interesses e necessidades da população como um todo.

Nesta nova configuração espacial, Itaboraí se rearruma em um novo arranjo, ganhando outros atores que se impuseram de forma determinante nas relações de poder já tão demarcadas no município, criando novas formas de banalização do espaço, estas cada vez mais complexas.

Veremos no próximo subcapítulo como se evidenciou no espaço de Itaboraí a chegada do COMPERJ tentando revelar que este trouxe para o município uma série de consequências para a população, transformando a cidade, em um lugar menos acessível, mais caro e mais desigual, principalmente para a população subalterna. Os grupos historicamente privilegiados, esses configurados em um novo arranjo, no entanto, continuam a exercer suas relações de poder nesse espaço.

## 2.2

### Itaboraí Nos Tempos do COMPERJ

Representações foram criadas após o anúncio do COMPERJ, inicialmente partindo da esfera federal e posteriormente difundidas pela mídia, pelos políticos e pelo povo de Itaboraí, alimentando a ideia de uma grande transformação. Para entender a construção destas representações, questões importantes são colocadas e devem ser discutidas, tais como: Quais são de fato os interesses que motivaram a implantação deste projeto? Porque a escolha do município de Itaboraí? Que parcela da população o projeto de fato beneficiaria? Os *royalties* recebidos

chegariam a todos os habitantes para compensar os danos causados pelos impactos socioambientais? Quais as consequências do anúncio deste projeto para a cidade de Itaboraí? A cidade está acompanhando este crescimento com investimentos em prol da população, utilizando o dinheiro arrecadado pelo COMPERJ em saúde, educação, habitação? Como o município reagiu à desistência da Petrobras de parte do projeto?

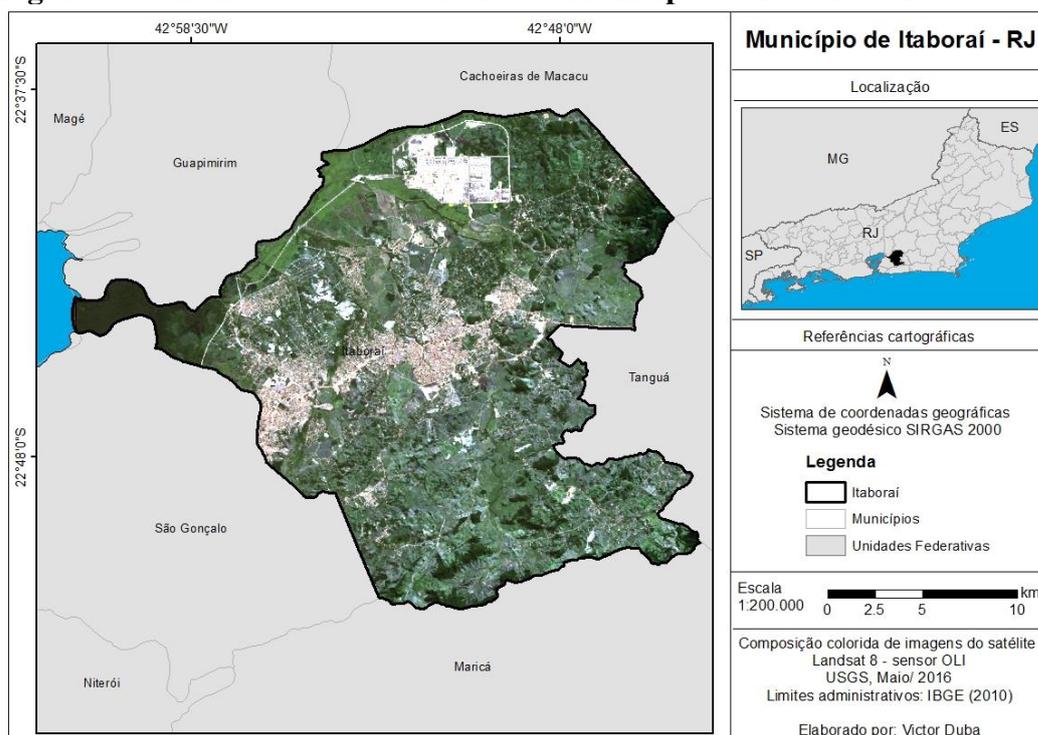
Um clima de euforia tomava conta da população local desde que foi escolhida, em 2006, pelo governo Lula, para ser sede de um dos maiores polos petroquímicos do Brasil, o COMPERJ – Polo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. Um município pobre, que naquele momento era o 66º IDH do Estado (IBGE, 2000), que possuía uma decadente produção de laranja e de cerâmica, teria agora a chance de ter mais recursos para desenvolver-se economicamente. Criou-se um imaginário local de que a população seria a maior beneficiada com os recursos que os *Royalties* do petróleo poderiam trazer. As representações criadas pelo mandato do prefeito da época, Sergio Soares – PP-RJ, veiculadas através da publicidade pagas com recursos do município, passavam uma imagem da cidade como um novo “Eldorado”, um local de oportunidades para os pobres e também para os grandes empresários interessados em investir na cidade. O governo federal, também utilizava a cidade como vitrine para os feitos do mandato do governo do Partido dos Trabalhadores, fazendo com que milhares de trabalhadores de diferentes partes do Brasil fossem à cidade buscar oportunidades de emprego.

O Polo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro seria o maior empreendimento da história da Petrobrás. No mapa a seguir podemos perceber a dimensão do empreendimento localizado ao norte do município (Figura 7). Ao lado de Aparecida Panisset, figura política de destaque do município de São Gonçalo, o presidente Lula, anunciou o polo como um eldorado de oportunidades. O COMPERJ seria construído no município de Itaboraí em uma área de 45 km<sup>2</sup>, pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro e teria uma área de influência que atingiria 11 municípios fluminenses. Seriam criados 212 mil empregos diretos e indiretos e, segundo as próprias palavras do presidente, transformaria Itaboraí em uma referência mundial<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/comperj/>> Acesso em: 18 de Maio de 2015

**Figura 7: Canteiro de Obras ao Norte do Município de Itaboraí – RJ**



Mapa do município de Itaboraí com o canteiro de obras do COMPERJ ao norte do município. (Landsat 7)  
Fonte: Victor Duba, 2016

O furor causado pelo anúncio transformou a visão dos moradores locais e dos habitantes de outros municípios do Estado sobre a realidade de Itaboraí, que durante muitos anos permaneceu esquecida pelos governantes estaduais. A mídia noticiava em todo Brasil os benefícios que o polo traria para o local e as oportunidades para os investidores em diferentes ramos, relacionados diretamente à produção dos derivados do petróleo ou mesmo à construção civil, turismo, educação, e etc. A cidade aos poucos se transformou em um grande canteiro de obras com um rápido processo de verticalização que se observa a partir de sua entrada. Entre as chaminés das cerâmicas, vários guindastes iam aos poucos construindo os empreendimentos imobiliários, em sua maioria, até hoje vazios.

As obras do complexo foram iniciadas em 2008, apesar de seu anúncio ter sido feito dois anos antes, quando começou um processo de profundas mudanças no município. Por exemplo, estimava-se que o município chegasse a um patamar entre 450 mil e 520 mil habitantes em um período de 30 anos (Plano Municipal de Saneamento Básico de Itaboraí, 2010). Como uma cidade que, segundo a CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, possui apenas

0,05% dos domicílios particulares permanentes urbanos com acesso ao serviço de esgotamento sanitário, poderia dar suporte a um aumento populacional tamanho? Grandes investimentos em infraestrutura emergenciais teriam que acompanhar esse crescimento.

Itaboraí nesse momento, ainda apresentava indicadores socioeconômicos ruins, abaixo da média do Estado, com um índice médio de desenvolvimento humano municipal de 0,693, ocupando a 62ª posição no Estado do Rio de Janeiro (PNUD, 2010) em um total de 92 municípios. A renda domiciliar mensal média era baixa, estimada em R\$ 1.052 em 2007, segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico de 2010 com uma população de 225.263 (IBGE, 2013). Com a chegada do COMPERJ, esta situação, resultante da falta de investimentos em incentivos públicos, poderia ainda se agravar modificando estruturalmente as características políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais de Itaboraí. O aumento do contingente populacional e os investimentos privados trariam impactos substanciais à dinâmica da cidade, que já possuía condições precárias.

É importante ressaltar que entendemos o espaço como uma produção, reproduzido pelos indivíduos, formado assim, segundo Santos (1996), por um híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos e sistemas de ações interagem de forma recíproca, indissociável, solidária e contraditória. Para o autor, os objetos são tudo o que existe na superfície terrestre, toda a herança histórica e natural. A ação é própria do homem. Somente o homem tem a ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. As ações resultam de necessidades naturais ou criadas e podem ser materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, afetivas. Através das ações e sua inerente intencionalidade, o homem constrói objetos. Os sistemas de ações interagem. Santos (1996) complementa:

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. (p.63)

O filósofo Henri Lefebvre (1974) afirma que o espaço é produzido e reproduzido pela sociedade e está submetido à lógica capitalista e dotada de suas

contradições. O espaço como produto social, no capitalismo torna-se mercadoria, o que se reflete no cotidiano que se torna algo programado e dirigido.

O espaço envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social, diante dessa afirmação o espaço torna-se uma mercadoria que se abstrai enquanto mundo, ao mesmo tempo, que traduz as diferenças e as particularidades contextuais. Conferindo a possibilidade de antever os movimentos de opressão ou de emancipação do homem por meio da dialética espacial. (LEFEBVRE, 1980 p. 47)

Estas contradições se evidenciam de variadas formas. Uma das mais perceptíveis é a separação física das classes sociais e o consequente “desenvolvimento desigual das técnicas”<sup>9</sup>, que revela a falta de políticas públicas direcionadas para esta parcela subalterna da população, possibilitando a intensificação da exploração desta nas relações de trabalho, uma vez que "o desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica, sendo, simultaneamente, a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados" (Smith, 1988, p.221). Portanto o desenvolvimento desigual “é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo” (Ibdi p.139). Dessa forma, ele “não é um processo separado, mas está implícita, desde o início, no conceito de divisão [social e técnica] do trabalho” (Ibdi, p. 149).

Para analisar as consequências do anúncio do COMPERJ para Itaboraí é fundamental resgatarmos este conceito, o qual nos permite compreender como ocorre o processo de produção do espaço em um sistema capitalista moderno, gerando diferentes formas que convivem neste espaço desigual e contraditório, com uma formação voltada a atingir as parcelas da sociedade de forma diferenciada.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Dessa lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por

---

<sup>9</sup> O conceito de desenvolvimento desigual vem sendo trabalhado desde Marx, passando por Lênin e ganhando uma grande contribuição com Trotsky ao acrescentar a ideia de desenvolvimento desigual e combinado. Sua base analítica, portanto, parte do princípio da própria lógica materialista histórica e dialética, pois remete diretamente a uma das leis da dialética, a da “interpenetração de contrários” (CORRÊA, 1986, p. 42). Posteriormente diferentes autores da Geografia como Milton Santos, Ruy Moreira, Neil Smith, David Harvey entre outros, imbuíram neste debate, contribuindo para compreendê-lo como parte do processo de produção espacial.

falta de denominação apropriada, chamaremos de Lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação de fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as mais modernas. (TROTSKY, 1967, p. 25)

Nesta estrutura, o arcaico e o moderno convivem nas diferentes escalas espaciais. Segundo Moreira (1984), a raiz do desenvolvimento desigual se encontra no próprio modo como a contradição capital-trabalho se materializa em forças produtivas, de modo que

o ritmo desse desenvolvimento de conjunto será desigual para cada fração do capital e, por decorrência, para cada fração de estrutura espacial nascida da territorialização do movimento de conjunto, seja uma formação econômico-social ou regiões internas a ela (1984, p. 18).

É nesta dialética construída cotidianamente pela convivência do moderno e do arcaico na cidade de Itaboraí, que esta parcela da sociedade é precariamente incluída pelas relações de poder impostas pela modernização da cidade. Portanto, compreender o espaço a partir dessa visão crítica é entender as contradições originadas a partir das relações sociais desiguais. Estas, por sua vez, estão ligadas às diferentes mobilidades e acesso às técnicas disponibilizadas de forma desigual pelo espaço, e é pela perspectiva crítica trazida por esta corrente da Geografia, aqui discutida, que é possível compreender como se dá este processo e as consequências deste no ordenamento territorial. O conceito de espaço nesta linha se torna, portanto, fundamental, permitindo uma análise única do presente, uma vez que traz o embasamento teórico necessário para um olhar abrangente das novas formas do processo de acumulação capitalista.

Analisar estas novas relações sociais construídas a partir de um embasamento teórico que ilumina estes processos revelando aspectos intrínsecos a ele, como os jogos de interesses que os motivam, as relações de poder que se constroem e os atores urbanos que estão por trás destas ações que modelam o espaço da cidade de Itaboraí, são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Isso foi algo trazido pela geografia crítica e foi responsável por inovar a forma de ver do geógrafo, dando a academia seu devido papel: abranger o olhar do pesquisador permitindo a este enxergar o real, vendo não só o aparente, mas aspectos que muitas vezes não são revelados, permitindo assim uma visão integrada e totalizante do empírico.

Historicamente, o crescimento populacional das últimas décadas não foi acompanhado de investimentos em infraestrutura por parte da prefeitura, o que não difere muito do quadro atual. A cidade, hoje, ainda espera os benefícios significativos da construção do COMPERJ, que foi considerado pela própria Petrobrás como o maior empreendimento da história da empresa, sendo estimado em 15 bilhões de reais. Segundo o RIMA, (2007), o polo traria para o Brasil quatro bilhões de reais por ano, e a refinaria produziria o total de 150 mil barris de petróleo por dia, permitindo ao Brasil reduzir a importação de fontes de matérias-primas petroquímicas. A ideia era a partir do Arco Metropolitano, que seria uma estrada que ligaria Itaboraí ao município de Itaguaí, conectar a produção dos barris ao porto. Ao redor do arco, existiria toda uma área de influência com diversas empresas instaladas nos municípios vizinhos ao COMPERJ (Figura 8), que se beneficiariam da matéria prima bruta, ou seja, de produtos petroquímicos, como o plástico em forma bruta, para produzir bens de consumo não duráveis, tais como: sacos plásticos, copos, embalagens, garrafas pet, componentes para montadoras de automóveis ou eletrodomésticos.

**Figura 8: Arco Metropolitano**



COMPERJ no contexto regional – integração via Arco Metropolitano.

Fonte: RIMA, 2007 (p.49)

Segundo o RIMA (2007), no COMPERJ, o petróleo bruto sairia da bacia de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro e seria transformado em produtos petroquímicos básicos, para, em uma segunda etapa, serem transformados em uma resina plástica, que depois se tornariam bens de consumo.

(p.19). O COMPERJ produziria 2,3 milhões de toneladas de resina plástica ao ano, além de outros produtos químicos para a fabricação de pneus, fibras sintéticas, remédios e cosméticos. Esses produtos sairiam em forma líquida de sua localidade através de dutos e caminhões especiais. E claro, também seriam produzidos os derivados mais comuns do refino do petróleo, como a nafta, coque, óleo diesel, e enxofre. A quantidade de empresas que se instalariam na região do COMPERJ traria um impacto imenso à região em termos econômicos e socioambientais. Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, 720 empresas poderiam se instalar na região (RIMA, 2007, p.6) e trazer investimentos para a mesma.

A escolha do município de Itaboraí para construção do Polo levou em consideração aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais. Todo empreendimento por lei necessita de um estudo de impactos ambientais, o EIA, para ter autorização para sua implementação. Uma série de profissionais estudam os impactos causados e as possíveis medidas mitigadoras para tentar minimizar ou “recompensar” os danos causados pelo empreendimento. A empresa de toda forma se propõe a construir um documento bem convincente, tentando provar os benefícios trazidos por ela, como por exemplo, a geração de empregos e de renda, a arrecadação de impostos, as obras de infraestrutura como escolas, hospitais, estradas, etc, e, ao mesmo tempo, mostrando que os impactos como a poluição do ar, o despejo de resíduos químicos, o desmatamento, a desapropriação de áreas residenciais, o deslocamento populacional, serão recompensados a partir de medidas mitigadoras. A partir dos Estudos de Impactos Ambientais é construído outro documento, o RIMA (Relatório de Impactos Ambientais), que possui o objetivo de informar de forma clara e simples, com uma linguagem menos técnica e imagens visando mostrar para a população como será o empreendimento.

O RIMA do COMPERJ explica que a escolha do Estado do Rio de Janeiro como sede do empreendimento foi feita a partir das seguintes condições: a proximidade com a Bacia de Campos; ao acesso fácil ao maior mercado consumidor de produtos da segunda geração, formado por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; a disponibilidade de infraestrutura adequada, representada pelos terminais portuários, pela malha rodoviária e ferroviária; a proximidade de diversas universidades, inclusive do Centro de Pesquisa Leopoldo Miguez de Mello – CENPES, responsável pelo aperfeiçoamento de grande parte

das tecnologias que serão empregadas no empreendimento. Já a escolha de Itaboraí é justificada pelas seguintes condições:

possuir área modificada em processo de degradação, sem grandes restrições geotécnicas, que poderiam acolher o empreendimento sem maiores danos ambientais; esta área não possui concentração de poluentes no ar, pois o seu relevo e correntes do vento contribuem para a dispersão, minimizando impactos diretos e indiretos na qualidade do ar; existência de tubos para abastecimento e escoamento de produtos; a histórica carência da água na região foi identificada como oportunidade para que o empreendimento contribua para a construção de soluções técnicas e políticas para o bem comum; dispor de infraestrutura logística adequada, a ser potencializada pelo Arco Metropolitano; proximidade com outras petroquímicas; possuir área disponível para uma já prevista expansão do Complexo; apresentar um caráter estratégico para a recuperação da economia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e da sua porção leste em particular; dispor de mão-de-obra carente de oportunidades, e que será capacitada para inserção no empreendimento e nas empresas que surgirão. (RIMA, 2007, p.37).

Entretanto, é impossível que um empreendimento desse porte não traga impactos socioambientais para o município e da forma como eles são expostos no RIMA, fica claro que ele não se propõe a divulgar estas consequências. Duas justificativas trazidas acima, que elucidam bem a tentativa de distorção e manipulação dos fatos, é a alegação de que a área escolhida possui solo degradado, principalmente pela produção de laranja que perdurou durante anos no município e que por isso não haveria problema em destruir mais o solo e acabar com o que resta da água que, como ressaltam no documento, já tem baixa disponibilidade, como se o empreendimento fosse capaz ou tivesse como objetivo trazer investimentos na captação e desvio de água para o município.

Como foi comentado no início do capítulo, não é interesse do presente trabalho entrar em detalhes das vantagens e desvantagens do empreendimento, muito menos, daqueles citados pelos estudos da Petrobrás. Propomo-nos apenas em olhá-los de forma crítica e questionar o que de fato seria mais vantajoso para a população a partir das necessidades desta, percebendo que um documento produzido por profissionais contratados pela própria empresa não é desinteressado.

O documento em questão, ainda que seja um trabalho detalhado dos impactos socioambientais do projeto, sofreu uma série de alterações ao longo de sua construção, que teve sua data de conclusão alterada, assim como e sua estrutura. O projeto inicial não será mais o mesmo, e claro que os impactos

previstos não permanecem iguais aos anteriores. Os gastos superaram as cifras iniciais e, como veremos mais a frente, o empreendimento entrou em um estágio de decadência por motivos relacionados às questões políticas e à massiva terceirização de seus funcionários.

Outro tema tratado de forma superficial pelo RIMA, que, no entanto, tem extrema importância, é a questão urbana. Temas como os impactos e transformações na cidade são pouco discutidos. A “pacata” Itaboraí, após o anúncio da construção do polo petroquímico, virou o centro das atenções de diversos investidores imobiliários e de outras empresas que estavam interessadas nas inversões do governo federal. Os diferentes atores urbanos são os responsáveis por intervir e modificar o espaço de acordo com seus interesses. A formação do espaço urbano só pode ser compreendida se for analisado a partir das forças que atuam sobre ele. Essas, por sua vez, não são abstratas e podem ser identificadas a partir de seus atores.

Para Capel (1983), os agentes<sup>10</sup> responsáveis pela formação e transformação contínua do espaço urbano agem como forças dominantes, as quais à população se restringe a viver/sobreviver aos seus jogos de interesses:

En una sociedad capitalista, la ciudad y el espacio en general, no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses, sino de acuerdo con los intereses, a veces contradictorios, de una serie de agentes. En esencia estos agentes son: los propietarios de los medios de producción; los propietarios del suelo; los promotores inmobiliarios y las empresas de la construcción; y, por último, los organismos públicos, agentes y árbitros a la vez en el proceso de producción del espacio urbano – agentes en cuanto que realizan operaciones concretas que contribuyen a modelar la ciudad, y árbitros en cuanto que intervienen en los conflictos surgidos entre los otros agentes contribuyendo a superar sus contradicciones. (CAPEL, 1983, p. 85)

Se voltarmos na história passada de Itaboraí, veremos que antigos proprietários do solo, os fazendeiros se tornaram os promotores imobiliários. A elite local, portanto, desde o início da formação do espaço urbano em Itaboraí, tem interesse em valorização do espaço da cidade. O anúncio da chegada do COMPERJ, nesse contexto, serve como mais uma forma de especular o espaço e criar uma falsa necessidade de “revitalização”.

---

<sup>10</sup> Ver nota de rodapé 8 na página 61.

Como nos lembra Gottdiener (1997), é por meio da segregação espacial e dos efeitos da força normatizadora da intervenção estatal no espaço que a hegemonia da classe capitalista é renovada. Este processo normatizador que o autor nos traz, é iniciado, portanto, com os investimentos em infraestrutura destacados acima e posteriormente fortalecidos pelos diversos processos de “revitalização” da cidade.

Assim sendo, torna-se fundamental entender como o Estado é um dos principais atores urbanos na transformação da cidade de Itaboraí, influenciando na construção e modificação da cidade, uma vez que este sempre agiu sobre este espaço favorecendo uma elite, sem criar possibilidades para a sociedade precariamente incluída, privilegiando um pequeno grupo e priorizando o mercado em detrimento às condições de vida desta parcela excluída da sociedade. Este papel é ainda mais forte quando o Estado tem também o destaque por ser a Petrobras, a maior empresa brasileira.

Este processo de articulação e cooperação entre os diferentes atores urbanos que marca o modo de organização da fase capitalista moderna, que ainda vivemos hoje, pode ser compreendido, segundo Corrêa (1989):

No estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industriais, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente, neste caso em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem espaço urbano. Como consequência desta integração muitos dos conflitos entre aqueles agentes supramencionados (os grupos sociais excluídos) desaparecem. (CORRÊA, 1989, p.13)

O capital se desloca de acordo com seus interesses e os especuladores enxergaram a possibilidade de uma grande intervenção na cidade, o que acarretou na ida de empresas ao município, tudo isso com o incentivo do governo, um dos principais beneficiados. Sem dúvida, a chegada dessas empresas e crescimento do ramo da construção civil geraram empregos, mas estas relações laborais também se estabeleceram de forma problemática.

Após o início das obras em 2008, milhares de trabalhadores se deslocaram para o município de Itaboraí em busca de oportunidades na área da construção civil. Um consórcio formado por diferentes empreiteiras (na época eram 16 em atividade) contratou funcionários terceirizados para concluir a obra do complexo. Centenas de ônibus atravessavam a cidade de Itaboraí todos os dias pelas duas principais vias de acesso que ligavam a cidade à área do complexo. Os horários de

entrada e saída do expediente de trabalho trouxeram congestionamentos gigantescos à cidade. A obra, em seus diferentes estágios, chegou a ter um total de 30 mil funcionários trabalhando. No ano de 2015, o quantitativo de operários já se resumia a 17 mil trabalhadores, em sua maioria pedreiros. Alguns sindicatos estão envolvidos na luta pelos direitos desses funcionários, que passaram por uma série de problemas. Todos os dias uma nova reportagem no jornal contava mais um capítulo da história de injustiças vividas pelos obreiros do COMPERJ. A luta por direitos dos trabalhadores faz parte da lógica estabelecida pelo modo de produção capitalista em todo mundo, sendo o empreendimento mais um exemplo de como as relações de trabalho são precarizadas. A luta de classes é expressa nos movimentos insurgentes, em que os trabalhadores muitas vezes não aceitam as imposições dos capitalistas para obter seu objetivo final: o maior lucro possível. Em Itaboraí não foi diferente. Veremos isso mais a frente.

Os movimentos contrários de resistência à exploração máxima da força de trabalho estão espalhados pelo mundo. Muitas greves históricas, passeatas, piquetes surgiram nesse contexto. Com um discurso de que o trabalho dignifica o homem e que cada um tem uma tarefa a cumprir para desenvolver uma sociedade justa e menos desigual, o capitalismo vai cumprindo seu objetivo de forma exitosa. “Crescemos o bolo para depois dividirmos as riquezas”, como sugeriu o ministro do Planejamento Delfim Neto no governo ditatorial brasileiro do general Figueiredo. Marx considera que esses discursos são subterfúgios e truques do ilusionismo. O que importa para o modo de produção capitalista é a produção de mais-valor. Para isso, muitas vezes os capitalistas escamoteiam os valores socialmente inventados. Harvey (2013) ressalta que:

os capitalistas procuram explicações virtuosas para o mais-valor. A primeira é a abstinência: eles se abstêm de consumir e investem o dinheiro que poupam. E não merecem uma recompensa por essa abstinência? [...] A segunda, eles dão emprego ao povo. Se eles não investissem seu dinheiro, não haveria empregos. Pobres trabalhadores! Os capitalistas fazem um favor a eles investindo seu dinheiro. Os capitalistas não merecem um retorno por isso? Esse argumento é bastante difundido e, superficialmente, bastante convincente – não é verdade que o investimento cria empregos? [...] A terceira explicação é que os capitalistas trabalham duro. Eles controlam o processo de produção, administram as coisas, investem seu próprio tempo de trabalho e assumem um mundo de riscos. Sim, de fato, muitos capitalistas trabalham, e muitos trabalham duro; mas, quando trabalham, pagam a si mesmos duas vezes mais, isto é, pagam a si mesmos a taxa de retorno sobre o capital que investiram. [...] Remuneram a si mesmos como

diretores executivos e compram mais ações de sua própria empresa. (HARVEY, 2013 p.123-124)

Dessa forma, se torna necessário pensar as relações de trabalho como uma trama bem amarrada e submetida a uma luta de classes, na qual existe uma proletarianização do mundo a partir de um projeto criado de cima para baixo, vinculado à acumulação capitalista através da exploração das forças de trabalho e da expropriação do tempo dos indivíduos.

É evidente que o trabalhador, durante toda a sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital [isto é, a produção mais-valor]. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções, para as relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo [...] é pura futilidade! Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e luz solar. Avança sobre o horário das refeições e o incorpora, sempre que possível, ao processo de produção. (MARX apud HARVEY p.143-144)

Hoje, vivemos um período marcado por um processo de precarização do trabalho mais intenso. Segundo Alves (2011), o trabalho social vive, hoje, uma nova morfologia, na qual possui uma condição salarial flexível, característica do novo regime de acumulação capitalista. Nesse contexto, há também a flexibilização da força de trabalho que

[...] expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar, o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, da força de trabalho. É por isso que a “acumulação flexível” se apoia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e ainda, dos produtos e padrões de consumo. (ALVES, 2011 p.4)

Um dos problemas principais do COMPERJ está ligado à terceirização em massa dos trabalhadores e a sua consequente precarização das relações de trabalho. Com intuito de baratear os custos da produção, as empreiteiras trabalham também com contratos temporários, deixando o trabalhador vulnerável. Porém, existe o discurso que a flexibilização do trabalho surgiu em um momento de crise do capitalismo para assegurar a economia e os empregos, pois havia a necessidade de compatibilizar as relações de trabalho a uma nova lógica

econômica, tecnológica, política e social, surgida em uma nova etapa do capitalismo. Com um custo menor de produção, esses produtos chegariam mais baratos à população, que teria maior acesso a eles e um maior poder de compra.

Em cada momento da obra a demanda por operários se modificava. Não existia uma quantidade fixa de trabalhadores, pois as fases da construção são diferentes. Desde o início das obras, as reivindicações se transformaram. Além disso, existe em conjunto a influência do Governo Federal, que toma decisões que atingem diretamente os recursos distribuídos para o complexo, interferindo no andamento das obras.

Os problemas sociais não se evidenciam apenas nas relações de trabalho. Invariavelmente surgiram problemas em toda estrutura social do município, tais como: a especulação imobiliária, o aumento dos preços em geral, o aumento da criminalidade urbana, o aumento populacional, congestionamentos e a pressão sobre os serviços públicos como saúde, educação, habitação e transporte. A diretora de uma das escolas argumenta que o município, com a chegada do COMPERJ, recebeu benefícios por um lado e perdeu pelo outro.

Eu acho que trouxe por um lado e tirou por outro. O benefício do crescimento. Hoje você vê em Itaboraí uma cidade com crescimento, você observa que houve um crescimento, principalmente no centro, com essas construções, prédios. Havia uma promessa muito grande em Itaboraí, então muita gente investiu aqui. (Luzia)

Porém, uma professora da escola argumenta que o aumento das receitas do município não se reverteu em melhorias dos serviços públicos e que o crescimento da cidade gerou problemas urbanos graves para os habitantes. Para ela, a população só perdeu com a chegada do COMPERJ, e que o recurso dos *royalties*

[...] não se reverteu em melhoria dos serviços públicos, não se reverteu em melhorias das qualidades de trabalho e salariais do professor. Agora, pra população foi também muito limitado. Os caras roubaram muito. A especulação imobiliária absurda, fora de qualquer realidade. Ainda que o Comperj tivesse funcionando a pleno vapor, o que fizeram com a especulação imobiliária em Itaboraí é um negócio absurdo em tão pouco tempo. Uma pressão muito grande em cima dos serviços públicos, aumentou sem ter. Helil não construiu uma escola desde que assumiu. Está arrochando as escolas de alunos, porque está recebendo um aporte grande de crianças de vários estados do país. A gente tem criança de tudo quanto é canto do país. Eu acho que a população só perdeu com o Comperj. Se você botar num saldo, Itaboraí saiu de um brejo simpático para um brejo cheio de prédio, com muito mais gente morando, a questão da violência aumentou. Porque dinheiro atrai todo mundo que busca oportunidade, você não tem oportunidade pra todo mundo,

acaba favelizando. Enfim...todas as consequências que a gente já conhece. (Mariana)

Outro professor da rede complementa trazendo outros problemas vivenciados na cidade em consequência da implementação deste empreendimento e de uma falta de planejamento para ele.

O Comperj trouxe um maior aumento de receita? Trouxe. Mas esse aumento de receita não é percebido pela população. Em contrapartida o Comperj trouxe uma especulação imobiliária tremenda pra região, os imóveis encareceram vertiginosamente, acompanhando inclusive a bolha imobiliária do Rio, que foi uma bolha imobiliária atípica. Houve uma carestia na vida das pessoas, aumento o alimento, os impostos, o custo de vida aumentou em Itaboraí... “Ah, mas trouxe alguns empregos”. Grande parte dos empregos oferecidos pelo Comperj foi ocupada por pessoas que vieram de fora, grande parte dos postos de trabalho que abrirão no Comperj também serão ocupados por pessoas de fora, porque esses postos de trabalho exigem qualificação e os poderes públicos locais não fornecem essa qualificação. (...) Queria ter uma resposta mais otimista, mas eu tenho dificuldade em ver quais são os benefícios. (Antônio)

Mesmo com acirramento dos problemas sociais que a cidade já tinha, gerando um quadro problemático, o governo continua criando um imaginário de que o COMPERJ traria benefícios a partir de propagandas contendo a mensagem de que todos os habitantes da cidade, supostamente, seriam beneficiados com a construção do empreendimento, piorando ainda mais a vida dessas pessoas que continuam com esperanças nesse futuro. Contaminadas por este imaginário, as pessoas ignoram a realidade, compram imóveis, se demitem dos seus empregos na certeza que a cidade agora terá novas oportunidades. Seguindo a lógica do modelo de cidade mercadoria, torna-se mais difícil que grande parte dos habitantes da cidade de Itaboraí consiga se inserir na ciranda imobiliária.

Neste contexto de valorização imobiliária, que só beneficia as “grandes corporações” compostas pelos atores urbanos, que controlam essa produção, os preços dos aluguéis na Avenida 22 de Maio, a principal da cidade, começaram a subir já com o anúncio do COMPERJ. Algumas casas ou lojas chegaram a custar um milhão de reais, com alugueis atingindo o patamar de quatro mil reais. As pousadas logo ficaram lotadas, exigindo pagamentos adiantados, pois a cidade, a princípio, não tinha estrutura suficiente para receber a quantidade de trabalhadores que chegavam de diferentes regiões do Brasil. Os sítios próximos ao COMPERJ, no bairro de Sambaetiba e Porto das Caixas, também subiram o preço de forma

abrupta. Logo três hotéis internacionais começaram a ser construídos, um da rede IBIS (Figura 9), outro da rede Intercity (Figura 10) e o Promenade Hotel. Dessa forma, a cidade é modelada e apropriada por um determinado grupo que exprime em suas formas uma ética e uma estética.

**Figura 9: Hotel Ibis a Avenida 22 de Maio.**



Hotel IBIS localizado na entrada da cidade com todas as lojas do térreo vazias construído com o anúncio do COMPERJ em 2013.

Fonte: Victor Duba, 2015.

**Figura 10: Hotel Intercity na Av. 22 de Maio**



Hotel Intercity e ao lado outro edifício comercial não ocupado localizado na Avenida 22 de Maio, construído com o anúncio do COMPERJ em 2013.

Fonte: Victor Duba, 2015

Nesse sentido, em conformidade com a teoria de Henri Lefebvre, a cidade é um produto. Ela torna-se mercadoria e é mediada entre diferentes grupos que estabelecem relações de poder no contexto das contradições do modo de produção capitalista. Para o autor:

a) a cidade é um objeto espacial ocupando um sítio e uma situação que é preciso estudar, enquanto objeto, com diferentes técnicas e métodos: econômicos, políticos, demográficos etc. Como tal, a cidade ocupa um espaço específico bem distinto do espaço rural. A relação entre esses espaços depende das relações de produção, quer dizer, do modo de produção e, através dele, da divisão do trabalho no interior da sociedade;

b) uma obra no sentido de uma obra de arte. O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia. A monumentalidade é um aspecto essencial da cidade enquanto obra, embora o emprego do tempo dos membros da coletividade urbana não seja um aspecto menos importante. A cidade como obra deve ser estudada sob esse duplo aspecto: monumentos diversos e emprego do tempo que eles implicam para os cidadãos e para os cidadãos;

c) uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante. A ordem próxima é aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora extorquindo-lhe sobretrabalho. A ordem distante é a da sociedade no seu conjunto

(escravista, feudal, capitalista etc.) Enquanto mediação a cidade também é o local onde as contradições da sociedade considerada se manifestam, como por exemplo, aquelas entre o poder político e os diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece; (LEFEBVRE, 1972, p.82).

A cidade que pode ser vista como produto de um conjunto de técnicas e métodos, está diretamente vinculada ao modo de produção pertencente à sociedade em questão. A cidade de Itaboraí, em um passado distante, foi entreposto comercial e teve impressa em sua paisagem construções coloniais. Posteriormente, construções modernas mais simples se misturaram às casas da década de 1980, construídas pelo Banco Nacional de Habitação. As rugosidades<sup>11</sup> encontradas na paisagem atual da cidade de Itaboraí são expressas nas igrejas e edifícios e outras construções dos séculos passados em conjunto com formas produzidas no século XXI (Figura 11 e 12). Na lógica do modo de produção capitalista, parece que a cidade parou no tempo por anos e subitamente despertou depois do anúncio do COMPERJ após o ano de 2000.

**Figura 11: Paróquia de São João Baptista**



<sup>11</sup> Nesta produção contínua do espaço vivemos um acúmulo de diferentes tempos históricos que são frequentemente ressignificados. Este acúmulo de diferentes tempos é chamado por Santos (2006) de “rugosidades” do espaço: “chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” (SANTOS, 2006, p. 92). Estas podem permanecer com suas formas-conteúdo ou podem ganhar novas funções.

Paróquia de São João Baptista do ano de 1672 mostra a convivência do arcaico no espaço moderno de Itaboraí.

Fonte: Victor Duba, 2015.

**Figura 12: Rua 31 de Março no Bairro Jardim Imperial**



Mais um exemplo da convivência do arcaico e do moderno expressa na foto por uma das olarias da cidade e um novo empreendimento.

Fonte: Victor Duba, 2015.

Em fevereiro de 2015, foi inaugurado o Itaboraí Plaza Shopping (Figura 13), um complexo comercial, empresarial e residencial. O empreendimento foi construído para abrigar um cinema com dez salas, universidade e um hotel. Logo, diversos comércios começaram a se instalar na cidade: restaurantes e redes internacionais, lojas de departamentos e escritórios. Edifícios modernos e

luxuosos, ainda vazios, se misturam a construções simples em ruas com equipamentos urbanos precários e ruas sem asfalto e sistemas de drenagem. Os edifícios novos são construídos com pequenas estações de tratamento, pois a da cidade é inexpressiva.

Muitos sujeitos da comunidade escolar apresentaram suas impressões sobre os novos empreendimentos durante as entrevistas. O surgimento desses trouxe para os habitantes da cidade uma nova possibilidade de entretenimento, como por exemplo, o cinema do shopping. O pai de um dos alunos relata que as opções de lazer na cidade são principalmente as praças e que antes tinha que sair do município para encontrar uma atração diferente.

Embora não tenha muita coisa pra usufruir hoje até que algumas coisas vieram pra Itaboraí como o shopping, tem um ano mais ou menos que tá no município, passou a ser uma atração coisa que não tinha. [...]. Na verdade, como eu trabalho aqui no município mesmo, a nossa vida é presa no próprio município, você tá sempre naquele ambiente ali. Por exemplo, a praça que a gente tem em Itaboraí [...] no dia-dia a gente acaba tendo que frequentar esses lugares, e automaticamente você está na praça. Aí você não tem ela como uma distração, um lazer. [...] Ela acaba caindo na rotina. A gente pega a família e procura outros municípios. Embora aqui atualmente pelo menos tem um shopping pra gente tá tendo alguma coisa diferente. (Alfredo)

O interprete de libras de uma das escolas complementa que esses empreendimentos trouxeram poucos benefícios, porém trata o cinema como a grande atração.

O COMPERJ trouxe pouquíssimos benefícios, não sei se com o término da obra os benefícios iriam aumentar. Mas, pra mim, trouxe o benefício do shopping, porque acho que se não tivesse o COMPERJ nós não teríamos o shopping ali. O shopping pôde trazer entretenimento [SIC] [...] O cinema era o que a gente não tinha. (Afonso)

No entanto, a bibliotecária da escola critica que o shopping está “puro”, ou seja, vazio, pois para ela, esse empreendimento não possui público suficiente para consumir o que o shopping tem a oferecer.

Então quando o pessoal veio pra Comperj a gente tava crente que Itaboraí ia crescer, mas infelizmente... O shopping mesmo, atualmente tá puro. Eu ouvi rumores de que ia fechar o shopping, botaram um cinema né, que cinema dá pessoas. Eu mesma ontem fui lá ver, dava pra você contar as pessoas circulando pelo shopping. Então não vejo agora benefício. (Cecília)

De forma mais crítica, o porteiro de uma das escolas, argumenta que essas novas formas da cidade, são mais aparência e não resultado de uma transformação estrutural, pois os empreendimentos novos da avenida principal da cidade são muito diferentes da periferia, essa ainda muito precária.

Houve avanços com a vinda do Comperj, muitos investidores chegaram à cidade, como o povo viu muitos prédios saírem por aqui, empresas chegando, eles ainda acharam que isso aí ia mudar muita coisa, mas na verdade só favoreceu a eles que já estavam aqui na cidade. Foi tipo uma jogada política. Porque foi a eles que favoreceu. Eles que tinham coisas pra vender, que tinham espaço. O povo nunca teve acesso a isso, só ficaram sabendo de certas coisas depois. Eles continuam dizendo que fizeram isso, aquilo, continuam maquiando. Mas quem passa na 22 de Maio diz que Itaboraí é uma cidade que alavancou, cresceu...mentira. Quem entrar pela parte rural de Itaboraí, os outros bairros, distritos, vão perceber que não foi feito nada. (Hugo)

Todas estas falas ilustram a chegada de empreendimentos que destoam tanto da estética quanto da funcionalidade da cidade. Ela antes tinha uma aparência mais arcaica, condizente com uma cidade de pequeno porte, com uma realidade econômica pobre, com poucos espaços de lazer e estes se constituindo em áreas de pouco investimento, como as praças. Com a possibilidade de crescimento que o COMPERJ representava, inicia-se investimentos para reconfiguração dessa estética.

**Figura 13: Itaboraí Plaza Shopping**



Primeiro shopping de Itaboraí construído na especulação imobiliária gerada pelo COMPERJ.

Fonte: Victor Duba, 2015.

A cidade que em um passado recente já segregava e excluía grande parte da população, agora, responde a mais uma empreitada do capital. A cidade se torna mais um exemplo, entre muitas do Brasil, de um objeto construído por atores, que não se importam com a precária e injusta realidade das populações subalternas que compõem esse espaço. Misturados aos novos empreendimentos modernos, a cidade expressa seus problemas nas fachadas das escolas e em seu único hospital municipal. As ruas da cidade, em sua maioria, de terra e sem sistema de drenagem, comportam as duas únicas empresas de ônibus da cidade que prestam um serviço de péssima qualidade. O déficit habitacional é imenso. No Boletim de Acompanhamento do Município de Itaboraí de 2010-2011, que foi produto do Monitoramento dos Indicadores Socioeconômicos do Entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, uma pesquisa feita pela Habitat-ONU em parceria com a Universidade Federal Fluminense e a Petrobrás, descreve os dados alarmantes do município de Itaboraí. Segundo o documento,

entre 2000 e 2011, o município apresentou um aumento de 39,55% no número de domicílios urbanos. Em 2000, existiam em Itaboraí 26 assentamentos precários (AP), número que se manteve em 2009 e 2011. O município passou de 6.625 domicílios em assentamentos precários, no ano de 2000, para 10.847 em 2009, 11.271 em 2010 e 11.665 no ano 2011. Ou seja, em onze anos o crescimento do número de domicílios em AP foi de 76,08%. Quando comparado ao crescimento do número total de domicílios urbanos no município (39,55%), verifica-se a forte tendência à informalidade no período. (ONU-Habitat, 2013 p.47-48).

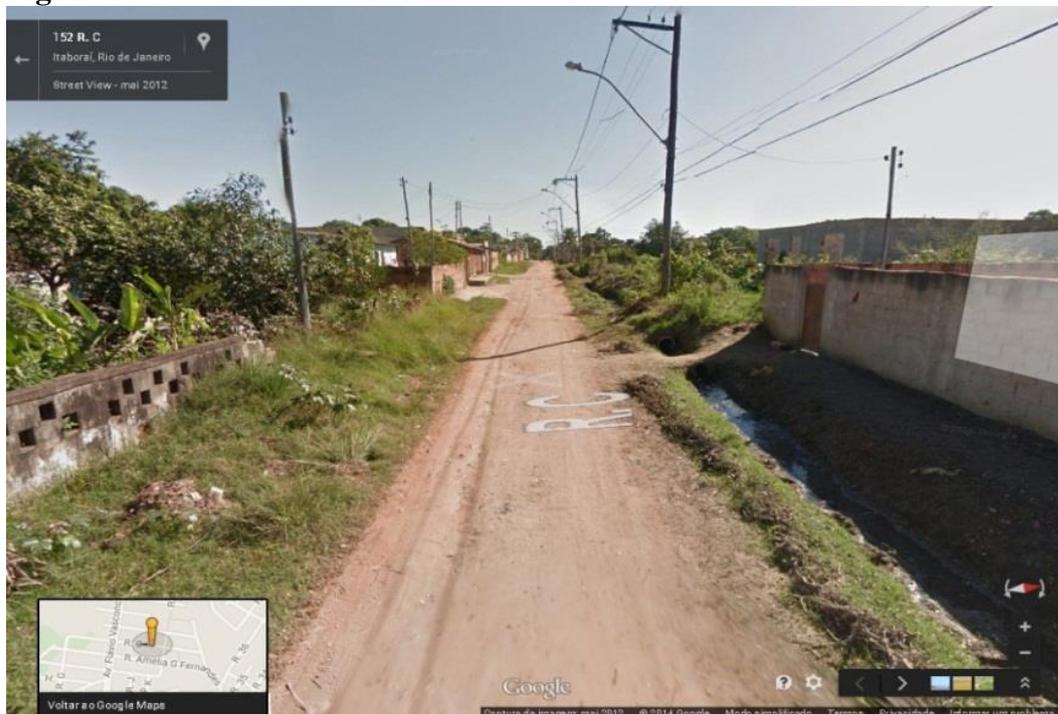
Em 2011, o município possuía um total de 11.665 domicílios nos assentamentos (ONU-Habitat, 2013 p.47-48). A maioria das moradias formais não possui abastecimento de água e tratamento de esgoto, as informais muito menos (Figura 14). É comum notícias no jornal local dos incontáveis dias em que os moradores das comunidades permanecem sem água. Mesmo com o início das obras do COMPERJ e o aumento da arrecadação, pouco foi feito para se alterar a realidade das condições habitacionais no município, que continua a ter 26 assentamentos até hoje. O boletim também analisa o aumento do PIB nos últimos anos.

O PIB no município de Itaboraí se elevou de R\$ 1,54 bilhão, em 2000, para R\$ 2,54 bilhões em 2011, o que equivale a um crescimento real de R\$ 1 bilhão. Em relação aos demais municípios da região analisada, verifica-se que Itaboraí se encontra na terceira posição em termos de maior produto agregado no ano de 2011, ficando atrás apenas de Niterói e São Gonçalo. O PIB *per capita* do município de Itaboraí se elevou em R\$ 2.915, passando de R\$ 8.636, em 2000, para R\$ 11.552 em 2011, equivalendo a um aumento de 33,8% entre os anos analisados. (ONU-Habitat, 2013 p.55).

Em compensação, o boletim afirma que mesmo com o aumento da arrecadação do município, não foi observada uma maior equidade de renda entre seus habitantes. Os domicílios abaixo da linha da pobreza correspondem a 26% do total do município.

Com o intuito de qualificar a distribuição de renda no município de Itaboraí, analisa-se a relação entre a renda *per capita* do 1% mais rico e dos 20% mais pobres. Diante disto, nota-se que o município de Itaboraí registrou um aumento no grau de concentração de renda entre os anos de 2000 e 2011. Com isso, em 2011, Itaboraí ficou na oitava posição, entre os municípios do CONLESTE, em termos de menor grau de concentração de renda, com o indicador sugerindo que um indivíduo pertencente ao estrato do 1% mais rico possui uma renda 41,30 vezes maior do que a renda de um indivíduo integrante do estrato dos 20% mais pobres. (ONU-Habitat, 2013 p.55).

**Figura 14: Rua N. V. da Mota no bairro Reta Velha**



Uma das ruas do Bairro Reta Nova. O esgoto não tratado passa pelo meio da rua.

Fonte: Google Street View, 2015.

O quadro desigual se reflete em outros indicadores também. Em relação à escolaridade, o boletim leva em consideração a Taxa de Matrícula Escolar Líquida dos Ensinos Fundamental e Médio; e taxas de Distorção Idade/Série e Idade/Conclusão nos Ensinos Fundamental e Médio do município. Os dados informam que existe uma baixa taxa de matrícula líquida, que é a razão entre o número total de matrículas de alunos com a idade prevista para estar cursando um determinado nível e a população total da mesma faixa etária. A taxa de matrícula líquida no ensino fundamental de Itaboraí apresenta, em 2011, o total de 32,44% e no ensino médio 43,56%. O ideal é que esse número possa chegar em 100% (ONU-Habitat, 2013 p.15-16).

O alto índice de reprovação e os problemas sociais são os principais responsáveis pela distorção idade/série. A péssima estrutura escolar, os baixos salários pagos aos funcionários, os contratos frágeis dos porteiros, merendeiras, pessoal de limpeza, secretaria, dirigentes, inspetores, que fazem parte do projeto político pedagógico das escolas contribuem para piorar o quadro. A maioria das escolas do município possui merenda de péssima qualidade (Figura 15). As refeições se repetem vários dias, tendo como base arroz, feijão e ovo. Muitos alunos dependem da merenda para se alimentar e não são todas as escolas que possuem cantinas. Os banheiros não possuem papel higiênico e nem sabão para lavar as mãos (Figura 16). As salas são sujas e não climatizadas, (Figura 17), muitas com goteiras e com instalações elétricas improvisadas (Figura 18), com carência de equipamentos básicos, como carteiras e mesas. As escolas são instruídas a não deixar turmas com menos de 25 alunos, pois o município não tem estrutura para a demanda de todos eles, porém as salas costumam ser superlotadas. A maioria das escolas não possuem quadras esportivas, laboratórios de ciências, de vídeo, informática, internet, além de terem áreas externas mal cuidadas, com acúmulo de lixo, mato e sucatas (Figura 19). Algumas também não possuem bibliotecas. Os alunos recebem os livros didáticos pelo Ministério da Educação, a partir do quantitativo de alunos do ano anterior. Os livros não chegam aos alunos e ficam guardados nas escolas e somente podem ser usados em ambiente escolar, dificultando o acompanhamento e a leitura das disciplinas em suas casas.

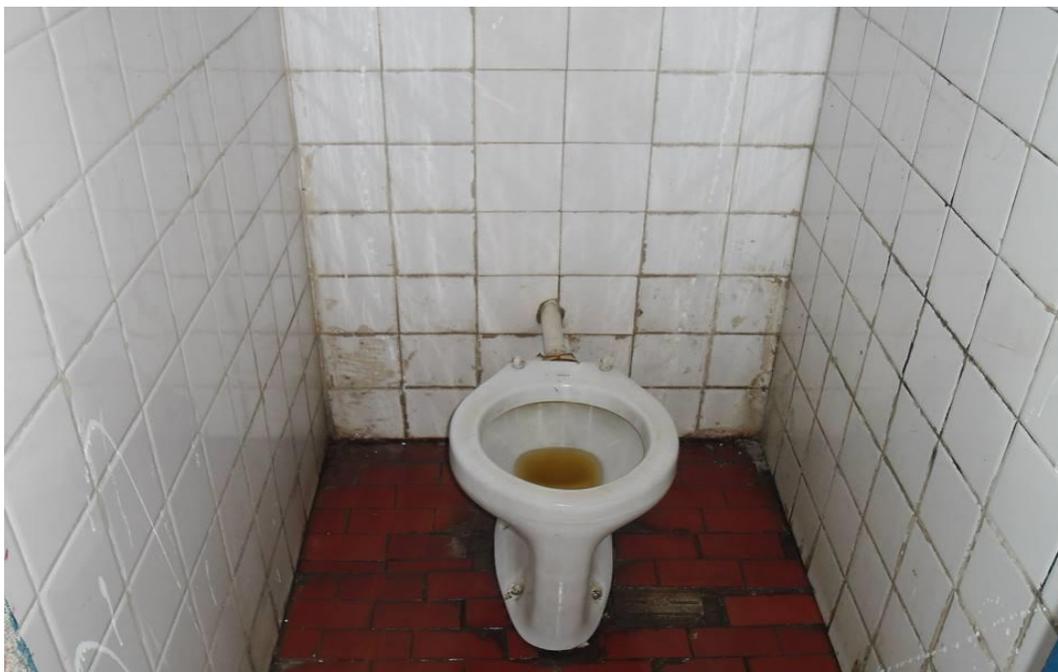
**Figura 15: Merendas de Baixo Valor Nutritivo de Diferentes Escolas**



Os diferentes pratos das escolas que possuíam merenda no ano de 2015. 1 – Arroz com ovo cozido. 2 – Arroz, feijão e maxixe. 3 – Arroz com abóbora. 4 – Arroz com caruru azedo.

Fonte: SEPE – Sindicato dos Professores de Itaboraí , 2015

**Figura 16: Banheiro dos Alunos da Escola B**



Banheiro masculino insalubre da escola oferecendo risco à saúde dos alunos. Sem assento, papel higiênico, água e limpeza.

Fonte: SEPE – Sindicato dos Professores de Itaboraí, 2013

**Figura 17: Sala de Aula da Escola B**



Condições precárias das salas de aula de uma das escolas do município. Paredes sujas, salas sem ventilação, não climatizadas e sem equipamentos suficientes para atender aos alunos.

Fonte: SEPE – Sindicato dos Professores de Itaboraí, 2013

**Figura 18: Instalações Elétricas da Escola B**



As instalações elétricas da escola que foram improvisadas oferecendo risco aos alunos e professores.

Fonte: SEPE – Sindicato dos Professores de Itaboraí, 2013

**Figura 19: Área Externa da Escola B**



Área externa da escola com acúmulo de lixo e sucata de equipamentos básicos para as salas de aula, esses em falta em várias escolas da rede.

Fonte: SEPE – Sindicato dos Professores de Itaboraí, 2013.

Somente professores, coordenadores, psicólogos e orientadores pedagógicos são funcionários concursados. Mesmo assim, não são todos. A maioria dos funcionários é contratada e conseqüentemente não pode reivindicar por seus direitos. São funcionários calados e não podem entrar em greve com o risco de perder seus empregos. O quadro precário não envolve somente a estrutura escolar, mas todo contexto vivido pelos alunos em suas vidas. Se um aluno vive em um ambiente violento, em uma moradia precária, e observa ao longo de sua vida seus

familiares sofrerem problemas de saúde e de exploração no trabalho, dificilmente conseguirá frequentar a desinteressante e obrigatória escola. Muitos alunos deixam de ir à escola por problemas de reposição dos créditos no Rio Card ou quando ocorre a perda do cartão. É quando um benefício se torna um pesadelo.

O monopólio dos transportes de Itaboraí pertence a duas empresas, que financiam os políticos eleitos na cidade e oferecem um péssimo serviço. Os ônibus são antigos, não são climatizados e não chegam a todas as localidades, obrigando as pessoas a pegarem mais de uma condução para se deslocar dentro do próprio município. Somente taxis e ônibus são permitidos pela prefeitura, o que deixa o indivíduo sem opção de escolha. As consequências desse monopólio chegam à escola através dos alunos que andam quilômetros para chegar até ela, pois a única empresa da cidade, não oferece o serviço eficaz.

A escola expressa os problemas sociais do município e nela, podemos enxergar facilmente que a população não foi beneficiada com a chegada do COMPERJ. Os dados alarmantes trazidos acima mostram que mesmo com o aumento da arrecadação e a chegada do empreendimento bilionário não foi possível observar uma mudança estrutural. As fotos aqui expostas da estrutura da Escola B, na qual trazemos parte dos entrevistados desta pesquisa, retrata o momento em que as obras do COMPERJ e a arrecadação chegavam ao seu auge. Como é possível aceitar que o aumento da receita municipal não tenha se convertido em investimentos para amenizar os problemas sociais que já existiam na cidade? A prefeitura fez sua parte tentando desviar a atenção da população com suas obras de fachada e seus eventos megalomaníacos. Suas promessas e propagandas criaram um novo imaginário de “cidade do futuro” que, por sua vez fortaleceram a desigualdade no município e a banalização do espaço no mesmo.

Para agravar a situação, milhares de pessoas em busca de empregos e, ironicamente, por melhores condições de vida, continuaram a chegar à cidade para viver em sua periferia, se submetendo às relações de trabalho precárias, tornando-se assim peças importantes para se compreender as contradições postas no espaço da cidade de Itaboraí.

Posteriormente, o complexo teve seus planos alterados por uma decisão do governo federal e a culpa desse desenvolvimento precário foi justificada pela prefeitura por uma suposta “crise”. Nesse momento, com seu orçamento já aprovado, Itaboraí continuava com uma arrecadação muito maior do que a

anterior ao surgimento do COMPERJ. Nos aprofundaremos nesse debate no próximo subcapítulo.

## 2.3

### Itaboraí na “Crise” do COMPERJ.

“Antes do Comperj éramos um Fusquinha com combustível. Passamos a dispor de uma Ferrari que ia a toda a velocidade, mas que agora não tem nem gasolina nem pneus.” Helil Cardoso - PMDB-RJ – Prefeito de Itaboraí – El País – 29/07-2015.

A epígrafe acima é parte de uma entrevista dada aos meios de comunicação pelo prefeito de Itaboraí Helil Cardoso. Nelas, o político tenta justificar a “crise” do município pela paralisação das obras do complexo petroquímico. Veremos nesse subcapítulo que, de fato, o governo federal parou de repassar as verbas para a conclusão do complexo, o que trouxe uma série de consequências para os habitantes da cidade. Entretanto, é importante ressaltar que a prefeitura começou a justificar todas as mazelas do município, inclusive as que existiam anteriormente ao COMPERJ, nas ações do governo federal. É interessante a comparação do Fusquinha com a Ferrari, pois se reproduz assim a ideia da comparação entre uma Itaboraí moderna, do futuro, do COMPERJ, com a Itaboraí do passado, antiga e pobre.

A interrupção total das obras ocorreu principalmente no ano de 2015, após uma investigação da Polícia Federal<sup>12</sup>, na qual foi apurado um esquema de lavagem de dinheiro com a suspeita de movimentar uma quantia de 10 bilhões de reais. Essa operação ficou conhecida como Lava Jato. A Polícia Federal cumpriu mandados de busca, apreensão e prisões temporárias iniciadas após a denúncia de um grande empresário dono de uma fábrica de componentes eletrônicos. Nesse contexto, o ex-diretor da Petrobrás foi preso e acusado de participar de um dos esquemas de corrupção. No total, segundo o Ministério Público Federal, 494 pessoas e empresas estão sob investigação e 73 mandados de prisão foram cumpridos. As acusações criminais da investigação são: formação de organização criminosa, corrupção, crimes contra o sistema financeiro nacional, tráfico transnacional de drogas, lavagem de ativos, entre outros.

---

<sup>12</sup> Ministério Público Federal. <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acesso em: 15/03/2015

O esquema de corrupção levou à paralisação das obras do COMPERJ, prejudicando diretamente os trabalhadores do empreendimento. As consequências para eles foram drásticas, levando ao calote de seus salários, demissões em massa e o não cumprimento dos direitos trabalhistas. Segundo o site da Agência Brasil<sup>13</sup>, a Alumini Engenharia, uma das empresas contratadas pelo empreendimento, deixou três mil funcionários com salários atrasados por meses, demitiu 469 funcionários sem seus direitos de rescisão contratual. No total, foram demitidos dois mil e quinhentos funcionários que trabalhavam nas obras. A história da Alumini é somente uma, entre muitas ocorridas no decorrer das obras do empreendimento. Após as demissões o COMPERJ ficou com cinco mil trabalhadores somente. Hoje, já com mais de 80% das obras concluídas, segundo o site da Petrobrás, o COMPERJ está com suas obras paradas.

Este fato demonstra que o discurso do “eldorado” não leva em consideração uma série de consequências que a terceirização traz ao trabalhador, tais como: salários menores, quando comparados aos não terceirizados, um maior risco de sofrer acidentes de trabalho, uma jornada de trabalho maior e uma possível redução na quantidade de trabalhadores necessários a uma empresa, aumentando assim, o desemprego. Logo, os trabalhadores não são prejudicados apenas quando começam a perder seus empregos. Eles nunca tiveram os benefícios que sugere o RIMA, nem no começo dessa implementação. Todavia, a precarização não é aceita de forma pacífica. Sempre há uma resistência e não foi diferente na história das lutas dos trabalhadores do COMPERJ. Afinal, a luta de classes é expressa nos movimentos de resistência e greves.

A trajetória das obras do complexo foi marcada por diversas crises relacionadas a problemas trabalhistas, que envolveram paralisações e piquetes mobilizados pela luta de direitos básicos, como o aumento salarial e melhores condições de trabalho. No ano de 2014, 15 mil trabalhadores contratados por diferentes empresas estavam presentes em uma assembleia do SINTRAMON (Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Montagem, Manutenção e Mobiliário de São Gonçalo, Itaboraí e Região), reivindicando 12% de reajuste em seus salários para compensar as perdas das inflações dos anos anteriores. Durante

---

<sup>13</sup> EBC Agência Brasil. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-01/trabalhadores-protestam-contrapetrobras-por-demissoes-e-salarios-do-comperj>. Acesso em: 15/03/2015

vários dias, os trabalhadores permaneceram circulando pela cidade, nas ruas e estabelecimentos, exibindo seus crachás e esperando os comandos dos sindicatos envolvidos nas lutas.

Neste cenário problemático, ainda não se sabe como ficará a situação do COMPERJ e de Itaboraí. O atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, junto ao CONLESTE, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense, uma associação de municípios criada para obter contrapartidas da Petrobras para a região, está negociando com o Governo Federal para que as obras retornem e os municípios envolvidos continuem a receber a verba, já que seus orçamentos para o ano de 2015 foram aprovados ano passado.

A paralisação das obras e as demissões em massa trouxeram uma série de consequências para o município. Uma das medidas sociais mitigadoras relatadas no RIMA do empreendimento respondia a questão. Como esses empregos temporários serão preenchidos após o final da construção do COMPERJ? A resposta do documento é simples:

Estes empregos temporários deverão ser preenchidos pela mão-de-obra destas regiões, conforme o esforço de cadastramento e qualificação. O COMPERJ manterá, em parceria com comunidades locais, o registro de mão de obra qualificada e não qualificada de trabalhadores com residência local e de pequenas empresas, para uso das empresas responsáveis pela construção e para o processo de seleção de mão-de-obra permanente para o empreendimento. (RIMA p.104)

Temos, então, a necessidade de fazer duas perguntas após a citação acima. A primeira: para onde foram os 20 mil trabalhadores que estavam em atividade no pico das obras? A segunda: como cadastrar mão-de-obra qualificada, se o Instituto Federal Fluminense que traria cursos técnicos para o município, no ano de 2014, está com as obras atrasadas? De fato, se considerarmos a conclusão das obras do empreendimento, a maioria dos trabalhadores, esses, pedreiros, não terão seus empregos garantidos no complexo e nem uma escola técnica pública para se qualificar. Ainda, o documento complementa:

Em função das medidas atenuantes a serem tomadas, estes impactos não são considerados relevantes para o ambiente natural. Como a operação de empreendimentos do gênero pode passar dos 40 anos, as perdas econômicas futuras não podem ser consideradas importantes, já que o empreendimento terá gerado benefícios notáveis ao longo de sua vida útil, podendo inclusive transformar - sem

outro empreendimento industrial, compatível com o desenvolvimento tecnológico no longo prazo. (RIMA, 2007, p.105).

Com a crise da Petrobrás e todo atraso nas obras, o polo petroquímico não será concluído, mas somente as refinarias. Logo, as perdas econômicas poderão não ser compensadas pela construção do polo e muito menos as socioambientais. As consequências puderam ser vistas na cidade, pois muitas famílias foram viver nas ruas, sendo despejadas de suas casas e não tendo dinheiro para retornar para suas cidades de origem. A Pousada do Trabalhador, localizada no Bairro de Venda das Pedras, um dos alojamentos dos trabalhadores do COMPERJ, não fez o depósito de pagamento. A pousada fechou e vendeu seus móveis e eletrodomésticos para pagar dívidas. O pai de um aluno relata a ilusão da oferta de empregos trazida pelo empreendimento como a pior consequência para a cidade.

Acho que (o pior foi) a ilusão do emprego. Eu conheço pessoas que largaram até os empregos que elas tinham. Conheço história de pessoas que abriram mão de algumas coisas, venderam, pra fazer curso na esperança de ter um bom emprego lá e depois acabou tudo, hoje está desempregada. Então pra mim acho que ilusão do emprego foi a pior coisa porque deixou muita família em situação difícil. (Alfredo)

Ele complementa

O cara entra lá no começo, ganhava um salário num emprego garantido, abriu mão pra ir pra lá ganhar quatro salários, então muita gente se perdeu nisso, na ilusão. E acabou se enrolando porque depois foi demitido e hoje tem gente com dívidas, tem gente que foi lá trabalhou, e com o que recebeu abriu um comércio ou investiu em alguma coisa pensando em ter frutos do próprio COMPERJ e hoje não. Então hoje a gente está vendo muita família em situação difícil por causa disso, porque investiu sem poder investir acreditando que poderia ter um retorno que hoje não tem. (Alfredo)

Este investimento em novos comércios que foi feito por diversas famílias e que gerou a falência de muitas delas, também foi percebido pela diretora de uma das escolas.

Só que com a parada do Comperj tudo que parecia bom virou ruim na minha visão. Porque aí, e essas construções que foram feitas? Fechadas. As pessoas investiram pensando lá na frente em alugar...como um fonte de renda, foi um investimento. Eu vou comprar uma sala comercial aqui porque eu vou alugar e ter um retorno bom lá na frente e hoje estão fechadas. (Luzia)

Para tentar solucionar a situação dos desempregados que estavam vivendo nas ruas, a Secretaria de Desenvolvimento Social de Itaboraí levou algumas dessas pessoas à rodoviária da cidade e pagou passagens de retorno às suas cidades. Porém, a demanda foi muito grande e a Secretaria não teve condições de arcar com todos os custos. Como as pessoas que ficaram puderam pagar pelos caríssimos alugueis oriundos da especulação imobiliária? Que empregos conseguiram fora do empreendimento, levando em consideração que a cidade não possui uma oferta de empregos para abrigar essa população? Talvez, ocuparam as precárias habitações da comunidade vizinha ao empreendimento, a Reta Velha, tomada pelo tráfico de drogas. Esses puderam se consultar no único e saturado hospital da cidade. Seus filhos tiveram aulas nas diversas escolas do município com péssima infraestrutura, com professores que não receberam reajustes por causa da crise do COMPERJ e se juntaram às outras crianças, que não podem escutar o nome Eduardo, pois imediatamente cantam o jingle de Eduardo Cunha – PMDB-RJ, atual presidente da câmara dos deputados, que ironicamente apoiou o projeto de lei 4330, da terceirização do trabalho e foi o candidato mais votado do município.

As escolas do município também sofreram com a crise. Segundo o Sindicato dos Professores de Itaboraí, os porteiros das escolas receberam o aviso prévio e as empresas terceirizadas (Lapa, Força União e Masan) não estavam pagando seus funcionários no ano de 2015. Os contratados pela Secretaria de Educação receberam com o atraso de um mês seus salários e com um desconto de 20% para conter os gastos do município. O desfile cívico das escolas de 2015 foi cancelado por falta de verbas. Segundo o boletim semanal do sindicato, os funcionários das escolas reclamam da falta dinheiro para comprar remédios para doenças crônicas, falta comida em casa e falta dinheiro para passagem. O prefeito, em solidariedade ao povo de Itaboraí ou por desespero, pediu a diminuição de seu salário e dos 21 secretários municipais.

Todos os funcionários contratados das escolas públicas da cidade receberam a notícias que seus contratos seriam interrompidos duas semanas antes do final do semestre. A prefeitura, com intuito de economizar dinheiro deixou as escolas públicas sem faxineiros, inspetores, porteiros, professores e outros funcionários contratados, com a promessa de que após o período de recesso, recontrataria novamente e a desculpa de que assim poderia pagar os concursados.

A prefeitura dessa maneira pôde aumentar as férias para um mês, deixar de pagar esses funcionários e recontratá-los com um salário inferior aos recebidos anteriormente.

Hoje a prefeitura continua com dificuldades de pagar seus funcionários contratados. As repartições públicas da cidade possuem carência de funcionários, pois além de não ter recursos para contratar, perdeu credibilidade perante aos trabalhadores. Nas escolas, diversos funcionários abandonaram o trabalho, pois ficaram meses sem receber. O hospital frequentemente é fechado por falta de funcionários e de material para atender a população, que vive à mercê das decisões e descasos dos governos. A merendeira terceirizada de uma das escolas relata a situação que estava vivendo nesse momento.

O primeiro mês que eu fiquei aqui não tinha merenda por causa da água, ficou sem água a escola. Pra jogar água no banheiro tinha que pegar um balde na cisterna, então não tinha como fazer comida. Há dois meses que eu não recebo. Dois meses trabalhando e dois meses sem receber. No primeiro mês eu recebi sete dias trabalhados, porque eu trabalhei do dia 23 de setembro até o dia 30, me pagaram sete dias trabalhados, 170 reais. E dali pra cá não recebi mais nada. Falaram que iam ver com o prefeito se ele estaria repassando a passagem, mas não garantiram não. Já entrei sabendo que eles não iriam dar passagem, por isso que me botaram mais próxima da minha casa. Porque quando eu entrei a minha vaga era lá na Joaquim de Oliveira, aí chegando lá na SEMEC a menina falou comigo que não ia dar passagem e me colocou mais perto de casa. [...] Não falaram até quando vai o contrato. (Suzete)

Além de todas as consequências em relação a questão trabalhista, a cidade se tornou um grande canteiro de obras inacabadas. Um professor relata como o empreendimento foi visto como uma grande miragem para a população em geral, que só percebe as consequências negativas.

Rapaz eu to pra saber qual (foi o benefício). Itaboraí, há cinco anos, a gente afirmava que era a cidade do futuro. Hoje a gente pergunta qual o futuro da cidade. E ambos por conta do COMPERJ [...] Então o cidadão de Itaboraí vê o COMPERJ acontecer como se fosse uma miragem. Ele só percebe, em geral, as consequências negativas, um bando de obras inacabadas pela cidade. Começaram as obras porque tinha verba e as obras foram paralisadas porque a verba deixou de entrar, então a cidade virou um grande canteiro de obras. (Antônio)

Outro professor relata o momento posterior à paralisação das obras e suas consequências para os centros comerciais e apartamentos construídos no município.

Você tem imóveis em Itaboraí que estão pela metade do preço, só que esses imóveis foram financiados a longo prazo, pelos bancos. Então perdeu-se dinheiro em Itaboraí. Você tem um shopping que tem lojas gigantes em que não tem ninguém. Você anda no shopping em Itaboraí e a coisa mais difícil é esbarrar no outro, devido ao número de pessoas. Trouxe violência pra cidade, crise imobiliária, desemprego. Itaboraí era uma cidade que você podia contar o número de mendigos, agora você não tem como contar, bairros que até então não tinham mendigos agora têm. Se você tem um hospital só em Itaboraí e um aumento de 40 mil pessoas na cidade, antes de ter esse aumento, tinha que ter um hospital novo. Então superlotou os setores públicos em Itaboraí, com o aumento de pessoas pra cá. (Geremias)

A transformação da cidade com a chegada de novos investimentos, tão destoantes da realidade econômico-social que Itaboraí vivia até então, também são trazidos por outra professora, que relata a realidade precária das escolas que nunca se alterou.

E a promessa era que viriam muitos benefícios, até porque o projeto inicial era o de que seria um complexo petroquímico e com isso teriam outras indústrias que receberiam esses insumos. A gente pode perceber que essa promessa foi realmente tentadora demais pela quantidade de pessoas que vieram investir na cidade, haja vista o tamanho dos prédios, das construções, principalmente comerciais. Um shopping gigante pruma cidade como Itaboraí sem Comperj. Depois parece que houve um acerto aí de que não seria mais um complexo, seria uma refinaria, mas ainda assim de grande porte. As promessas eram muito grandes...de que a arrecadação do município, ISS, com essas empresas todas, até o próprio IPTU...acho que a arrecadação aumentou de fato porque deve tá todo mundo pagando IPTU né. E os benefícios viriam através do retorno pra população desses impostos, de investimentos em infraestrutura, saúde, educação. Do jeito que as coisas estão acho que ainda não houve benefício nenhum a não ser a chegada do cinema (risos), algumas lojas, facilitou um pouco a gente comprar, mercados maiores...a oferta de produtos aumentou. Depois que o Comperj deu essa parada por conta de todo esse cenário nacional a gente ficou amargando um prejuízo e tanto. Porque é óbvio que não é só a desculpa do prefeito de que a população aumentou. Aumentou? Aumentou. Tem aí mais residências e mais moradores evidentemente. Muitos já se foram, mas alguns devem ter se instalado. A gente mesmo tem alunos aqui que as famílias chegaram e estão aqui ainda. Então isso gerou de fato maior gasto acredito, arrecadação caiu, mas também não é a mesma de antes do complexo. Mas por hora a gente teve esse último ano de 2015 um sufoco, na saúde principalmente. E as escolas, que inclusive tivemos 15 dias a mais de férias, as escolas funcionando sem funcionários, a diretora da nossa escola mesmo teve que cozinhar, varrer sala, muitas escolas dispensaram os alunos no meio do turno...tô falando mais da parte que me cabe da educação, a gente não teve melhora não, muito pelo contrário. (Clara)

Após a paralisação das obras do empreendimento, grande parte dos estabelecimentos comerciais criados nessa especulação imobiliária voraz continua vazio, o que também demonstra a incapacidade de absorção pelo mercado. Eles

custaram caro e foram construídos a partir de uma estética moderna que não condiz com a realidade de Itaboraí, por isso não tem quem alugue e quem pague por eles (figuras 20 e 21). Esta realidade é recorrentemente trazida nas falas dos entrevistados que questionam as consequências desta especulação e da construção de uma cidade que não serve à sua população.

**Figura 20: Novos Centros Comerciais**



Edifício na Rua João Caetano que permanece até hoje com várias salas vazias.  
Fonte: Victor Duba, 2015.

**Figura 21: Edifício Van Gogh na Avenida 22 de Maio**



Outro edifício na Avenida 22 de Maio que nunca foi ocupado.  
Fonte: Victor Duba, 2015.

A reforma da avenida principal da cidade está parada, ela teve início no ano de 2014 e não continuou no ritmo que deveria por causa da “crise” financeira que a cidade está passando. As novas construções, entre elas hotéis, restaurantes, edifícios residenciais, e centros comerciais, provavelmente não serão ocupados ou frequentados pelos antigos moradores da cidade, e muito menos pela maioria dos trabalhadores que chegaram para construção do COMPERJ, se é que serão ocupados para qualquer uso, uma vez que a especulação imobiliária e seu

crescimento, principalmente no que se refere a construções voltadas ao comércio, não estão de acordo com a realidade de Itaboraí.

Quase uma década após o anúncio do COMPERJ, o empreendimento pode ser considerado a ilustração perfeita do modelo de intervencionismo estatal ineficiente, gerado por uma cadeia de sucessivos fracassos administrativos, começando pelo governo federal e terminando no governo municipal. Grande parte dos problemas gerados pelo COMPERJ é oriunda da incapacidade do poder público de estruturar o município para receber um empreendimento desse porte, ou seja, a falta de um planejamento prévio que crie uma rede capaz de dar o suporte necessário para sua instalação. A fala de um dos professores entrevistados ilustra bem esse fato:

O poder público preferiu privilegiar que esses recursos continuassem a serem drenados por esses mesmo grupos, enquanto grande parte da população de Itaboraí continua sem direito à escola de qualidade, à saúde, à segurança, a transporte público, porque efetivamente esses direitos não são oferecidos à cidade com a dignidade que o cidadão, que o ser humano, merece. (Antônio)

O empreendimento passou pela cidade de Itaboraí em que, em um imaginário da cidade da esperança, existia o otimismo de transformação de sua realidade trágica. Talvez, a melhora dos serviços básicos, de acesso à saúde, moradia, educação e etc., com o aumento da arrecadação do município, fosse algo esperado pela população. Porém, vimos o empreendimento passar pela cidade sem deixar saldo positivo. O professor acima citado complementa:

A estrutura social da cidade não modificou, modificou um contorno, talvez a forma, mas a cidade, na sua essência, continua desigual, segregada, excludente e arrisco dizer que a tendência é aumentar esses três fatores. E o poder público e esses grupos, sem dúvida nenhuma, tem sua parcela de culpa nesse processo. (Antônio)

Além de todos os problemas originados pela “crise” do COMPERJ, temos que levar em consideração a lógica da política local, que possui uma área de influência e cria relações de privilégio, na qual o público e o privado se confundem a todo o momento, caracterizando o município como um latifúndio político. Certamente os mais privilegiados por sua condição financeira, por sua posição da sociedade ou por seus cargos de confiança não foram tão afetados pela “crise”. Seguramente, os mais pobres, aqueles que dependiam de seus empregos

para sobreviver, que dependem unicamente da venda de sua força de trabalho, são os mais prejudicados. No próximo capítulo entraremos na discussão sobre parte da sustentação dessa “engrenagem”, o discurso, que produz e reproduz a banalização do espaço, a degradação da vida, mas também a afronta, criando movimentos de resistência fundamentais nesta reconfiguração do espaço.

## **As Representações Construídas Para a Concretização da Banalização do Espaço.**

Como foi citado no início do presente trabalho, o interesse em investigar como estão postas as contradições no espaço banalizado da cidade de Itaboraí foi motivado pelos discursos presentes, não só no ambiente escolar, mas nos espaços públicos em geral. Estas falas dos habitantes da cidade revelam muito sobre o cotidiano e as contradições que estão postas nele, ora reforçando a banalização, ora se rebelando à tragédia. O discurso se apresenta como um recurso de grande valor, pois exprime em sua essência não somente a realidade sobre a problemática que atinge o cotidiano, mas também toda uma carga simbólica, ideológica, cultural da sociedade e também idiossincrasias que revelam a riqueza do indivíduo e sua interpretação sobre o espaço em questão.

Esses discursos estão presentes no microcosmo da escola e fazem parte de uma “engrenagem” que muitas vezes reproduz os valores das classes dominantes e perpetuam sua ação de opressor. A escola, apesar de fazer parte desse sistema, pode também ser um espaço insurgente, com um papel transformador. Ela é formada por diferentes sujeitos, símbolos, valores e múltiplas relações de poder. Sendo assim, é composta por uma parte da sociedade e reflete seus valores. Podemos, através dos discursos dos diferentes sujeitos que compõem seu microcosmo, enxergar as contradições do espaço capitalista e suas relações de poder. Para isso, nos apoiaremos no olhar do cotidiano, que segundo Lefebvre (1981) é o produto histórico mais próximo de nós, constituindo-se como instrumento para a abordagem empírica da realidade, e como forma de mediação entre o particular e o universal. O autor se dedicou a estudar o cotidiano a partir das representações e considera que:

é por meio delas que se torna possível construir a crítica da vida cotidiana, superando-se a separação entre o conhecimento e o vivido. Lefebvre entende que as representações constituem, assim, a mediação pela qual se estabelece a relação dialética entre o ser e o conhecer, entre o representante e o representado, entre o vivido (individual, mas também social e coletivo) e o concebido (a teoria). Nesse sentido, portanto, elas são o terceiro termo, ou seja, o percebido que interpreta o vivido e a prática, pois não se pode “compreender e viver uma situação sem representá-la”, assim como não se pode tentar transformá-la sem uma crítica das

representações que dela se faz. Isso porque, as representações, sob a forma de signos e símbolos, tomam o lugar das coisas, como um substituto da presença na ausência, tornando possível designar, por meio da linguagem, o objeto ausente, preenchendo sua ausência com as representações construídas sobre ele. (LEFEBVRE, op. cit., 1980 apud NASSER, 2001, p. 27).

A partir das representações relatadas nos discursos dos entrevistados, pertencentes ao microcosmo escolar, poderemos trazer os elementos que constituem a vida cotidiana desses sujeitos a partir de suas realidades, como habitantes e trabalhadores da cidade de Itaboraí. Mesmo na ausência, desses elementos, os entrevistados podem se relacionar com eles, a partir de suas representações. Logo, o cotidiano torna-se uma categoria fundamental à construção do presente trabalho, pois temos a pretensão de não separar a ciência da crítica, indo ao encontro da teoria do filósofo Henri Lefebvre, que considera que “é impossível captar o cotidiano como tal, aceitando, ‘vivendo-o’ passivamente, sem fazer um recuo. Distância crítica, contestação e comparação caminham lado a lado” (LEFEBVRE, 1991, p. 34).

Em sua obra *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, Lefebvre, critica as ciências sociais e as ciências parcelares, por não terem dado devida atenção ao cotidiano.

Cada um à sua maneira, os especialistas das ciências parcelares recortam os fatos; eles os classificam de acordo com categorias às vezes empíricas ou abstratas; atribuem-nos a setores diferentes: sociologia da família, psicologia do consumo, antropologia ou etnologia estendidas às sociedades contemporâneas, descrição dos hábitos e dos comportamentos. Eles deixam aos práticos – publicitários, planejadores – a tarefa de organizar tudo e de fabricar uma coesão com o quebra-cabeça dos fragmentos. Ou, melhor ainda, desdenham os fatos cotidianos como se não fossem dignos de conhecimento: os móveis, os objetos e o mundo dos objetos, os empregos do tempo, as banalidades, os anúncios de jornais. Eles se juntam assim aos filósofos, cheios de desprezo pela *Alltäglichkeit* [cotidianidade]. (LEFEBVRE, 1991, p. 33).

O olhar a partir do cotidiano pode ajudar a compreender os processos estruturantes das relações sociais mais amplas. Concordamos então que:

“a noção de cotidiano só tem consistência se levarmos em consideração as contradições do processo histórico, o cotidiano como contraponto (e alienação) da história. O cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o produz. [...] Não há reprodução sem uma certa produção das relações sociais” (MARTINS, 2008 p.89).

Por isso, o cotidiano não pode ser “confundido ao banal, com o indefinido, com o que não tem qualidade própria, que não se define a si mesmo como momento histórico qualitativamente único e diferente. E também com o doméstico e íntimo, com o rotineiro e sem história” (Martins, 2008 p.89). José de Souza Martins, em seu livro *a Sociabilidade do Homem Simples*, traz a contribuição do filósofo Henri Lefebvre, nos *Apontamentos Sobre a Vida Cotidiana e História*, se referindo aos dois momentos opostos que demarcam o cotidiano.

De um lado, o cotidiano como contraponto da festa, esta como momento do tempo cósmico do processo social. De outro lado, como tempo linear, privado do ritmo natural e cósmico; o tempo (e as relações sociais) reduzido à sua linearidade quantitativa, capturado pela lógica acumulação e da mensuração – o tempo determinado pela mediação do valor de troca das mercadorias e do trabalho mercantilizado. O tempo quantitativo da troca, da acumulação e do consumo, em conflito com o tempo qualitativo do uso. O tempo do homem subjugado pela coisa, tempo em conflito com o tempo do homem que subjuga a coisa. Por isso, o cotidiano se transfigura na gestação da cotidianidade. Neste novo momento, a vida cotidiana se torna um modo de viver sem estilo. É o tempo do homem sem qualidade, mergulhado numa historicidade nova, tempo do homem desconhecido consigo mesmo, que se torna produto de seu produto, transfigurado de sujeito em objeto, em contradição com as características próprias da vida privada, que é determinada pelo tempo do sujeito. Momento em que aquilo que faz não é necessariamente aquilo que pensa estar fazendo. (2008, p.90)

A partir da noção de cotidiano de Lefebvre, traremos, através dos discursos, o imaginário criado a partir das representações sociais, essas expressas na cotidianidade por meio das falas dos entrevistados, que estão inseridos em um modelo de sociedade que vive o tempo determinado pela lógica da acumulação e da mensuração, no qual, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso.

A cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzindo uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Os espaços construídos dentro da lógica capitalista seguem a padronização e o individualismo desta racionalidade, são, portanto, espaços abstratos, primados pela razão estética e pela força das imagens. (Lefebvre, 1980, p. 47).

Essa “sociedade burocrática de consumo dirigido” é característica do modo de produção capitalista e de sua modernidade, e é parte da “engrenagem” que produz a degradação da vida. Martins, (2008) afirma que na cotidianidade, há um alargamento do imaginário em detrimento da imaginação. Para ele

a vida se torna um modo de vida marcado por uma sociabilidade teatral, pela representação (por fazer presente o ausente), pela fabulação. Mas, se o imaginário submetido e manipulado pelas instâncias de poder se alarga em relação à imaginação, criadora e revolucionária, esta não desaparece. Sobrevive em tensão, como contradição do viver expressa no imediato e, portanto, na própria vida cotidiana. Logo, a vida cotidiana não pode ser pensada como o tempo dos usos e costumes, das invariâncias do tempo longo. Muito ao contrário. (p.91)

Castoriadis, (1982), também complementa a análise do imaginário a partir de uma perspectiva materialista-histórica, na qual os símbolos, tanto representados na linguagem quanto nas instituições são um produto social.

O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/ formas/imagem, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos. (p.13)

Na sociedade capitalista, esses símbolos são muitas vezes produzidos a partir dos interesses das classes dominantes e reproduzidos pelas classes menos favorecidas. Essa rede de símbolos e instituições são fundamentais para a existência de uma sociedade dividida em classes sociais. Veremos mais a frente como os discursos do cotidiano da comunidade escolar reproduzem o imaginário que reforça a banalização do espaço, mas também, ao mesmo tempo, contestam esse modelo de sociedade.

Outro ponto importante do trabalho é ressaltar o caráter político do espaço. Essa característica é revelada de várias formas. A mais evidente é a presença do tema sobre a política local ser frequentemente mencionado pela comunidade escolar, o que demonstra sua força neste ambiente. Durante as entrevistas da presente pesquisa, foram trazidas as relações entre os políticos e os habitantes da cidade, estas carregadas de inúmeros símbolos e representações. Resgatando o debate levantado acima: a presença dos políticos da cidade de Itaboraí na vida dos habitantes da cidade se dá, muitas vezes, por sua ausência. A fala: “meu vereador conseguiu para mim” é lugar comum na vida da comunidade escolar, principalmente através dos discursos que reforçam a “engrenagem” que produz a banalização do espaço.

Por isso, trouxemos ao trabalho a teoria sobre a produção do espaço do filósofo Henri Lefebvre, apresentada durante sua obra, que oferece a possibilidade

de elucidar muitas das contradições que estão postas no cotidiano da cidade de Itaboraí. As atuais configurações espaço-temporais demandam uma teoria que integre as categorias espaço e cidade de forma sistemática. A cidade como um produto da lógica capitalista reflete as relações desiguais produzidas por este modo de produção. Um exemplo disso é o bolsão de miséria que circunda o projeto bilionário do governo federal, resultado do desenvolvimento desigual, que apresenta consequências que são cotidianamente vivenciadas pela população.

Para compreender o processo de produção do espaço de Itaboraí, nos apoiaremos nas contribuições do autor, quando este diz que o espaço pode abarcar três dimensões do real, dialeticamente interconectadas: o percebido, o concebido e o vivido, que se referem e estão articulados às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação.

Henri Lefebvre, em diferentes obras, realiza uma proposta de análise apoiada na teoria das representações e articula as tríades, se dedicando a dissertar sobre as práticas espaciais, as representações do espaço e aos espaços de representação. A seguir utilizaremos os apontamentos feitos no curso de Representações do Espaço Urbano, disciplina do mestrado em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ministrado pelo Professor Doutor Alvaro Henrique de Souza Ferreira para dar suporte metodológico à pesquisa.

As práticas espaciais são as práticas sociais projetadas no espaço social, que para Lefebvre, é ao mesmo tempo, espaço físico, social e mental. Elas são o espaço da experiência e percepção a partir do prático-sensível. As práticas espaciais definem lugares, a relação entre o local e o global, a representação dessa relação, ações e sinais, os espaços banais do cotidiano. O vivido, o percebido e o concebido se reúnem nas práticas espaciais. As representações do espaço são o espaço concebido, o espaço dos tecnocratas, da razão instrumental, que se diz isenta de ideologia, mas é sua fiel encarnação. A representação do espaço pode até ser hegemônica, mas não é total, outras interpretações e outros códigos do espaço persistem. Os espaços de representação são o espaço vivido de sensações, da imaginação, das emoções e significados incorporados em nosso cotidiano, o espaço dos códigos não hegemônicos, é o lugar dos sofrimentos, da brincadeira, das realizações e dos fracassos.

Lefebvre, em seu livro *A Produção do Espaço*, define que:

a) A *prática espacial* de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade é descoberta decifrando seu espaço. [...] a prática espacial no neo-capitalismo associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes religando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres) Associação surpreendente, pois ela inclui em si a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. [...] Uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, o que não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica).

b) As *representações do espaço*, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido. [...] É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam para um sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente.

c) Os *espaços de representação*, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto espaço dos “habitantes”, dos “usadores”, mas também de certos artistas e talvez dos que *descrevem* e acreditam somente descrevem os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (Lefebvre, 2000 p.34-35)

Sua construção teórica trabalha com o presente (a realidade atual), com o passado, (herança inscrita no espaço) e com o futuro (o possível, o projeto). Essa construção está aberta a múltiplas temporalidades, as quais coexistem em um mesmo período. O espaço abstrato é político, instituído pelo Estado, tendo um caráter homogeneizante, porém não é homogêneo, pois há inúmeros atores em luta no espaço. Este surge com a aparição do trabalho abstrato, estando presente não só no modo de produção capitalista, mas também antes dele.

Este espaço abstrato, o espaço da expropriação, abriga velhas contradições, que permaneceram através da história e, principalmente, novas contradições concernentes ao modo de produção capitalista. Estas se expressam no confronto entre espaço abstrato, ou a externalização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e o estado; e, espaço social, ou espaço de valores de uso produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana (Lefebvre, 1979, p.290)

O espaço abstrato, no modo de produção capitalista, se impõe, quando percebemos o conflito entre apropriação e dominação, entre valor de uso e valor

de troca. Porém, resquícios do espaço absoluto podem permanecer. Este ligado ao passado persiste como classe ou sedimento do espaço histórico. Este espaço é mais vivido do que concebido, é mais um espaço de representações do que representação do espaço e é dotado de simbolismos religiosos, mágicos e políticos.

O espaço absoluto: religioso e político em caráter, foi um produto com vínculos de consanguinidade, terra e linguagem, mas dele desenvolveu-se um espaço relativizado e histórico, um espaço com origem na antiguidade. (Lefebvre, 1993, p. 49)

Logo, o espaço abstrato se assenta sem eliminar por completo o espaço absoluto, e, ao mesmo tempo, através de suas contradições, abre brechas para o espaço diferencial, esse ligado ao virtual, ao possível, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso.

Por causa dessas contradições, encontramos-nos confrontados com um extraordinário, pouco notado fenômeno: a explosão de espaços. Nem o capitalismo nem o Estado podem manter o caótico e contraditório espaço que eles mesmos produziram (Lefebvre, 1993, p.52).

Dessa maneira, para realizar a análise das representações constituintes do espaço de Itaboraí aqui proposta, iremos relacionar as tríades: espaço abstrato, espaço absoluto e espaço diferencial, com o concebido, o vivido e o percebido, a fim de buscar uma percepção dialética desse processo. Nos próximos subcapítulos, com o aporte teórico das tríades de Lefebvre, traremos as contradições postas no espaço através de suas representações, a fim de fazer uma discussão crítica que desmascare os símbolos e instituições responsáveis por reproduzir a “engrenagem”. Veremos também como essas representações insurgem através do espaço diferencial.

### 3.1

#### **Discursos que Fortalecem a Banalização e o Imaginário da “Cidade do Futuro”.**

Mesmo sem forças, famintos e alquebrados, os moradores do bairro deram início à reconstrução de seus mocambos, arrasados pela cheia. E dessa vez não houve nenhuma intervenção da polícia impedindo seu trabalho. Parece que o drama da

cheia tinha sensibilizado os poderes públicos, que abrandavam suas medidas policiais nessa fase de tanto sofrimento, de tanta pressão por parte das forças naturais. Até procuravam ajudar. Apareceu no bairro o Januário, nomeado recentemente subdelegado da zona, oferecendo ajuda em materiais, para a construção de casas a todos os moradores que, sabendo ler e escrever, se apresentassem no correr da semana na sede do partido do governo, para tirar seus títulos de eleitor ou revalidá-los para as próximas eleições. Inexplicavelmente, Zé Luis, que sabe ler e escrever, recusou a oferta. E quando o Januário, magoado, lhe perguntou porque a recusava, ele deu esta resposta enigmática.

- Porque na minha fome quem manda sou eu.

Entenda-se esta gente, atolada na miséria, sofrendo de tudo quanto é necessidade, e se dá ao luxo de recusar a ajuda do governo! [...] Preferiam continuar morrendo de fome a vender a sua dignidade por um dez-mil-réis-de-mel-coado.

(Josué de Castro – Homens e Caranguejos, 1967, p.159-160)

No ano de 2015, em plena “crise” financeira, a prefeitura de Itaboraí não pode deixar de realizar mais um desfile cívico em comemoração ao aniversário da cidade. A princípio, o desfile tinha sido cancelado por falta de verbas, posteriormente a prefeitura voltou atrás e resolveu realizá-lo, o que, segundo ela, tinha como objetivo incentivar o dever cívico e celebrar a emancipação do município. Mais de 70 escolas públicas e particulares participaram do evento com estandartes, faixas, uniformes, instrumentos musicais, coreografias, acompanhados da banda municipal. O evento aconteceu na praça principal da cidade e envolveu a comunidade escolar que, através da prefeitura, chegou até o local com dezenas de ônibus alugados da única empresa da cidade, a Rio Ita (Figura 22). Como a prefeitura, que nesse ano estava com os salários dos contratados e terceirizados atrasados, pôde pagar alugueis de ônibus? A crise financeira afetava a estrutura das escolas e se revelava de várias formas: a falta de merenda, a demissão de funcionários, a degradação da vida expressa na humilhação de seres humanos que dependem de seus salários para sobreviver. Como as crianças da escola sentiriam vontade e orgulho de participar de um evento de celebração de um município que priva aos habitantes direitos básicos e uma vida digna?

**Figura 22: Dezenas de Ônibus da Empresa Rio Ita**



Dezenas de ônibus da empresa Rio Ita contratada pela prefeitura para levar os alunos das escolas até à praça Marechal Floriano Peixoto para o desfile cívico.

Fonte: Victor Duba, 2015

As respostas são diversas. Pode-se começar pela oferta de pontos na média dos alunos participantes do desfile, pela distribuição de uniformes novos ou pelo fato de ser um momento de encontro da comunidade. As representações do desfile cívico estão diretamente ligadas à manutenção do *status quo* e da “engrenagem” que produz a degradação vida. O desfile se mostra interessante aos governantes, pois serve de palanque para propaganda política e para a reprodução da *política do pão e circo*<sup>14</sup>, oferecidas pela prefeitura. Durante o desfile, um palco foi montado na praça onde o prefeito e os vereadores ali puderam discursar sobre seus feitos no município.

A imagem abaixo mostra a um grupo de alunos de uma escola do município com uma criança vestida de repórter, fazendo uma alusão ao símbolo do *RJ TV*, telejornal da emissora Globo, acompanhado de um cartaz com as cores do “banner” do Jornal O Globo, com a manchete: Escola Novinha em Folha: Alunos

<sup>14</sup> Alusão à panis et circenses, manobra do Império Romano no século III A.C, na qual o povo era distraído enquanto os políticos governavam perante um quadro de desigualdades e miséria. Os jogos sangrentos e a pequena oferta de trigo tinham a intenção de evitar que a plebe “permanecesse no ócio” combatendo assim possíveis revoltas.

da Escola Romeu Simões Iniciam Aulas da Escola Recém-Reformada. Ao lado, outra criança segura um cartaz com um mapa do Brasil se referindo à previsão do tempo do jornal, com algumas frases. Uma delas diz: O tempo esteve quente no Romeu, mas veio uma brisa da prefeitura e refrescou toda a escola.

**Figura 23: Alunos da Escola Romeu Simões no Desfile Cívico de Itaboraí**



As representações do espaço carregadas de ideologias através do desfile cívico da cidade de Itaboraí

Fonte: Victor Duba, 2015

Essa imagem mostra a propaganda política realizada pelas escolas públicas, que são usadas pela prefeitura, através do desfile cívico, como canal publicitário para reforçar suas intervenções pontuais na qualidade de vida da população. O espaço concebido se manifesta na imposição das escolas, por meio de seus diretores e seus cargos comissionados, nos corpos dos sujeitos da comunidade escolar, através das bandeiras, músicas, vestimentas, falas, cartazes e coreografias. Se olharmos através da espacialidade, a imagem acima revela as representações do espaço, que é tecnocrata e carregado de ideologias, disfarçado de uma ação cívica, reproduzindo os valores e interesses dos grupos dominantes. As crianças, através do espaço percebido, ou seja, a intermediação entre, a ordem próxima (a cotidianidade ligada ao vivido), e a ordem distante, regida pelas instituições, se manifestam a partir de suas ações e suas experiências prático-sensíveis.

Enquanto isso, no mesmo espaço, alunos de uma das escolas se apresentavam vestindo o novo uniforme e carregando o material didático distribuído pela prefeitura (Figura 24). A imposição feita pela Secretaria de Educação aos educadores tem uma força impressionante, pois as relações de poder muitas vezes impede que haja a contestação por parte dos educandos, em relação ao conteúdo exibido no desfile.

**Figura 24: Cavaletes Humanos**



Utilizados como cavaletes de propaganda eleitoral os alunos com a pele mais clara demonstram o material didático distribuído pela prefeitura. Enquanto isso, em segundo plano, os alunos negros acompanham.

Fonte: Correio da Cidade, 2015.

Em meio ao desfile, o jornal Diário do Leste (Figura 25) era gratuitamente distribuído a todos os participantes. Nele, manchetes em defesa da prefeitura estavam espalhadas por toda parte: “Não Vamos Deixar a Crise Nos Vencer”, “Itaboraí Firma Diversos Convênios de Obras para Atender a População”, “Pezão Confirma: Obras do COMPERJ recomeçam em Julho”, “O Esporte Que Também Orgulha a Cidade”. O jornal e suas representações reforçaram a ideia de Itaboraí como uma cidade vítima de uma “crise” provocada por motivos externos, e que estava vencendo o momento difícil, o que não era confirmado pela realidade estrutural daquele momento. Na Figura 26, podemos ver uma mulher entregando o jornal ao lado de um dos ônibus alugados da empresa Rio-Ita.

**Figura 25: Capa do Jornal Diário do Leste**



Capa do jornal distribuído gratuitamente para a população de Itaboraí no dia do desfile cívico

Fonte: Victor Duba, 2015.

**Figura 26: Funcionária do Diário do Leste Entregando Jornais**



Figura X – Funcionária do Diário do Leste entregando os jornais com manchetes otimistas da cidade ao lado de um ônibus da empresa Rio-Ita.

Fonte: Victor Duba, 2015.

O desfile é parte de uma série de eventos, financiados pela prefeitura, com dinheiro público, a fim de construir uma imagem. Nesse mesmo ano, no início de 2015, a aula inaugural proporcionada pela SEMEC – Secretaria de Educação e Cultura de Itaboraí foi feita em um clube, com palestrantes convidados, distribuição de agendas do município e um grande café da manhã (Figura 27) para os funcionários da educação. Uma enorme estrutura foi armada para abrigar palestras de autoajuda, motivacionais que sugerem que a culpa do fracasso escolar está principalmente na falta de motivação do profissional. A “aula inaugural” (Figura 28) foi iniciada por um comediante fantasiado de professora de ensino fundamental, que vendia Avon para complementar sua renda. No intervalo surgiu um homem que parabenizou a vitória de Eduardo Cunha – PMDB – RJ, que havia sido recém-eleito presidente da câmara dos deputados, e que esse, representava Itaboraí, em Brasília.

**Figura 27: Banquete da Prefeitura**



Figura X –. O banquete oferecido pelo evento, muito diferente da merenda das escolas.  
Fonte: Victor Duba, 2015.

**Figura 28: Megaevento da SEMEC – Aula Inaugural**



Representações do espaço. A aula inaugural e sua carga ideológica representada no megaevento.

Fonte: Victor Duba, 2015.

Enquanto isso, as escolas do município permaneciam com suas estruturas precárias e os funcionários prestes a passar três meses sem receber. O auditório lotado representava um dia de trabalho, e na entrada do evento existia uma lista de presença que, se não fosse assinada, contaria como uma falta no ponto do funcionário, que seria descontado do valor de suas aulas naquele dia. O funcionário da educação, assim, era obrigado a participar do evento e ter contato com a filosofia da secretaria de educação representada por pessoas indicadas pela prefeitura do PMDB.

Nas escolas públicas do município as relações políticas são expressas por meio do poder exercido pelo prefeito e dos vereadores da cidade. Como muitos cargos da escola são de indicação, a comunidade escolar, muitas vezes, se torna refém dos interesses particulares dos governantes, que utilizam as escolas como verdadeiros currais eleitorais. A fala de um professor expressa a naturalização dessas relações de poder presente no ambiente escolar:

O interesse privado vem antes do público e a escola é um curral eleitoral, ou você tá com o vereador ou você tá contra. Como a maioria dos professores são de fora da cidade, eles ainda têm uma certa autonomia para trabalhar, é o que dá certo. Se a educação em Itaboraí dá certo não é pelo interesse da Secretaria Municipal de Educação, nem dos diretores e sim dos professores que tendem a fazer dar certo, no meu ponto de vista. Ninguém coloca azeitona na empada do outro. O que dá certo, mas não é do meu partido, eu vou fazer de tudo para dar errado. E o que é errado, mas é do meu interesse, eu vou supervalorizar. (Geremias)

Além do espaço escolar servir como curral eleitoral, ele é local de disputa entre os diferentes políticos. Os vereadores conquistam seus territórios através de sua força na câmara de forma utilitária, a fim de angariar privilégios, e por muitas vezes, agem como proprietários desse espaço, influenciando nas decisões referentes aos interesses da comunidade escolar. O professor complementa.

A maioria das festas que acontecem na escola tem cunho político a tal ponto que, se deixar, o próprio vereador vai discursar na abertura da escola, no dia dos pais. Questão de abuso de poder é o vereador. Alunos suspensos pelas direções são autorizados a entrar na escola porque o vereador mandou. Quer maior abuso de poder que esse? Você tem a direção. As cantinas da escola são utilizadas, na maioria das vezes, por interesses dos vereadores, sendo que a cantina deveria ser da escola, para a escola, e é utilizada para interesses particulares, inclusive pagar as contas que não são da escola, contas particulares. (Geremias)

O espaço público mais uma vez se mostra carregado de interesses privados. Isso demonstra como o patrimonialismo se faz presente no cotidiano da população de Itaboraí. Nele, encontramos esses resíduos através do espaço concebido, representado pelos valores e imposições de um indivíduo ou de um pequeno grupo. O Estado, nesse caso, está a serviço dos chefes municipais. Leal, (1947), traz uma definição, que se faz atual, e que se perpetuou no espaço-tempo da realidade da política brasileira, na qual existe uma

relação política baseada na reciprocidade (relações pessoais e de natureza patrimonialista). De um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros, de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (p.33-34)

Essas relações aparecem nos discursos de forma naturalizada, pois os entrevistados relatam os fatos, por muitas vezes, como algo comum, sem sequer contestar os motivos da sobreposição do público com o privado. Além disso, o apadrinhamento de escolas reflete um quadro de funcionários que não pode

questionar as ações da prefeitura, pois seus empregos dependem diretamente do favor de seus padrinhos. O mesmo professor da fala acima explica como funciona

Nós temos, se não me engano, 13 vereadores no município e 72 escolas, você faz a divisão, cada um recebe a sua. Inclusive, as questões do quadro de funcionários, a gente sabe muito bem que funcionário contratado é um voto. Eu já vi até rodízios de funcionários. Funcionários que são contrários ao vereador que é dono da escola, ou se acha dono da escola, geralmente são trocados, há uma permuta. Você é permutado não pela sua capacidade profissional e sim por quem você apoia. Aquela escola é daquele vereador e eu não quero ele aqui porque se ele fizer alguma coisa de bom, se essa escola produzir e ela tem a maioria dos funcionários que são do “Partido X” e eu sou do “Partido Y”, eu vou dar bônus pro partido que é contrário a mim, então eu prefiro que dê errado ou está comigo ou está contra. Não há um somatório de ideias para que a escola melhore. Se você fizer algo de bom e a população associar algo de bom que está acontecendo na escola a uma figura que é do partido contrário ao do vereador que indicou a direção da escola ele tira você, porque não é interesse que dê bônus para o adversário. Se der errado a culpa é do partido contrário, se der certo fui eu que indiquei. Fora o assédio moral que você tem dos vereadores e as pessoas que trabalha pra ele, que são submissas. (Geremias)

Isso se torna mais um elemento da “engrenagem” que produz a banalização do espaço, através de vereadores que agem como déspotas e que executam tarefas que não são de sua alçada. Essa relação de poder interfere diretamente na vida da população local, que vive a mercê da decisão particular de alguns políticos, que deveriam estar a serviço da mesma. A lógica, dessa forma, é invertida, a sociedade é prisioneira da “engrenagem”, e claro, a escola paga caro por essa relação. O mesmo professor, de forma metafórica, exemplifica essa relação.

A relação é de poder, “você tem que fazer o que eu quero se não eu te demito”. Servente à direção você tem que rezar na cartilha do vereador. Itaboraí é um feudo em que o prefeito é o rei, os vereadores são os seus duques, marqueses e viscondes. Itaboraí tem Visconde de Itaboraí. (Geremias)

Há também a naturalização da imagem do município como um verdadeiro cabide de empregos, o que reforça o sistema e reproduz as relações precarizadas de trabalho. O próprio discurso constrói a aproximação entre o povo e os políticos. Uma cidade-dormitório carece de empregos, o que agrava a situação de submissão entre a população e os governantes, e contribui para que não exista uma renovação dos políticos do município. O professor acima continua e relata em sua fala essa situação.

Acho que Itaboraí já tem essa cultura, a cultura de que a prefeitura é um cabide de emprego. Isso vem desde anos, tanto que a Câmara de Vereadores de Itaboraí é

muito pouco renovada, tem pessoas com 3, 4, 5 mandatos. O que mantém essas pessoas são os cabos eleitorais, que é o voto de cabresto. Agora, uma coisa interessante que acontece em Itaboraí, você vê isso muito evidente, essas pessoas encostando no público profissionalmente, não pra somar pro público, não pra trabalhar pra população, mas pra arrumar um emprego pra si mesmo, principalmente na Secretaria de Educação e Saúde., porque são as secretarias que têm maior número de pessoas. Por que educação e saúde estão sempre no letreiro, nos temas de discussão? Porque são as secretarias que embargam o maior número de pessoas, consequentemente maior número de verbas. (Geremias)

Uma das principais maneiras de conseguir votos e dar manutenção ao sistema é através da oferta de empregos. Os políticos da cidade distribuem cargos à sua família e às pessoas mais próximos. O porteiro da escola relata a maneira como conseguiu seu emprego, como para ele funciona a distribuição dos cargos e de que maneira é reproduzida a ideia de como os políticos sabem quem vota neles ou não.

Eu queria um emprego, me arranjaram. Através do meu vereador. Cada vereador tem direito a tantos. Você é um prefeito, eu te apoio, eu falo assim "eu quero 10 vagas", aí você vai me dar 10 vagas, aí eu vou trabalhar pra você. Tem os funcionários que o próprio prefeito põe também. É, indicado por ele. Agora, se o prefeito não quiser... "ah, eu queria uma vaga assim, assim". "arranja um vereador". É. Aí eu vou num vereador, se eu não votei com ele, nem eu vou pedir carta nenhuma. E o vereador sabe. Acho que só uns 10% é secreto. O resto sabe. Hoje está muito claro. É muito fácil. Pelo CPF. hoje sabe tudo. Você vê gente que diz assim "já ganhei, tô eleito". E não ganha. Esse o voto foi secreto. Porque hoje tudo tem CPF, o título tem CPF, você tem que preencher um papel tem, tudo tem. (Genésio)

O porteiro complementa contando entusiasmado a vantagem de conhecer pessoalmente Sérgio Soares, ex-prefeito do município e o que isso pôde proporcionar a ele após sua aposentadoria. Mesmo após os setenta anos ele continua trabalhando todos os dias graças a um político. As falas transmitem o valor que existe, para ele, em conhecer uma figura pública.

"Eu voto em você, mas eu quero um emprego". Eu entrei com o Sérgio Soares, mas naquele tempo era diferente, eu tava sem aposentar. Encontrei com Sérgio no mercado e ele falou pra mim assim "Ué, você não aposentou ainda não?", o pai dele era coordenador na época em que meu irmão aposentou. Aí eu bati nas costas dele e falei assim "quando eu me aposentar você arranja um serviço pra mim na prefeitura, hein Sérgio". Ele falou "arranjo sim, você já tá empregado". Me parece que na época o Helil era governador foi dito e feito. Eu me aposentei, falei com ele, ele falou "arranja uma carta de um vereador", fui no vereador, apanhei a carta. (Genésio)

O apelo ao vereador para favores pessoais é uma prática comum e, muitas vezes, a única forma de conseguir necessidades básicas como emprego, atendimento em hospitais, etc. A merendeira de uma das escolas conta como conseguiu seu emprego através do memorando de um vereador e que não existe a possibilidade de conquistar uma vaga sem pedir o favor. Dessa maneira, ela reitera a fala do porteiro da escola, reafirmando a relação subserviente da classe trabalhadora em relação a seus representantes. A fala demonstra a humilhação sofrida por alguém que sai para implorar um emprego e ainda permanece três meses sem receber por causa da “crise”:

Eu consegui através de um vereador, mas também não fui pedir a ele emprego. Falaram que tavam dando emprego na prefeitura, eu fui lá ver, saí de casa 4h da manhã, cheguei lá tinha mais gente na fila e ficamos sabendo que tinha que ter o memorando de um vereador pra conseguir serviço. Tinha que ter uma indicação do vereador, se não você não conseguia trabalhar. Isso na SEMEC. Sem indicação você não entra, cada vereador tem sua indicação. Fomos tentar na Câmara dos Vereadores, não me lembro o nome dele, foi até grosso, falou pra gente "oh, vocês deviam meter malha no prefeito, na prefeitura, pelo WhatsApp, pelo Face, vocês sabem...na hora de vir pra cá pra fazer baderna vocês sabem, e agora quer vir pedir emprego? Aí eu saí de lá, desisti. E conheço um vereador que me deu. Eu falei com ele que tinha tentado e não tinha conseguido, ele perguntou pra mim "você tentou vaga pra quê?", "de merendeira"... "você quer trabalhar ainda?", eu falei, "quero", aí ele foi e me deu um memorando pra eu levar lá. (Francisca)

A dimensão política se estende para além dos muros da escola e entra nas casas dos habitantes da cidade através do período eleitoral. Os políticos, para conseguir seus votos, trabalham diretamente com a tragédia, com a carência, com a miséria. Os vereadores trazem seus interesses particulares para a casa dos moradores da cidade em forma de confraternização para organizar eleições, impondo-os a tornar suas casas um espaço do partido e a fim de dar manutenção à “engrenagem”. O mesmo porteiro revela como funciona esse processo.

Eles fazem reunião. Na minha casa não teve reunião ainda não, mas já fui a várias reuniões. Por exemplo, você é filiado a um partido, ou apoia o Pedro aí, ele vai lá na sua casa e faz uma reunião. Quase faz uma festa, mas você não gasta nada, só cede o espaço. E vai apoiar a pessoa. Sabe porque? se você trabalha pra ele, empresta o seu espaço ou frequenta o espaço dele...Porque às vezes você não vai na minha casa mas convida pra mim [SIC] ir na sua casa. "Tô fazendo uma reunião lá e quero que você vota [SIC] em mim". Ou então "se você já tem seu candidato vota no partido tal" (Genésio)

Além das reuniões, uma das principais estratégias para conseguir votos é através da compra direta. Diferentes entrevistados revelaram como é comum, no dia da eleição, cabos eleitorais comprarem votos na frente das seções eleitorais. A merendeira da escola explica como funciona.

Tipo assim. No dia da eleição, se ficar em pé aqui em frente desse brizolão, tem gente comprando voto por 50 reais, 35, 40... Já... já peguei. Claro que eu peguei, quem não quer dinheiro? Eu penso assim, cada um tem o seu candidato, já vou votar com o meu candidato certo, mas se eu chegar ali e tiver uma pessoa "você já tem candidato?", "não", "você vota em fulano que eu te dou 50 reais?" Voto sim. Entro lá dentro, voto no meu candidato e falo "votou, tá aqui o papel", pego o dinheiro e vou embora. Só pedem o comprovante de que você entrou e votou. Aí eles pegam, olham e te devolvem com o dinheiro na mão. Tem muito isso aqui. É o que mais você vê. Ano que vem é ano político, passa na frente desse brizolão aí, você vai ver como o povo vende voto. Fica um monte de gente aqui, parece até que é festa. É, fica sempre alguém disfarçado perguntando "já tem candidato?", "não", "ah, então vota no meu que eu te dou tanto". Você vai mais pra frente...dá porque é muita gente, dia de política fica muita gente ali no brizolão. Já venderam o voto até por 70 reais. (Francisca)

A mesma mulher que foi humilhada pelo vereador, agora vende seu voto dando manutenção ao ciclo que é responsável pela indústria da miséria. A eleição se torna um grande negócio, um investimento, no qual se lucra com a tragédia, com as necessidades básicas. O poder econômico interfere na dignidade humana, no direito à cidade, a viver. Essa máquina foi comentada por um professor, que cita o futebol como mais um instrumento para conquistar votos:

Como tem muito pouco lazer, quem está no poder vai usar a máquina para fazer festa e colocar o seu nome na praça pra dizer que fez, mas é verba pública. Então usa a máquina pra se reeleger. Quem não tem vai arrumar alguém quem banque sua candidatura, geralmente é ele mesmo. E ele investe em campo de futebol... o futebol em Itaboraí é muito forte, o esporte... então esses políticos começam na beira de campo, mantendo time, investindo em campeonato, você tem o máster, o veterano, o futebol infantil em Itaboraí, o Alzirão que é um espaço muito utilizado pelos políticos. Quando começa a campanha eleitoral se concentra principalmente nos campos de futebol e nas praças. O carro de som também. Existe em Itaboraí uma coisa do carro de som, que não tem nas grandes cidades. Como Itaboraí não tem um veículo de comunicação de massa são as rádios locais, e geralmente esses políticos são locais, eles investem em carros de som, nos campos de futebol, em campeonatos e nos eventos que acontecem nas praças. (Geremias)

Um dos mecanismos utilizados para movimentar essa “engrenagem”, além dos supracitados, é a manipulação da população, por parte dos políticos, através

da influência das igrejas. Elas são frequentemente utilizadas como palanque de políticos. Temos como exemplo no município o réu Eduardo Cunha, que se elegeu em Itaboraí através da força das igrejas. Os entrevistados relataram de que forma os políticos utilizam a boa fé dos habitantes de Itaboraí para conquistar seus votos. A merendeira de uma das escolas relata que o “Cheque Cidadão”, que é um programa social criado pelos políticos Garotinho e Rosinha, ambos evangélicos, era distribuído dentro das igrejas da cidade, e que era sugerido aos fiéis que votassem em certo nomes para que o benefício continuasse a existir.

O pastor que ia vir agora como vereador se afastou da igreja. Mas quando apoiava outras pessoas pedia voto, sempre tem. Alguns anos atrás o cheque cidadão, que era dado pelas igrejas. Era um cheque, acho que na época era um valor de 100 reais, e os pastores que davam dentro da igreja. .É, vinha do governo federal, mas só que era assim...deram mais na época de política, esse é ano político então o cheque foi distribuído pelas igrejas. E era assim...você tem que votar em tal candidato porque senão o cheque acaba. O pastor que entregava e apoiava alguém na política conseguiram a ficha pra ele fazer e distribuir pros membros da igreja dele. (Suzete)

Uma professora complementa a fala acima comentando como os pastores, da igreja que ela frequenta, pedem votos aos seus fiéis através da palavra da bíblia e, além disso, demonstra como funciona o sistema de doações, que segundo ela, pode comprometer seu orçamento, pois além do dízimo mensal, existem as ofertas que são pagas no dia que o fiel vai à igreja.

Eu fazia parte de uma determinada igreja. Na época de eleição, o pastor dessa igreja nos pediu voto pra um determinado deputado, vereador. Eu não estou mais nessa determinada igreja porque um dos filhos do pastor, que é dono da igreja, se candidatou a deputado. O pastor, que é dono da Igreja da Graça. R.R. Soares conhece? Então, um dos filhos dele veio se candidatando na eleição passada a deputado federal. Aí o pastor que estava no momento, que agora não está mais, nos pediu alegando que era o filho do pastor, que conhece biblicamente a palavra de Deus, enfim, usou a bíblia. Aí não sei se tem um pingão de verdade ou não, só Deus pode dizer. Só que não ganhou. Na minha igreja ele pediu voto a partir da palavra de Deus. Até a eleição passada foi um político que estava lá, não sei se continua participando, ele vem agora se candidatando no ano quem. Ele é até advogado, Sadinoel. Mas é assim, se você não tiver uma bagagem, com relação ao dinheiro, você fica sem dinheiro. O dízimo é bíblico, 10 %. A cada culto. Aí que tá. Você oferta se quiser. O pastor não te convence. Você não é obrigada. Mas você sabe que tem que ajudar a obra de Deus, então você vai ofertando. É de 20, quem quiser 100, ou mais, 500. Eu dava. Tanto é que eu tenho vários papéis de oferta lá em

casa e tem que cumprir. Eu mesma tenho que botar a minha oferta e ir até lá.  
(Cecília)

Uma das principais consequências dessa “engrenagem” é a degradação da vida. Ela é expressa na péssima estrutura da cidade, nos hospitais, escolas, praças, no serviço de transporte, e também nas falas dos entrevistados, que revelam, por vezes, uma fala acrítica e naturalizada. Logo, a degradação da vida é expressa através da naturalização dos problemas relacionados à estrutura da cidade. A mesma professora da fala acima conta como um rio que passa dentro de seu quintal transporta os resíduos do hospital, e que teve que pedir a um determinado político uma solução para seu problema.

Cada prefeito que entra, vai lá em casa, promete e não faz. Por exemplo, tinha um valão que corria esgoto do hospital por dentro do meu terreno. Esgoto do hospital...era de correr sangue pela vala. Quando éramos pequenos, eu, meu irmão e minha irmã, principalmente nós três que somos mais velhos, a gente tomava banho, era clarinha a água, tinha peixinho. E até o ano passado corria sangue. Aqui do Desembargador Leal Junior...esgoto. Passava dentro do terreno. Minha mãe faleceu dia 1o de março. Em fevereiro foi determinado político lá em casa, minha mãe virou pra ele, "será que eu morro e não vou ver esse valão pronto?" Ela morreu e não viu, quem viu agora foi meu pai. Botaram manilha. Custou...meu irmão correu atrás, botaram. Manilharam até certo pedaço. Ainda passa o valão. Aí botaram a manilha, taparam, a caixa de esgoto meu irmão que fez a tampa. Deixaram a céu aberto tendo criança dentro do quintal. (Cecília)

Esta fala revela outro problema estrutural do município: a precariedade na área da saúde, ligada ainda à falta de saneamento básico. Esgotos hospitalares ficam á céu aberto, contaminando águas, solos e expondo as pessoas às mais variadas doenças. Mesmo quando adoecem, o Estado continua em falta. Para utilizar o hospital da cidade não é só chegar para ser atendido. Para se conseguir um exame mais complexo é necessário pedir a um político. Isso foi relatado por diferentes entrevistados. “O hospital é o seguinte. Se você tiver conhecimento é bem atendido, se não tiver você não é”. O Estado não cumpre com suas obrigações e o que oferece é a oportunidade de um político se utilizar de seu poder para conquistar mais votos. Uma vaga na escola, um atendimento no hospital, no posto de saúde, um remédio, um exame, uma obra no bairro ou qualquer serviço são exemplos do que o Estado tem por obrigação oferecer e, no entanto, não oferece. Dessa maneira, deixa a população à mercê da “boa vontade” dos políticos

da cidade, que se aproveitam disso para pedir algo em troca, perpetuando dessa forma suas relações de poder e a degradação da vida. A fala de uma merendeira e uma mãe de aluno relata como funciona a relação.

Há três anos meu filho ficou internado lá em Realengo, eu não tinha dinheiro de passagem, encontrei com ele, e ele me deu o dinheiro da passagem pra mim e pro meu marido ir visitar o meu filho uma semana no CTI. Sem perguntar pra mim "em quem você votou? Procura o vereador que você votou". Ele foi e perguntou pra mim "seu filho tá aonde?", eu falei "ele tá lá em Realengo", "quanto você gasta de passagem?", eu falei. Ele: "toma, vai lá uma semana visitar seu filho. Se você precisar de alguma coisa, me procura", sem perguntar pra mim em quem eu tinha votado e eu não tinha nem apoiado ele. Eu conhecia ele de nome, os outros falavam que era um ótimo vereador, mas eu não tinha ido falar com ele. Quando me indicaram ele, falaram "vai falar com fulano", que ele ajuda sem te perguntar em quem você votou..."mas eu não votei nele" e eu comprovei que foi verdade logo da primeira vez. Porque tem vereador assim. Eu sei disso. Se precisar de algo vão falar: "quem você apoiou?" A primeira vez que eu quis trabalhar num colégio perguntaram pra mim: "quem foi o vereador que você apoiou? Procura ele, vê se ele te dá um memorando". Se for com a prefeitura você consegue tudo. Através de outro vereador eu consegui. Tava fazendo umas fossas lá na Reta, minha fossa tava entupida e eu precisava fazer uma na rua, porque tava entrando um vazamento por debaixo da casa, falei com o cara da prefeitura que tava trabalhando "moço, como eu faço pra poder fazer essa fossa pra minha casa?" ele falou, "você tem que falar com fulano de tal". É pela prefeitura, mas precisa de indicação de algum vereador. Aí eu fui, falei com ele: "preciso fazer uma fossa na minha casa", ele foi lá, olhou e a fossa tava pronta. Tudo. Envolvendo prefeitura, saúde, educação, tudo você consegue com político. Se você tem quem te indique, você vai conseguir tudo, se não tem quem te apoie, você não consegue nada. (Francisca)

Os discursos por muitas vezes culpabilizam personagens para justificar a tragédia, pois as representações mascaram a realidade. Um entendimento processual é fundamental para se compreender como o espaço se torna banalizado. Existe uma série de elementos que não podem ser ignorados, e quando são, revelam o discurso do opressor. Naturalizar que já existe a cultura da corrupção no Brasil, ou que o culpado pela tragédia é o povo, que não soube escolher seus representantes, ou mesmo um político específico, são argumentos rasos e pertencentes ao concebido. É dessa maneira que o discurso do opressor se torna instrumento responsável por desviar o foco dos motivos reais da produção do espaço banalizado. É comum se escutar pela escola que os verdadeiros responsáveis pela tragédia e pela suposta crise é o povo. A fala de uma professora revela essa argumentação.

Culpa do povo. O brasileiro não lava o chão, não lava a privada, ele é muito orgulhoso. A culpa é do povo. Se eu vou trabalhar pra uma empresa e sei que a empresa não vai me pagar, por que eu vou trabalhar ali? Não vou, não faço contrato com essa empresa. Vou pra outro lugar, lavar um banheiro, fazer uma faxina. O brasileiro, ou ele é maluco, ou ele é bom demais, eu não sei o que ele é. Porque isso é uma cultura nossa. Enquanto fora do Brasil existe os empregos de férias, os Mc Donald's da vida foram criados por estudantes. Aqui no Brasil não, é criado por desempregado (risos). Trabalho de mercado, caixa é estudante. Aqui é o desempregado, o velho, vê se pode uma coisa dessas, é cultura. Ele vai e se inscreve fica até na fila pra fazer contrato com a prefeitura, com órgão público, o sonho da pessoa é um órgão público. (Ilda)

No capítulo 1 discutimos como a precarização do trabalho, que é resultado da massiva terceirização na prefeitura e nas obras do COMPERJ, trouxe consequências sérias para os trabalhadores da cidade. Segundo a fala da professora acima, a falta de empregos e a humilhação sofrida pela merendeira, por exemplo, é culpa do povo, que é muito orgulhoso para fazer um trabalho braçal. Na fala abaixo, a professora demonstra o que pensa quando chega um novo funcionário contratado na escola:

E o brasileiro, eu não sei se ele é sonhador, se é doido. Ele é tão insistente né? Quando eu vejo uma pessoa entrando aqui por esse portão, por contrato, eu penso "minha nossa senhora, o que esse professor tá fazendo aqui?" Aí viram pro professor e falam "Você tem que fazer o diário do 3o bimestre". "Ah, mas eu não tava aqui. "Não importa, tem que fechar" Aí eu penso cá comigo "Vamos ver se ele aguenta". Você entendeu? Olha que problema. Se ele botou o pé aqui dentro tem que trabalhar, o aluno botou o pé aqui dentro tem que estudar". (Ilda)

Além dessa relação de subordinação na qual a população é diretamente dependente dos favores dos políticos, o trabalhador sofre com o constante atraso de salários. A inspetora de uma das escolas revela a dificuldade de chegar ao trabalho, pois como fica meses sem receber, não tem o dinheiro da passagem. A prefeitura perdeu a credibilidade e as pessoas desistem de seus postos de trabalho perante a humilhação sofrida e a falta de esperança. No ano de 2015, os funcionários contratados receberam aviso prévio antes das férias de Julho e não sabiam se seriam novamente contratados. A prefeitura sugeriu que os mesmo continuassem trabalhando nas duas últimas semanas do semestre mesmo estando demitidos, pois após o recesso, se permanecessem ali, seriam novamente contratados.

Tenho que dizer o seguinte: é o primeiro ano que eu tô trabalhando na escola, nunca trabalhei em escola. Então tem três anos, vai pra quatro se eu voltar né. Eu fiquei desmotivada [SIC], porque eu nunca passei por certo procedimento que eu passei na escola, de trabalhar e não receber. Eu sinto que é descaso muito grande com a gente. [...] Pagando do meu bolso, tirando do meu marido que tá pagando a minha passagem. Vai depender da direção. Eu não sei o que vai passar pra gente. Não sabemos ainda, agora que a gente vamos [SIC] ter uma reunião pra saber. (Izaura)

A prefeitura de Itaboraí paga, um pouco mais que a metade do salário dos professores concursados aos professores contratados, que sofrem os mesmos atrasos em seus pagamentos e chegam às escolas com horários quebrados e tendo que fazer o trabalho dos meses anteriores que não estavam trabalhando. Os porteiros, merendeiras, inspetores e faxineiros são terceirizados por diferentes empresas que surgem por um tempo e logo depois desaparecem, mudam de nome ou fecham as portas, o que não se diferencia muito dos trabalhadores de COMPERJ, que sofreram com os atrasos de salário, demissões em massa e calote de pagamentos por parte das empresas.

Os novos funcionários, que chegaram a Itaboraí para conseguir empregos através do COMPERJ, também sofreram preconceito, além da precarização. É comum escutar, nos diferentes espaços de Itaboraí, que a cidade tornou-se violenta, ou que os migrantes são perigosos, ou que vieram do nordeste para trabalhar na construção civil porque aguentam mais o calor. A fala de uma professora revela a impressão que se tem dos migrantes, relatando que os trabalhadores que vêm “fichar” (que significa se registrar na empresa para trabalhar), quando desempregados, tornam-se criminosos.

Aí vem esse povo todo do nordeste, sei lá da onde pra cá, com uma malinha na mão, nos telefones, isso a gente vê demais lá... "Oh, fulano, vou mandar o dinheiro, esse mês não vai dar pra mandar não". Então o cara tem que mandar dinheiro lá pro nordeste, pro Rio Grande do Norte, sei lá pra onde, não recebeu. O que ele vai fazer? Vai roubar, vai invadir. Tô cansada de ver o cara com a mala na mão, eu chego e rio dele. "Tô chegando... você pode me dizer onde é isso?" Eu digo, "você vai fazer o que?" "Eu vim fichar" e eu cá comigo "Só se for na polícia". (Ilda)

Essa resistência por parte da população, por vezes, se reflete em um discurso de ódio e negação ao migrante que veio ocupar a vaga de um morador da cidade. A dirigente de turno de uma das escolas revela que esse novos moradores não tem compromisso com a cidade e que podem ser uma ameaça à população:

Elas não têm compromisso com a cidade. Estão fugindo de alguma coisa porque elas chegam aqui "olha que lugar bom pra você estar", você mora numa pousada, ninguém tem uma identificação sua, você não tem nenhum vínculo. Você mora numa casa que tem treze pessoas. Você chega pra dormir, sai muito cedo pra trabalhar, vai embora...ninguém sabe quem você é. Do lado da minha casa tinha uma casa alugada pra treze homens. Uma noite a gente tava ouvindo a conversa deles...meu filho ficou horrorizado. "Ah, eu mato mesmo, meto a peixeira, corto, depois vou embora, ninguém sabe quem eu sou", esse é o discurso. E realmente eles não tem vínculo com nada. A ideia do COMPERJ era criar emprego pras pessoas daqui...daqui quase ninguém, meia dúzia de gatos pingados pra dar uma satisfação. (Amélia)

O documento da Petrobrás afirma que uma das vantagens do empreendimento para o município, seria o investimento na qualificação da mão-de-obra local a partir de projetos e de uma escola técnica que nunca ficou pronta. A empresa afirmava que não existia mão-de-obra qualificada suficiente para a construção do empreendimento, logo, as construtoras envolvidas, que já tinham projetos desenvolvidos no nordeste do Brasil, trouxeram para Itaboraí milhares de trabalhadores. A mãe de uma aluna relata que, em sua opinião, o município não estava preparado para o empreendimento e para receber essa quantidade de funcionários, e que os empregadores preferiam o "povo do nordeste", pois esses sim aguentariam o trabalho pesado no canteiro de obras.

Eu sempre disse que, pra mim, que o COMPERJ não seria legal porque Itaboraí não estava preparada pra esse boom de modernidade. Não tá preparada pra imigração [migração no caso], de acolher pessoas...não tava preparada pra nada. E foi uma ilusão, só veio pra iludir o povo. Primeiro, por que a mão-de-obra era 80% de casa e 20% de fora? O Rio de Janeiro em si não tava preparado pra receber essa mão-de-obra do tipo do COMPERJ, sem treinamento... O povo nosso, a cultura carioca, não aguenta uma temperatura de 60 graus dentro daquele campo aberto do COMPERJ. E o nordestino, no caso, que está acostumado com obras, aguentaria. Era a relação dos empregadores que falavam pra gente. (Therezinha)

O fracasso do COMPERJ e a tragédia vivida em Itaboraí foram, por muitos entrevistados, justificados na incompetência por parte de seus governantes. Críticas ao prefeito Helil Cardozo e a presidente Dilma Rousseff são comuns nas falas, o que demonstra que as críticas são para os personagens pontualmente, o que desvia o foco do problema central, que está diretamente vinculado à "engrenagem". Entender os mecanismos da mesma torna-se fundamental para

criticar a tragédia e as representações do espaço concebido. Isso não é uma tarefa fácil e é feita a partir de um processo de desconstrução diário. A alteridade torna-se assim, um sentimento necessário para se fugir dos particularismos do espaço concebido, abarrotado das ideologias da classe dominante, e que é reproduzida nos discursos dos próprios trabalhadores. A diretora de uma das escolas revela quem para ela foi o principal prejudicado com a passagem do COMPERJ no município:

Olha, essas populações mais pobres, eu não vou saber te responder em relação a isso. Porque eu acho assim, quem tinha dinheiro aqui pra investir na época do "boom" hoje tá passando por sérias dificuldades, porque teve pra investir e não vai ter o retorno. Então as classes menos favorecidas, como elas não investiram, se elas hoje estão sofrendo com a parada com COMPERJ acho que é por conta de um desemprego que de repente tinham um emprego melhor e perderam. (Luzia)

A desconstrução dessas representações somente pode ser feita a partir de um trabalho coletivo. O espaço concebido não é hegemônico, outras representações persistem. O espaço não é somente o lugar da alienação. Os discursos e práticas também demonstram resistência e insurgem inclusive (e algumas vezes, principalmente) dentro da comunidade escolar, através das salas de aula, de projetos, manifestações, do sindicato, ou seja, de movimentos nos quais o coletivo é a força motriz da desconstrução dessa “engrenagem”, que produz a banalização do espaço e a degradação da vida. Aprofundar-nos-emos nesses “espaços de esperança” no próximo subcapítulo.

### 3.2

#### **Os Discursos e Práticas da Resistência a Partir do Olhar do Microcosmo das Escolas.**

Abordado no subcapítulo anterior, o desfile cívico da cidade de Itaboraí se faz, muitas vezes, para divulgar os feitos da prefeitura, utilizando a comunidade escolar para, a partir de cartazes, vestimentas, músicas, coreografias e etc. ressaltar o quão maravilhoso é o governo e o que ele tem feito. Porém, os problemas estruturais nas escolas e a precarização de seus profissionais não são esquecidos em momento algum. Por mais que encontremos aí as representações

do espaço, outros códigos, não hegemônicos, persistem através dos espaços de representação e se apresentam nas formas mais variadas de luta.

A Escola Municipal Auto Rodrigues de Freitas participou, no mesmo desfile cívico em que se vangloriavam os feitos do prefeito, usando uma camisa com a foto de sua fachada e todos os seus funcionários estavam com um adesivo do sindicato com os dizeres “24% já” (Figura 29), referentes ao reajuste reivindicado pela categoria naquele momento. Neste momento, o espaço vivido se manifestou através do protesto, mas ele não está presente somente dentro do circuito do desfile. Um grupo de professores do lado de fora, de camisas pretas, panelas e narizes de palhaço também se manifestou contra segurando cartazes com dizeres: “Salário Digno Para os Servidores”, “Plano de Cargos e Salários dos Servidores Já”. (Figura 30)

**Figura 29: Os Códigos que Persistem no Espaço**



O espaço das representações através dos adesivos pretos do sindicato na camisa dos professores reivindicando reajuste durante desfile cívico, espaço usado para propaganda do governo.

Fonte: Victor Duba, 2015.

**Figura 30: Os Espaços de Representação**



Banda municipal tocando na Praça Marechal Floriano com os professores vestidos de preto ao fundo, com panelas, narizes de palhaço e cartazes, de frente para o palco, onde ficou o prefeito Helil Cardozo.

Fonte: Victor Duba, 2015.

Como no desfile, pudemos constatar nas falas de um mesmo entrevistado, evidências que contestam à realidade, ou que se revelam reforçadoras do discurso do concebido. Não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais, pois nada impede que o espaço concebido absorva o espaço das representações. O discurso que reforça a banalização do espaço, muitas vezes justifica sua argumentação através das exceções e incorpora os símbolos do vivido. O indivíduo em um mesmo espaço-tempo, ora se aliena, ora se rebela, em um movimento constante e dialético. O professor participa do desfile cívico, absorve e vive as representações do concebido, que no cotidiano do contraponto da festa, pertinentes a um tempo cósmico, materializado em uma celebração, reproduz códigos do cotidiano programado. Por outro lado, nesse mesmo espaço, também resiste através do adesivo colado em sua camisa.

Um professor da rede, também, membro do sindicato, retrata como os políticos se aproximam da educação pública, e como ela é utilizada como um instrumento de perpetuação deles no poder. Durante anos Itaboraí ofereceu cursos de formação de professores por meio de uma universidade municipal, que não era

aberta ao público em geral, pois havia uma seleção interna, o que se refletia nas escolas da rede, marcadas por relações autoritárias:

A política brasileira é marcada muito pelas relações clientelistas. O que eu tô querendo dizer com isso é que o ocupante do poder público não se vê obrigado a tratar o cidadão como cidadão, ele se vê obrigado a tratar o cidadão como um cliente. Se reivindica proprietário do Estado e acaba oferecendo alguns benefícios, não direitos, pra aquelas pessoas que lhe apoiam. É uma relação clientelista de troca de favores e isso é muito marcado na educação de Itaboraí. Aqui os contratos, por exemplo, tem uma escola e um vereador que controla os votos daquela região, os contratados dessa escola vão ser indicados por esse vereador. Antes do Helil havia um absurdo ainda maior porque parte dos diretores das escolas públicas municipais, nem professores eram, nem da rede municipal eram, mas de outras redes e por benefício político, fazia um curso lá na FEITA, a única faculdade municipal do Rio de Janeiro que é a Faculdade de Educação de Itaboraí, ela só funciona pra isso, pra formar os cursos ali gerados de licenciatura. Ela é pública, é municipal. Fenômeno raro. Mas ela também não atende ao grande público, não oferece, por exemplo, processos seletivos regulares e tem um funcionamento todo específico. E aí esse cara vai lá e faz um cursinho de matemática e passa a ser professor da rede ou diretor da rede. E isso faz com que as escolas, que seriam espaços para se ensinar a democracia, sejam espaços extremamente marcados pelo autoritarismo, pelo clientelismo, pelo voto de cabresto, pelo curral eleitoral. Toda aquela lógica clientelista da República Velha que a gente estuda em livros de História é muito viva na política atual de Itaboraí. Não são poucas as relações pessoalizadas. Diferente de outros entrevistados eu posso citar nomes. Aqui é feudo de Eduardo Cunha, de Sadinoel e do vice-prefeito Dr. Audir. Esses caras tratam Itaboraí como um grande feudo, onde eles nas épocas das eleições fazem uma ou outra movimentação, uma festa, um asfalto na rua, oferecem um churrasco e angariam esses votos pra depois deixar mais quatro anos a cidade largada às moscas. (Antônio)

Muitos professores que poderiam desconstruir esse sistema acabam por reproduzi-lo através da imposição da própria secretaria de educação, que possui toda uma diretriz ligada aos interesses dos políticos locais. Alguns não se aproximam do sindicato, justamente por incorporar as relações pessoais, as trocas de favor e o poder dos políticos como algo natural. Esses, por muitas vezes, aceitam ser tratados como clientes e enxergam seus direitos como um serviço prestado. Porém, há também consciência por parte dos profissionais da educação de que o trabalho dentro das escolas serve para desconstruir esse sistema, pois os filhos dos trabalhadores recebem influência dos discursos dos professores engajados na luta pelos seus direitos.

A transparência das contas públicas também foi algo questionado por esse professor, membro do sindicato, que traz algumas denúncias e dados que

questionam os gastos da prefeitura com a educação, esses direcionados para a política do “pão e circo”.

Pesa sobre a cidade agora uma denúncia de um desvio de mais de 500 milhões de reais dos cofres públicos da prefeitura e não vai ser nada surpresa se essa CPI se for séria, que eu acredito que não seja, descobrir coisas mais graves. Nós que estamos aqui no sindicato temos certeza que tudo que é arrecado e deveria ser investido em educação não é investido em educação. Algumas coisas a gente tem mais claras, por exemplo, a feira do livro, FELICITA. No final tem um grande show, Unidos da Tijuca já esteve aqui, Gabriel Pensador já tocou na cidade, adoro ambos, mas foram cantores pagos com dinheiro da educação porque, segundo o governo, isso era um evento pra educação. Só que se você for lá na lei ao pé da letra, na Constituição Federal, na LDB, vai ver que só pode ser gasto em educação aquilo que é discriminado como manutenção e desenvolvimento do ensino, artigo 70 e 71 da LDB. A gente fez uma grande campanha de denúncia no ano passado, postando nas redes sociais do sindicato, fotos das escolas. Isso estimulou o poder público a fazer um processo de revitalização das escolas que chamaram de Revita. Só que novamente essas contas não são publicizadas, a gente não tem clareza desses gastos, não tem certeza se essas obras são feitas de acordo com as necessidades das escolas, nada disso nos é claro porque a falta de transparência é também um dos elementos pra manutenção desses extratos de poder. Só pra lembrar que o Ministério Público Federal fez um ranqueamento das prefeituras com relação à transparência, com uma nota que ia de 0 a 10, e Itaboraí ficou com uma nota a altura da competência de seus administradores que foi de 0,2, a segunda menor nota do estado do Rio de Janeiro. Essa transparência não existe na cidade. Eu era conselheiro do FUNDEB e tenho por lei garantido o acesso a qualquer contrato que tenha na educação e eu só consegui com mandato de segurança. (Antônio)

A população de Itaboraí não tem fácil acesso aos gastos da prefeitura, que possui um pequeno diário oficial que não é de livre circulação. Não é possível fazer uma assinatura e apenas poucos exemplares chegam às bancas de jornal por semana. Segundo o membro do sindicato, apesar de existir a lei de transparência federal, ela não é cumprida, e assim fica difícil saber quais são os gastos da prefeitura, pois sua principal receita vem do FUNDEB<sup>15</sup>. Esse fundo vem do

<sup>15</sup> O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. (Site Oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Acesso em: 23/05/2016)

governo federal e é responsável por complementar gastos da prefeitura e valorizar o profissional da educação. O membro do sindicato em uma fala relata: “acredito eu, que todo o custeio da educação pública municipal de Itaboraí se dê somente com a verba do FUNDEB. Pouco usam a receita 01 (a própria receita do município), que deveria ser toda aplicada na educação”.

Portanto, o sindicato dos professores cumpre um papel de investigação e denúncia através de sua militância. Parte da tarefa dos órgãos públicos é feita através do trabalho dos professores e do sindicato. Além da falta de transparência, esse professor relata que existe um pragmatismo político no município. Os vereadores somente dialogam com a categoria nas eleições e depois disso funcionam como uma assecla do prefeito.

Eu percebo o seguinte, aqui não existem posições políticas, existe um pragmatismo político. Então um vereador vai ser oposição ao governo caso o governo não libere os recursos necessários para ele fazer a “obrinha” necessária lá na região dele. Mas isso é muito raro. Uma das grandes dificuldades que a gente teve ao longo de todo esse período foi buscar vereadores que a gente pudesse tratar como interlocutores, porque muitos desses vereadores, que nos recebem com tapinha nas costas, falam que são nossos aliados, mas na hora de tocar as propostas pra frente eles embarreram, engavetam as nossas propostas, não dão sequência as reivindicações coletivas da categoria dos professores, ou seja, funcionam muito mais como um assecla do prefeito do que exatamente como um representante do povo, o que na democracia “formal” eles teoricamente deveriam representar. Esse pragmatismo político, fisiológico, muito voltado pra essa troca de favores, “você financia a minha obra que eu te dou apoio político” isso também se manifesta nas eleições. Esse quadro é a culminância do evento, como a gente diz nas escolas. A culminância da barbaridade, do absurdo, acontece nas eleições, porque aí todo mundo passa a ser oposição, ninguém mais é governo, porque cada um quer disputar um quinhão desse poder local pra si. A verdade é que o voto, embora por lei seja garantido o voto secreto, raras vezes se garante o voto secreto como instrumento de garantia eleitoral no Brasil. Itaboraí é mais um lugar onde essas práticas são bastante recorrentes. A venda e compra de votos, a troca de favores é muito comum, muito comum mesmo e é muito combinado também pela miséria e pela ignorância em que é mantida a população. É meio que um ciclo. “eu não ofereço educação, eu não ofereço saúde, chega nas eleições eu compro esses votos, ganho as eleições, monto de repente um centro comunitário, ofereço saúde e educação pelo centro comunitário mas nunca pelo Estado, nunca como direito sempre como favor, e nas próximas eleições a engrenagem roda de novo. (Antônio)

A fala acima reitera o discurso da “engrenagem” e ilustra seu processo, como se reproduz no cotidiano, e como os políticos tomam suas decisões independentemente dos interesses da população. Esse sistema não é um caso específico, algo próprio da cidade de Itaboraí. O processo de formação é fruto de

uma herança histórico-cultural que nos pertence há mais de cinco séculos, e que se reflete em outros municípios do Brasil.

Mais um mecanismo de perpetuação do poder e associado à política do “pão e circo”, temos os eventos evangélicos realizados com apoio da prefeitura. Esses são criticados também pelos professores, que percebem que a força das igrejas se destaca não somente nas ruas, mas também dentro das escolas, muitas vezes de forma autoritária. O tamanho da influência política das igrejas na vida dos habitantes da cidade pode ser percebido, uma vez que os pastores se tornam candidatos políticos e convencem, através da palavra da bíblia, seus fiéis a votarem neles ou nos demais candidatos que representam a igreja.

Os profissionais da educação relataram como acontece a influência da religião na política e como alguns sujeitos da educação trazem a religião cristã para dentro das escolas que, muitas vezes, é utilizada como extensão das igrejas e dos cultos evangélicos.

Há pouco tempo o nosso prefeito tinha um banner que falava que Itaboraí era uma cidade de Deus, uma cidade abençoada. Não sei exatamente qual Deus ele estava se referindo, se era budista, se era Maomé, qual Deus que era, mas acredito que era o cristão. Isso demonstra que o prefeito é um pastor. O deputado federal mais votado da região também é um pastor, o Eduardo Cunha. Há uma grande influência das igrejas, sem dúvida nenhuma, nas decisões políticas sim. Nas escolas também. Um exemplo disso é a forma como se dá a educação religiosa nas unidades escolares. Embora exista uma proposta de que a educação religiosa seja ocupada por professores de filosofia ou de história, ou seja, buscar até uma postura mais laica, o que a gente vê no final das contas é que a educação religiosa acaba servindo para que as igrejas mais estruturadas da região, em especial as cristãs, usem a escola pública para continuarem seu culto de pregação, então a escola pública passa a ser uma extensão daquela igreja. Nada contra a religião, todo mundo tem direito a ter a sua, mas o espaço público é um espaço laico. Ou se garante a manifestação plural de todas as religiões, ou se impede os privilégios. Aqui não se faz nem uma coisa nem outra. Não se garante a manifestação plural das demais religiões e se tem os privilégios daquelas igrejas, em especial as evangélicas, pentecostais, que hoje compõem esse núcleo de poder e que tão ocupando o poder municipal. (Antônio)

Outro professor, formado em teologia, complementa que a disseminação do ódio se reflete dentro das escolas e das repartições públicas, através do preconceito em relação a outras manifestações religiosas, citando que os verdadeiros valores cristãos são deixados de lado, e que isso não é um fenômeno próprio de Itaboraí. O crescimento do preconceito acompanhou a expansão do protestantismo no Brasil. Outras manifestações religiosas são vistas pela

comunidade escolar como algo estranho, diferente, *mundano*, *demoníaco*<sup>16</sup>, e que devem ser combatidas. Pode se observar pela paisagem da cidade, milhares de igrejas neopentecostais, e elas são, por muitas vezes, espaços de sociabilidade e de entretenimento para seus habitantes. Elas servem para fortalecerem os laços sociais nas comunidades. No entanto, temos líderes mal preparados que disseminam o discurso de ódio e de violência, que fecham esses espaços de sociabilidade em uma redoma, negando o contato dos fiéis com o mundo fora das igrejas, como pode ser visto na fala abaixo:

Em Itaboraí é uma utopia achar que o Estado é laico. O Estado tem a religião da sua maioria. É público e notório que o protestantismo, ou o neopentecostalismo, vem crescendo em Itaboraí. O fato de nós termos crescimento de igrejas não significa que há crescimento de tolerância nem de complacência, pelo contrário, com o crescimento de igrejas está havendo um crescimento de disseminação do ódio. E essa disseminação do ódio é utilizada pelos políticos. Nós somos obrigados a fazer orações em aberturas, em eventos públicos. O que acontece é o seguinte: Itaboraí é uma cidade que tem muita igreja evangélica, está cercada de cristandade por todos os lados, mas os valores do Cristo não estão dentro dessas igrejas. E que valores são esses? São valores dos direitos universais, de tolerância, complacência, solidariedade, a gente está vivendo em Itaboraí um momento religioso que nada mais é o que está acontecendo no país em geral. Temos as bancadas. E como a gente sabe que há um crescimento vertiginoso no nosso país do protestantismo, conseqüentemente vai haver um crescimento também da bancada evangélica em Itaboraí. Agora, o fato de haver um crescimento nominativo da bancada evangélica não significa que isso tenha melhorado as relações interpessoais nas escolas em Itaboraí e do seu povo em geral, haja vista a violência. Aumentou-se o número de igreja e aumentou-se o número de violência. Fora a violência simbólica à medida que você impõe. Como você é maioria, você impõe a sua religião contra a minoria. A tal ponto da gente fazer uma festa de professor e termos que fazer uma oração pra escola. E os professores que não são daquela religião? Se eles tivessem gritando iriam ser discriminados, com certeza, não faz parte do grupo. Mas essa questão de religião nas escolas não é só em Itaboraí não. A gente entra em repartição pública tem um crucifixo, tem um santo, uma santa. Eu vejo claramente uma discriminação contra as religiões que não são evangélicas, deixando bem claro que quando eu digo “evangélicas” não tem nada a ver com os valores cristãos, de solidariedade, de perdão, de tolerância. (Geremias)

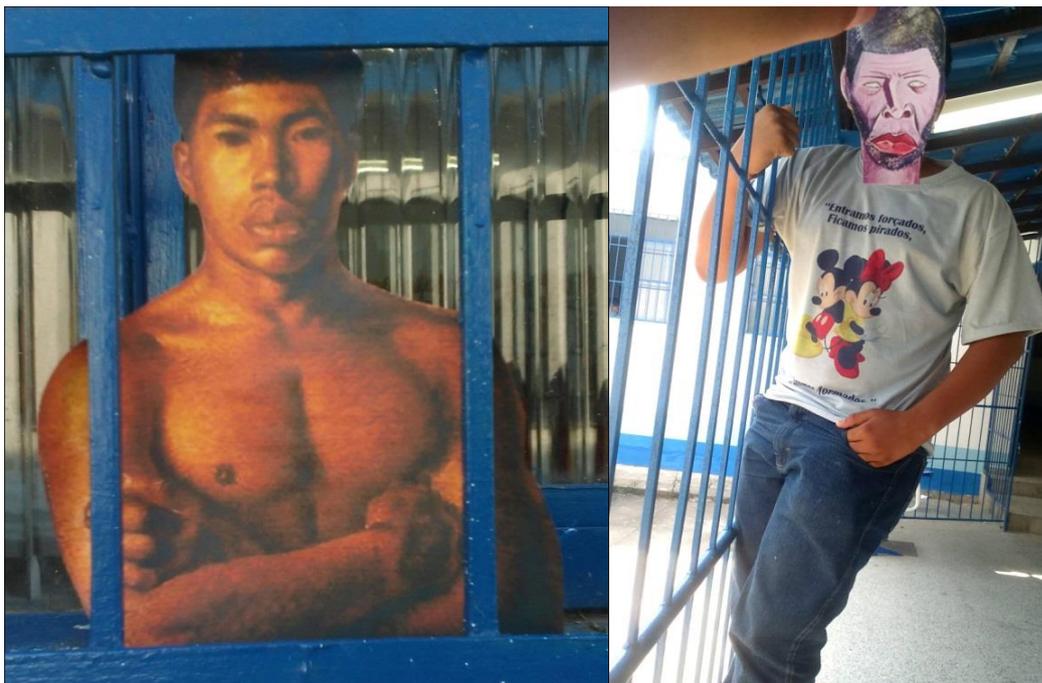
Percebendo a dominação dos valores neopentecostais e a forma violenta como a comunidade escolar trata as demais religiões, principalmente as africanas, alguns professores desenvolveram projetos visando o reconhecimento das mesmas e a desconstrução desses preconceitos. É por este espaço (o possível) que a luta dos profissionais da educação, em seus cotidianos, se manifesta. Se olharmos

<sup>16</sup> Essas formas pejorativas de se retratar outras religiões não cristãs é bastante comum no meio escolar. Sendo utilizados pelos alunos e demais sujeitos habitualmente.

através do microcosmo das escolas veremos que os trabalhos desenvolvidos pelos professores da Escola A, na qual, foram escolhidos alguns entrevistados para a presente pesquisa, tem um conteúdo crítico que tenta desconstruir ideologias das representações do espaço.

Seguindo esta proposta pedagógica, diferentes projetos foram realizados nos últimos anos, entre eles estão: Arte Popular: Resgatando Memórias, que concorreu ao prêmio Arte na Escola, Copa de Futsal A, Africanidades, Identidades e Diversidade de Gênero na Escola. O projeto Africanidades, (Figura 31) feito a partir de diferentes atividades, realizado desde 2012, pela professora Graziela Mello, utiliza obras de artistas brasileiros que representam, através de pinturas e esculturas, a história dos negros no Brasil. Durante o desenvolvimento do trabalho, foram feitas análises das imagens desses artistas pelos alunos do nono ano, que, a partir daí, as recortaram para fazer um trabalho com fotografias, inserindo a obra de arte dentro do ambiente escolar. A partir da *perspectiva forçada* as imagens foram associadas à estrutura da escola e aos corpos dos alunos. Conjuntamente a esse, o projeto Arte Popular: Resgatando Memórias, feito a partir das obras do artista Rubem Valentim, trabalhou com as imagens de matriz africana, com o intuito de transformar imagens em 2D em esculturas, além de visita e aula prática em uma cerâmica de Itaboraí, localizada no bairro Rio Várzea. A intenção do trabalho era, a partir das práticas dos alunos, entender a história do negro no Brasil e a perpetuação da representação de sua imagem, por parte de diferentes artistas, a fim de criticar sua posição desfavorecida na sociedade dos dias de hoje.

**Figura 31: Projeto Africanidades**



Trabalho com a *perspectiva forçada* a partir de recorte das obras de Portinari sobre a história do negro no Brasil faz uma analogia ao cativoiro.

Fonte: Alunos da Escola A, 2015.

O projeto Identidades, idealizado pela professora Girlene Kiev, teve como objetivo ampliar o universo do conhecimento de nossos alunos sobre o tema da alteridade, dando visibilidade às identidades africanas, combatendo o preconceito, a discriminação, promovendo a aceitação das diferenças através das representações, símbolos e práticas dos afrodescendentes. O trabalho visou realizar esta desconstrução, uma vez que percebeu esse crescimento exponencial das religiões neopentecostais e dos alunos que frequentam os cultos. Essa nova tendência religiosa, por vezes, cresceu baseada na negação do “outro”, “do diferente”, por isso, foi necessário trazer ao aluno, a perspectiva de mundo de outras religiões e a experiência de diferentes movimentos sociais, entre eles, o LGBT, também muito estigmatizado dentro destas religiões. No desenrolar do projeto foi realizada uma oficina de confecção de turbantes utilizando o Adinkra<sup>17</sup> (Figura 32). Muito além de um acessório de moda, ou de um simples pedaço de tecido, ele possui um valor simbólico, cultural, social e religioso. Hoje é um

<sup>17</sup> O Adinkra é um tecido estampado, típico do oeste da África, no qual cada símbolo tem um significado. Ele tem uma função e uma linguagem artística e filosófica, e, antigamente, era usado por líderes religiosos em cerimônias, como o batismo. Ver mais detalhes em <http://www.casadasafricas.org.br/adinkras/> Mesmo sabendo que o turbante tem uma origem oriental, ele foi amplamente utilizado por mulheres africanas no nosso período escravista.

símbolo de empoderamento da mulher negra brasileira. Além da oficina, os alunos tiveram aulas de história para explicar a procedência e a utilização de cada amarração.

### **Figura 32: Espaços de Representação no Desfile Cívico Através do Projeto Identidades**



Em meio aos cartazes com os feitos da prefeitura o projeto Identidades se diferencia dos outros, em busca do possível, através da busca pelo empoderamento da mulher negra.

Fonte: Girlene Kiev, 2015

Outro projeto, Copa Futsal A foi realizado um mês antes da Copa do Mundo no Brasil em 2014, com a proposta de questionar alguns valores presentes na mesma. O torneio de Futsal por eliminatórias foi realizado em um contexto interdisciplinar, a fim de discutir questões polêmicas relacionadas ao gênero e ao racismo. O machismo pertencente ao mundo do futebol foi colocado em questão ao priorizar a participação feminina, trazendo isso para debate na comunidade escolar, como pode ser visto a seguir:

A participação feminina nos jogos é fator preponderante à realização do mesmo. A ideia da quadra como o local amplamente masculino onde apenas estes praticam suas atividades é algo conhecido e atestado em simples observação. Porém, por vezes, essa situação não é percebida pelos alunos e professores. Esta observação no ambiente escolar é retrato do preconceito sofrido pelas mulheres com relação à ocupação social. Este assunto foi trazido à sala de aula por alunos e alunas gerando debates e reflexões sobre os lugares ocupados pelas mulheres na sociedade. Com isso, este se tornou um dos motivos para a realização do evento. Assim como a

questão racial no esporte, o racismo velado tem, na atualidade, se apresentado expressivamente nos jogos de futebol. As inquietudes levantadas pelos alunos e alunas sobre o assunto, nos levou à reflexão sobre a necessidade de ampliação destas discussões na escola. (SILVA, 2014 p.1)

Além disso, de forma interdisciplinar, cada turma da escola ficou responsável por representar um país participante do Mundial de 2014, com atividades totalmente desenvolvidas pelos alunos. Os professores tutoraram e os alunos foram os organizadores do evento, desde a decoração das salas, até a arbitragem dos jogos, levando autonomia aos educandos no projeto. Esse evento também foi levado ao desfile cívico e dois meninos (Figura 33) se propuseram a segurar o porta-estandarte da escola, o que se encaixou perfeitamente com o objetivo do trabalho, pois o protagonismo dos negros na sociedade foi tema discutido durante todo projeto. Porém, foi encontrada certa resistência da direção que disse a uma das professoras: “Poxa, que pena, achei que fosse ser a Clara Vitória, aquela branquinha, com cabelo liso”. A professora insistiu, para que a vontade dos meninos fosse atendida, entendendo que eles faziam parte de um grupo de alunos repetentes, mais velhos, de uma turma que, para a direção, não representava a escola e que, por isso mesmo, era fundamental seu destaque. Os meninos alugaram terno e gravata para participar e foram protagonistas abrindo o desfile.

**Figura 33: Os Protagonistas da Escola A**



Os alunos participantes do projeto, segurando o porta-estandarte da escola e abrindo o desfile.

Fonte: Joyce Gonçalves, 2015

Esses trabalhos desenvolvidos são exemplos de ações que partem de dentro dos muros da escola para as ruas e para vida dos educandos através da desconstrução dos valores impostos pelas ações da prefeitura, através da equipe diretiva, do currículo, do projeto político pedagógico da escola, da ação direta de vereadores, ou seja, de um sistema criado a partir da ideologia de um grupo dominante. Os trabalhos das escolas estão em contradição com as representações impostas pela prefeitura, pois os que descontroem os valores hegemônicos coabitam com os que reforçam a ideologia do atual governo. Nesse espaço, os movimentos insurgentes aparecem na práxis, no cotidiano, dentro das salas de aula, através de trabalhos com propostas de discutir questões responsáveis por oprimir os filhos da classe trabalhadora. Temas como: gênero, religião, raça e política, se apresentam no espaço escolar, entrando em conflito com o tradicionalismo herdado por um currículo conservador, ainda impregnado de valores pragmáticos e também da educação moral e cívica. Sujeitos surgem para transformar o que está fadado ao fracasso, pois a escola da atualidade possui novas demandas, ligadas a um modo de vida cada vez mais programado, de uma vida degradada pela exploração de uma classe pela outra. Por isso, esses projetos, visam o possível, o porvir, a busca por um espaço diferencial.

Para Santos (1986), a educação é o ponto chave para uma emancipação, que no contexto político brasileiro, tem sua finalidade cada vez menos buscada e menos atingida: a de formar indivíduos capazes de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe uma sociedade menos injusta. A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Uma educação apenas profissional, consumista e para a produção setorial, cria, afinal, gente deseducada para a vida.

Nesta perspectiva, não existe um fim comercial e nem um produto final, os trabalhos valorizam o uso a partir do lúdico, têm em seu objetivo a reciprocidade, na qual o prazer se encontra na relação de alteridade entre os educadores e os educandos.

A luta pela qualidade da escola pública e por uma mudança da realidade se manifesta através do cotidiano, nas ruas, nos eventos da prefeitura, nas salas de aula, nos projetos das escolas, através dos sindicatos, ou seja, por diferentes espaços, considerados espaços de explosão. O espaço caótico e contraditório não

pode ser mantido pelo modo de produção capitalista e nem pelo Estado. O produto de suas contradições se desdobra nos espaços de representação e, nele, se manifesta a partir do vivido, através da soberania do homem sobre o objeto e de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. Assim, o vivido revela as diferenças do modo de vida programado, fazendo com que o espaço apareça como um campo de possibilidades de construção de outro espaço, que contempla o uso e que se opõe ao homogêneo, ou seja, o espaço diferencial. Logo:

É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História – o tempo do possível. E que justamente por se manifestar na vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível. (MARTINS, 2008, p. 57).

A desesperança é algo tão comum na sociedade da vida programada que naturalizamos a ideia de que tudo que se produz está vinculado à troca, e quando olhamos a comunidade escolar, enxergamos espaços de esperança, nos quais a obra atravessa o produto. Portanto, no espaço:

[...] podem aparecer necessidades e desejos como tais, animando o produzir e o produto. Há, pode haver aí ainda espaços de jogo, espaços de gozo, arquiteturas da sabedoria ou do prazer. No e pelo espaço, a obra pode atravessar o produto, o valor de uso dominar o valor de troca, a apropriação, reinventando o mundo do avesso pode (virtualmente) dominar a dominação, o imaginário e o utópico, integrando o real (integrando-se ao real) (Lefebvre, 1974 p.127, V21).

Apesar da lenta e constante privatização da educação, que é um antagonismo ao sucesso da mesma e que está fadado ao fracasso, os movimentos de resistência persistem no espaço, não só através das práticas, mas também, a partir dos discursos. Esses estão presentes no vivido e nas opiniões que refletem uma interpretação crítica e ampliada do espaço, que enxergam os mecanismos da “engrenagem”, um por um, relacionando-os, de forma dialética, e intervindo neste espaço, a fim de desconstruir o imaginário que a reforça.

Portanto, torna-se muito importante o papel dos profissionais da educação, cada vez mais conscientes da realidade na qual a escola está inserida. Para isso, torna-se fundamental a existência de concursos públicos, a formação continuada dos professores, oferecida por instituições públicas independentes do poder

político municipal, a eleição democrática dos diretores das escolas, feita pela comunidade escolar, a adaptação do currículo e do projeto político-pedagógico à realidade de Itaboraí, o fim das terceirizações e dos contratos precarizados, o exercício da laicidade na escola, a valorização do profissional da educação, o cumprimento de um terço da carga horária para planejamento das aulas, enfim, uma série de ações antagônicas aos interesses da política local.

Entretanto, há um peso sobre educação, como se ela, sozinha pudesse resolver todas as mazelas sofridas pela população. Junto à ação educadora, é necessário dar dignidade a vida, agindo a partir de diferentes esferas. A transformação da qualidade educacional somente será possível por meio de um conjunto de práticas relacionadas à mudança de mentalidade típica do modo de produção capitalista. É uma tarefa árdua e diária, ainda mais, no Brasil, que tem uma formação peculiar. Santos, (1986) enxerga a formação da cidadania no Brasil através de uma relação entre as peculiaridades de nossa cultura e o modo de produção capitalista global. Segundo ele:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor que aceita ser chamado de usuário (p.25).

A combinação da sociedade burocrática de consumo dirigido e as peculiaridades histórico-culturais da formação política nacional é o ingrediente fundamental para a formação de uma cidadania fragilizada<sup>18</sup>. O Brasil se enquadra no conjunto dos países sem tradição cidadã, no grupo das nações em desenvolvimento, e que, além disso, possui características muito particulares, que convergiram para gerar um impacto negativo no processo de formação da cidadania.

Além disso, para intensificar a tragédia, Itaboraí sofreu as consequências da passagem do COMPERJ pela cidade, que deixou um rastro de destruição, através

---

<sup>18</sup> Se é que podemos chama-la de cidadania. Segundo Santos (1986) esta nem existira no Brasil.

da concentração de renda, das desigualdades, do encarecimento do valor dos imóveis, da existência de uma suposta crise, do sucateamento da saúde e da educação, da degradação ambiental e da vida. Isso pode ser sentido no espaço, através dos discursos críticos que não aceitam os mecanismos dessa “engrenagem” e que a questionam. A fala de um professor revela o “culpado” da “crise”, afinal os códigos da insurgência sempre persistem no espaço.

Mas acho que sim, acho que existe um culpado. Na verdade um culpado é uma forma genérica de falar. Mas dizer que aqueles grupos políticos, que sempre constituíram em Itaboraí redutos para o seu benefício, têm grande interesse em manter a estrutura da cidade como ela está, eles se beneficiam com isso. A Rio-Ita lucra com a desordem urbana, o Eduardo Cunha lucra com a desordem urbana, as empreiteiras lucram com os atrasos de obra. Então, existem aqueles que se beneficiam com a desordem em que a cidade está. (Antônio)

Para lutar por uma transformação na educação e na realidade do município de Itaboraí, pode-se contar com a luta do sindicato. A práxis é fundamental para se romper com a “engrenagem”. A partir do sindicato, os professores têm conseguido se mobilizar e conquistar importantes vitórias. O movimento é constante e as conquistas são feitas a partir de uma luta árdua, enfrentando o assédio moral nas escolas, a ameaça de corte de ponto, a pressão dos professores não grevistas, e a negligência dos governantes que não recebem a categoria e nem se manifestam a favor ou contra, simplesmente silenciam os atos.

Um momento que se destacou na luta dos professores durante essa fase conturbada, marcada pela chegada do COMPERJ, foi a greve de 2013, com duração de dois meses, que conquistou o reajuste da categoria de 15%, a convocação de 450 concursados, a nomeação apenas dos diretores que possuem matrícula no município (antes poderia ser qualquer pessoa), o retorno do auxílio transporte e o pagamento do planejamento. Não foram atendidas todas as solicitações, porém o coletivo conquistou vitórias importantes na luta por melhores condições de trabalho. As mobilizações foram em defesa de todos os profissionais da educação, inclusive os contratados, os mais precarizados, que se mobilizaram pela primeira vez, através de uma paralisação na frente da prefeitura. Mesmo com a pressão das direções e com as ameaças de demissões, a manifestação foi inevitável e espontânea.

**Figura 34: Paralisação dos Professores Contratados**



Manifestação dos professores contratados em frente ao prédio da prefeitura.  
Fonte: Sindicato dos Professores de Itaboraí, 2016.

18 de maio de 2016 foi dia do início de mais uma greve. A greve dos profissionais da educação da rede pública de ensino, ainda em andamento e sem uma previsão de término, foi iniciada com uma manifestação que ocupou o prédio da prefeitura de Itaboraí. (Figura 35 e 36) Demonstrando o poder da luta dos professores, do sindicato e das diversas formas de resistência, a manifestação se traduz em mais um exemplo da força dos espaços de representação.

**Figura 35: Ocupação da Prefeitura de Itaboraí**



Ocupação dos profissionais da educação no prédio da prefeitura de Itaboraí no primeiro dia de greve.

Fonte: Sindicato dos Professores de Itaboraí, 2016

Após a ocupação, o prefeito assinou um documento que receberia a categoria para uma audiência para discutir a pauta de reivindicações. Dentre elas estavam: concurso público imediato e o fim das terceirizações, a existência de um calendário de pagamento, o fim da precarização da infraestrutura das escolas, o cumprimento da lei de um terço de planejamento, o fim do atraso no pagamento dos terceirizados, a existência de eleição para diretores nas escolas, a reabertura do processo do plano de cargos e salários dos profissionais da educação, o pagamento das férias de parte dos educadores, a falta de reajuste salarial ferindo a lei da data-base (Lei Complementar, nº 135, de 21/12/2011), aprofundando absurdamente as perdas salariais dos últimos 18 anos, que somam aproximadamente 40%.

**Figura 36: Ato na Prefeitura de Itaboraí**



Ato dos profissionais da educação em frente ao prédio da prefeitura de Itaboraí no primeiro dia de greve.

Fonte: Sindicato dos Professores de Itaboraí, 2016.

Os espaços de explosão são inevitáveis, pois as contradições do espaço banalizado se refletem na luta de classes. Indo ao encontro do que nos fala Lefebvre, “a luta de classes, hoje, mais do que nunca, se lê no espaço” (Lefebvre, 1974,

p.68). Os professores da Escola A e da Escola B estavam presentes na ocupação e foram protagonistas de mais uma vitória do sindicato.

É incontestável a força dos profissionais da educação na transformação do *status quo* do município, a práxis dentro e fora da sala de aula e, talvez seja hoje, no município, a principal resistência aos mecanismos da “engrenagem”. No dia seguinte à ocupação da prefeitura, a porta do edifício estava lotada de guardas municipais para proteger a audiência marcada com os professores e teoricamente evitar uma nova ocupação. No entanto, a liderança do sindicato dos guardas municipais tomou o microfone do carro de som do sindicato dos professores e anunciou a unificação da greve. Agora, os guardas municipais se juntaram no calendário de lutas.

Todas as ações trazidas, os projetos, as manifestações e greves são exemplos de lutas responsáveis por mudar a realidade trágica de Itaboraí. O que podemos perceber a partir deles é que os espaços da educação se destacam nesse movimento pela mudança e são responsáveis por grandes conquistas no município. Este fato revela a importância da pesquisa em destacar estes espaços e perceber o microcosmo da escola como uma expressão dessas relações de poder e, ao mesmo tempo, dos movimentos insurgência, ou seja, dos espaços de representação. Compreender como funciona este movimento dialético permite perceber a problemática a qual Itaboraí submerge e, a partir daí, criar estratégias de luta consequentes e comprometidas.

## Considerações Finais

A questão que norteou esta pesquisa foi entender como a construção de determinadas representações contribuem para a concretização da banalização do espaço em Itaboraí – RJ, a partir do exemplo das tramas do cotidiano vivido no microcosmo das escolas do ensino fundamental. Logo, a análise dos discursos na compreensão do cotidiano foi para a presente pesquisa o elemento mais importante para se enxergar os mecanismos da “engrenagem” que reforçam e/ou contestam a banalização do espaço.

Trazer primeiro a tragédia, por meio do discurso e das imagens, foi fundamental para se entender as consequências do modo de produção capitalista, combinadas com as heranças histórico-culturais do município, representadas pelo patrimonialismo no cotidiano dos habitantes da cidade de Itaboraí. A análise das tramas do cotidiano vivido no microcosmo das escolas de ensino fundamental foi determinante para se entender a tragédia e as representações que contribuem para a concretização da banalização do espaço. Dessa maneira, entendemos que o objetivo geral foi alcançado na medida em que os discursos de todos os entrevistados revelaram para o trabalho muitas das contradições do espaço presentes no município.

A partir da compreensão da tragédia e de seus discursos, pudemos perceber que a degradação da vida na cidade é muito anterior à chegada do COMPERJ, sendo produzida desde o início do processo de formação do município, por meio da mesma “engrenagem”. Os atores e agentes, por vezes, se modificaram, porém os espaços contraditórios permaneceram, mesmo com a substituição dos mecanismos de dominação, esses continuam sendo realizados por partidos políticos, as igrejas, o voto de cabresto, as trocas de favores, o assistencialismo, a compra de votos e etc. A “engrenagem”, dessa maneira, é arquitetada para a manutenção dos privilégios dos grupos dominantes com a força de suas respectivas representações. Posteriormente, esses mecanismos se readaptaram a um novo contexto político sendo direcionados por novos e antigos atores. Nesse contexto, o COMPERJ aparece como mais um mecanismo para construir essas relações de poder realizadas pelos grupos dominantes.

A imagem da cidade do futuro reproduzida pelo governo federal e pelo governo de Itaboraí atraiu uma série de empreendimentos que foram desvalorizados após a decadência do projeto. A promessa afetou toda região do CONLESTE, que também sofreu com as consequências da derrocada do empreendimento. Quase como uma nova “Disneylândia” para os empreendedores, a região tornou-se um local de vários investimentos milionários que, hoje, estão vazios, com placas de aluga-se ou vende-se. Grande parte dos grupos econômicos e pessoas que investiram perderam dinheiro, no entanto para os moradores da cidade, as consequências foram trágicas.

O grupo Accor, que tem sua sede na França, proprietário do IBIS, hotel construído para atender os executivos que trabalhariam no COMPERJ e em outras empresas da região, permanece com suas lojas vazias. Para o grupo econômico, a perda faz parte da folha da empresa e, portanto não afetará a vida de seus proprietários. Porém, não são todos que podem arcar com esse prejuízo, muito menos as pessoas que mais sofrem com ele, os habitantes da cidade.

Dessa maneira, o COMPERJ se constituiu como um grande mito, a mensagem do “Eldorado” frustrou a população mais pobre, pois não trouxe melhorias para cidade, pelo contrário, intensificou a mercantilização do espaço, encareceu o solo urbano através da especulação imobiliária, aumentou o custo de vida criando uma cidade menos acessível, agravando também a questão da mobilidade por meio do aumento do fluxo de ônibus e caminhões, o que se somou aos problemas gerados pelo o monopólio da única empresa de ônibus da cidade. A ideia disseminada da crise também pode ser considerada um mito, pois toda tragédia que já existia anteriormente ao COMPERJ foi justificada por uma suposta dificuldade da prefeitura em cumprir com o orçamento aprovado pelos vereadores e pelo prefeito.

Portanto, uma cidade que já possuía uma péssima infraestrutura e com grande parte da população vivendo em condições precárias, se tornou mais excludente com a chegada do empreendimento. Novas formas estão presentes na cidade, prédios modernos, hotéis, um shopping, produtos de um modelo de cidade mercantilizada; em contrapartida, o hospital municipal está sucateado, muitas escolas estão com péssima estrutura e sem funcionários, as obras da avenida principal seguem a passos lentos, enfim, o que de fato importa para as populações menos abastadas não recebeu melhorias. O aumento da arrecadação do município

através dos investimentos da Petrobrás não foi revertido em benefícios para a população. Não houve mudanças estruturais nas condições de vida da população e a cidade continua segregada, excludente e desigual. Os grupos que são historicamente privilegiados, sem dúvida, são os menos prejudicados.

O COMPERJ chegou, e os problemas relacionados a ele, tanto no âmbito federal quanto municipal, se deram principalmente na incapacidade do poder público de se estruturar para receber um empreendimento desse porte. Os recursos oriundos dos *royalties* foram drenados pelos grupos historicamente privilegiados, não sendo aplicados nas infraestruturas básicas da cidade, que dão dignidade à vida, ao ser humano. Os seres humanos que habitam esse espaço não merecem a degradação da vida produzida por essa “engrenagem”, necessitam ter o direito à cidade.

Consideramos aqui que o direito à cidade, não é somente o direito a uma rua asfaltada, o saneamento básico, à saúde, ao transporte de qualidade, à segurança e etc., mas sim o direito ao uso, a vida cotidiana na cidade pela realização do encontro, da festa, da satisfação e do prazer, com o direito de habitá-la e moldá-la através dos valores de uso. É o direito à obra e esse direito é antagônico ao processo de mercantilização da cidade, em que a troca se sobrepõe ao uso. Portanto, ela é o lugar da reprodução das relações sociais de classe e da disputa realizada através da luta de classes.

A luta pelo direito à cidade, contra a degradação da vida, que se rebela à banalização do espaço e a naturalização do absurdo, foi contada por meio dos discursos da comunidade escolar. Os discursos dos entrevistados, no entanto, não se mostraram totalmente reforçadores das representações responsáveis por reproduzir a “engrenagem”, pois sempre há neles, a ideia da insurgência, da não aceitação dos códigos hegemônicos, tanto nas falas feitas pelos sujeitos com relações de trabalho precarizadas, quanto nas pertencentes aos entrevistados empregados em cargos comissionados.

As falas, “a culpa é do povo”, “a culpa é do prefeito”, foram argumentos repetidos por alguns entrevistados, o que demonstra um desvio político, no qual, se culpa a “cultura” do brasileiro como a principal responsável pela tragédia, ou um personagem, que solitariamente resolveu administrar mal as finanças públicas. Não isentamos os crimes cometidos pelos políticos locais, e também consideramos o acúmulo histórico-cultural do povo brasileiro como um dos

elementos de nossa análise, porém o que, de fato, produz a tragédia é um processo complexo, que envolve diferentes dimensões da produção do espaço.

Algumas representações são as principais responsáveis por desviar o foco do entendimento de como essa tragédia é produzida. Essas representações são produzidas e reproduzidas através do cotidiano, e não são isentas de ideologia, pelo contrário, carregam códigos pertencentes ao poder hegemônico. É comum encontramos em noticiários, rádios, redes sociais, no próprio cotidiano escolar, discursos de ódio em relação ao povo brasileiro e as figuras políticas do país. Esse sentimento atinge todas as camadas sociais que reproduzem o código sem sequer entender os mecanismos responsáveis pela produção da degradação da vida. Esses códigos são exemplos dentre os muitos dos quais nós convivemos.

Vivemos em uma sociedade de consumo dirigido, no qual a vida é programada e, através de representações, reproduzimos a essência do modo de produção capitalista, que tem como resultado, uma sociedade desigual, injusta e dividida por classes. Dessa forma entendemos como o discurso do opressor se torna o discurso do oprimido. Nas falas dos profissionais da educação conseguimos analisar o discurso do opressor, através dos diferentes códigos expressos nas argumentações dos sujeitos da comunidade escolar, falas essas antagônicas ao próprio interesse da comunidade escolar.

Através das falas pudemos também perceber o discurso conformado, que aceita o sistema como se ele fosse algo natural, inato, ou uma dádiva divina, o que entra em contradição com a ideia da produção do espaço. Esse discurso foi repetido diversas vezes a partir, por exemplo, das falas “é assim mesmo, é normal acontecer demissões quando muda o prefeito” ou “os políticos fazem pela gente, e o mínimo é a gente dar algo em troca, o nosso voto”. Esse discurso se materializa na naturalização de tudo, da banalização da política, da miséria, da desigualdade, ou seja, da naturalização do absurdo.

Por isso, trouxemos a abstração da “engrenagem”, para ilustrar como os diferentes atores, por meio de seus poderes e suas representações, alimentam o ciclo que produz a manutenção dos privilégios das classes historicamente favorecidas. O patrimonialismo, que se apresenta em nossa sociedade em uma forma peculiar, se aglutina ao modo de vida de uma sociedade programada, o que intensifica a tragédia, pertencente à realidade de diversos municípios do Brasil.

Esse amálgama garante a manutenção da indústria da miséria, pois a pobreza, a desordem urbana, a educação precária, a saúde sucateada, o transporte ineficiente geram lucros exorbitantes para alguns grupos econômicos, os quais inclusive, através dos políticos, controlam o Estado. O Estado não oferece o serviço e o político, que a partir do assistencialismo oportunista, dá folego ao ciclo, pois em troca garante o tamanho de seu curral eleitoral.

Lembramos também que esse ciclo não é inexorável, ele se transforma através do tempo, mesmo que na maioria das vezes ele tenha se modificado para garantir a manutenção dos privilégios das classes dominantes. A explosão das contradições através dos movimentos insurgentes também modifica a “engrenagem”, corroendo seus mecanismos de reprodução.

Nesse sentido, a análise do discurso torna-se ferramenta fundamental para se entender os mecanismos da “engrenagem” e como as contradições do espaço se reproduzem, para, a partir daí, interpretar o espaço, a fim de desmascarar e desconstruir os valores que reforçam sua banalização. A transformação se faz através da práxis dentro e fora da sala de aula, discursos críticos se rebelam e desconstroem as representações dentro das salas de aula, nos corredores das escolas e também nos espaços públicos.

Escolhemos trazer a práxis a partir do microcosmo da escola, pois enxergamos que ela é importante para as transformações na realidade da vida dos habitantes do município pois, além dos projetos realizados pelos profissionais da educação, esses sujeitos que os realizam atravessam os muros da escola e ocupam as ruas e os espaços públicos. É claro que existem outros espaços de resistência no município, o que o trabalho não deu conta de desenvolver, e que pode ser feito em uma futura pesquisa.

Portanto, consideramos os movimentos insurgentes no espaço como os principais transformadores da realidade e que eles são inevitáveis quando existem contradições. Eles sempre existirão. Quando os profissionais da educação se unem através do sindicato, sua força se multiplica, pois em um mundo cada vez mais individual, o coletivo se torna cada vez mais importante. A luta para a transformação do município em um lugar mais justo se fortalece a cada dia.

Ao longo da história muitos sindicatos foram cooptados pelo Estado ou por empresários, servindo-os de acordo com os interesses da classe dominante. Porém, o sindicato dos profissionais da educação de Itaboraí vem se mostrando

importante na luta pela transformação na educação, principalmente, por ter em seu grupo, profissionais concursados, que estão menos vulneráveis às relações de poder por parte da prefeitura e da secretaria de educação.

O trabalho de muitos profissionais da educação se apropria da ideia de que a beleza de Itaboraí não está somente em seus acidentes geográficos, em sua área rural, em sua praça com arquitetura histórica, mas sim nos seres humanos, em seus sonhos e na esperança de construir um espaço da alteridade, no qual nos sensibilizamos com o outro, um espaço onde seres humanos não se utilizam da fragilidade do outro para benefício próprio, se aproveitando das pessoas que estão em uma situação mais vulnerável na sociedade. O desmanche da “engrenagem” é uma tarefa árdua, e deve ser priorizada, pois assim conseguiremos trazer dignidade e justiça aos seres humanos que vivem em Itaboraí, o que, sem dúvida, é a sua maior riqueza.

## Referências bibliográficas

ALENCAR, Emanuel, GALDO, Rafael. Pouco Gás nas Obras do Comperj. **Jornal O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/comperj/>>. Acesso em: 18 de Maio de 2015

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Estudos do Trabalho**, Ano V, Número 8, Marília, UNESP, 2011, pp. 1-31.

ARAÚJO, Heriberto; VECIANA, Anna. **Cidade de Itaboraí, no Rio, define junto com o caos da Petrobras**. Acessado em: 25/05/2016. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/28/politica/1438102186\\_804949.htm](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/28/politica/1438102186_804949.htm)

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografía**, Barcelona, v.VIII, n.1-2, ene/dic, 1974. p.19-56.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo y morfología urbana em Espana**. Barcelona: Los libros de La frontera. 1983.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1966). **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana. Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp. 1994

CORREIO DA CIDADE. **Desfile cívico escolar celebra os 182 anos de Itaboraí Por Redação**. Publicado em 25/05/2015. Acessado em: 19/05/2016. Disponível em: <http://correiodacidadeonline.com.br/desfile-civico-escolar-celebra-os-182-anos-de-itaborai/>.

COSTA, Gilciano Menezes. As relações Escravistas no Convento de São Boaventura. **Revista Tessituras**. Nova Friburgo. No 6. Maio. 2015 p. 82-101.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. - Tradução de Guy Reynaud. Revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. - Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática. 1989.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Trad. Stephania Matousek. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

FERREIRA, Alvaro. **A Cidade no Século XXI: Segregação e Banalização do Espaço**. Rio de Janeiro. Consequência. 2011.

FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (15). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm> (acessado 01/08/2014)

FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio, SILVA, Augusto César Pinheiro da (org.) **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013a. p. 53-74.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica da pesquisa educacional In: FAZENDA, Ivani - (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 71-90.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acessado em: 19/05/2016

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: CIDE, 2000.

GEIGER, Pedro Pinchas. SANTOS, Ruth Lyra. Notas Sobre a Evolução da Ocupação Humana na Baixada Fluminense. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Julho – Setembro de 1954. Ano XVI. No 3. P. 291-314.

GOLDMANN, Lucien. A reificação das relações sociais. In FORACHI, Marialice Mercarini, MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LCT, 1977

GOTTDIENER, Mark. **A Produção social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp. 1993

HARVEY, David. **Para entender O Capital, Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 25-161.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1936.

LAMARÃO, Marcus Vinícius Moreira. **O Conselho do FUNDEB no Município de Itaboraí e a Democracia da Terceira Via: Uma Análise Crítica**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. 159p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Companhia das Letras – 7ª Edição 1947.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Ed anthropos, 1974

\_\_\_\_\_. **Critique de la Vie Quotidienne II: Fondements d'une sociologie de la quotidiennete**. Paris: Arche, 1980.

\_\_\_\_\_. Space: social product and use value. In: J. Freiberg (ed.) 1979. **Critical sociology: European perspective.** New York: Irvington Publishers.

\_\_\_\_\_. Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ed. Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. **The production of space.** Oxford: Blackwell. 3ª ed. 1993

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política.** Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. A Produção do Espaço. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original): **La production de l'espace.** Paris: Ed Anthropos, 2000.

RIMA-COMPERJ, (2007). **Petrobras-Concremat Engenharia.** Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/pdf/rima.pdf>. Acesso em: 25/01/2013.

MOREIRA, Ruy. **Movimento operário e questão cidade-campo no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ. **Boletim de Acompanhamento no Município de Itaboraí: 2000-2011/ONU-HABITAT** Universidade Federal Fluminense. Niterói Eduff, 2013

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Site do MPF.** Disponível em: <http://www.lavajato.mpf.mp.br/resultados.html>. Acesso em: 17/04/2015

NASCIMENTO, Elisa Larkin GÁ, Luiz Carlos; Adinkra: **Sabedoria em Símbolos Africanos.** Rio de Janeiro: Pallas, IPEAFRO, 2009.

NASSER, Ana Cristina A. **Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida de excluídos.** São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. Plano Municipal de Saneamento Básico – **Relatório Base. Prefeitura Municipal de Itaboraí: Itaboraí,** 2010 em: 05/05/2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO. **Cadernos Itadados. Ano 2006.** Disponível em: [http://legislaitaborai.com.br/leis/cadernos\\_itadados.pdf](http://legislaitaborai.com.br/leis/cadernos_itadados.pdf). Acessado em: 19/04/2016

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade: ensaios.** - 2ª ed. - Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: EdUSP, 1979.

SILVA, Joyce Gonçalves. **Projeto de Educação Física: Copa Futsal. 2014.** 17p.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa.** Rio de Janeiro: Saga, 1967.

## 5

### Apêndice – A – Roteiro das Entrevistas

O que você pensa sobre as condições (qualidade de vida) na cidade de Itaboraí?

Você gosta de viver ou trabalhar na cidade?

Você ocupa os espaços públicos da cidade? Praças ou áreas de lazer?

O que você acha sobre a infraestrutura em relação aos serviços como transporte, saúde e educação?

(Como são os ônibus da cidade (Rio Ita e Maravilha)? (Os hospitais da cidade?) (As escolas tem uma boa estrutura?)

Você acha que a religião (as igrejas) influenciam nas decisões políticas do município? E sobre as escolas?

O que você acha sobre os políticos da cidade?

Como é que funciona o período eleitoral na cidade? O que os políticos fazem para conquistar seus votos?

O que você pensa sobre as relações entre os políticos (ou candidatos) e os moradores da cidade?

O que o COMPERJ trouxe de benefícios para a cidade?

O que você pensa sobre esse momento que vive a cidade de Itaboraí?

Estamos passando por um momento difícil nas escolas municipais de Itaboraí. Falta de merenda, péssima estrutura, funcionários três meses sem receber e etc.

Por que você acha que o município passa por essas dificuldades?

Você acha que a verba destinada à educação está sendo aplicada corretamente?